

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 734
21 de Janeiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL. R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

NÃO AO PACOTE LABORAL!

Manifestação sábado em **Braga** (16 e 30 m., após o encerramento da conferência da CGTP-IN sobre direitos dos trabalhadores no Teatro-Circo) e na quarta-feira em **Lisboa** (18 e 30 m., concentração no Rossio, desfile até S. Bento)



**UNIDADE
PÁRA
A CARRIS
●
LUTA
PROSSEGUE
NA INDEP**

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5 / Semana

**Álvaro Cunhal
amanhã
em Vila Franca de Xira
na Casa do Povo
às 21 e 30
no sábado
no Centro de Trabalho
de Alfama
15 horas**

Governo tem novo índice de preços mas não o publica!

1. Segundo a imprensa, o Primeiro-Ministro mostrou-se muito satisfeito por os preços em 1987 terem crescido 9,4% em relação ao ano anterior, declarando mesmo que se tratava de um «recorde que durava há 18 anos».

2. É conveniente recordar que o Governo sempre afirmou que a taxa de inflação em 1987 «se situaria entre os 8 e 9%, mais para os 8 do que para os 9», e que todos os cálculos que realizou quer para a contratação colectiva, quer para a actualização de escalões de impostos, se fixou nos 8,5%. A taxa agora verificada, de crescimento de 9,4%, média anual, mostra que o crescimento dos preços ultrapassou o limite máximo fixado pelo Governo, tendo penalizado todos aqueles que fizeram «acordos de rendimento e preços na base dos 8,5%», que assim foram logrados.

3. É também de registar que a desaceleração do crescimento da inflação só se verificou até Junho (baixou de 9,8% em Janeiro, para 9,4% em Junho), estagnando depois neste valor durante os últimos seis meses do ano.

4. Acresce ainda que o actual índice de preços (que não inclui as rendas de casa) se encontra envelhecido e desactualizado quer em relação ao «cabaz de compras» não incluindo muitos bens e serviços de largo consumo, como em relação aos bens das respectivas «classes de produtos» que se encontram desajustadas face às actuais estruturas de consumo dos diversos agregados familiares.

5. Não deixa de ser sintomático que tendo o INE, há vários meses, um novo índice de preços na base de um novo inquérito às receitas e despesas familiares, portanto mais actualizado, com mais produtos e serviços e outros bens, o Governo não permita a sua publicação, por este revelar uma taxa de inflação superior à que tem sido divulgada.

Por isso não é de estranhar o divórcio que os consumidores sentem, na prática, entre o actual índice de inflação e a subida real dos preços.

6. O actual índice de preços tem sido usado pelo Governo não para ter uma efectiva medida da inflação mas para limitar os salários reais e, nessa base, proceder a uma distribuição do rendimento nacional cujo desfavor em relação aos rendimentos do trabalho é ainda subavaliado pela desactualização do índice de preços.

O PCP entende que, em nome do rigor, da transparência e da verdade, o Governo deve sem demora publicar o novo índice de preços e sujeitar os seus critérios de avaliação e ponderação aos sindicatos, associações de defesa do consumidor, de reformados e inquilinos.

7. Por último, é de salientar que a desaceleração da inflação tem sido comum à maioria das economias, devido a factores de conjuntura externa e que Portugal, mesmo assim, apresenta em 1987 a segunda mais alta taxa de inflação dos países da CEE (depois da Grécia), e muito acima da média da Comunidade, 3,2%. A taxa de inflação de 9,4%, apesar das favoráveis condições externas, é ainda muito elevada quando comparada com a dos 5,4% da Espanha, com a dos 3% da Irlanda e com os 3% da França e os 1,8% da Bélgica!

A Secção de Informação e Propaganda do CC do PCP



Para os pescadores

**PIOR
QUE
OS TEMPORAIS
SÃO
OS DECRETOS
DO GOVERNO**

Págs. 1, 2, 3 / Em Foco

NOTA DO SECRETARIADO DO CC DO PCP

1. O Secretariado do Comité Central tomou conhecimento da divulgação de um documento com ideias e propostas relativas a regulamentação, ao trabalho preparatório e realização do XII Congresso do PCP, que alguns membros do Partido transmitiram à Direcção.

Dessas ideias e propostas foi dado conhecimento ao Comité Central na sua reunião de 10 e 11 de Dezembro e inseriram-se, por essa forma, entre os elementos de apreciação para as decisões que o Comité Central tomou e outras que tomará, ulteriormente, quando elaborar o Regulamento do Congresso.

O Comité Central aprovou normas para o andamento imediato dos trabalhos preparatórios e continuará a dar conhecimento ao Partido de todas as decisões que sobre o XII Congresso vier a tomar.

2. O Secretariado lembra que todos os militantes têm o direito de expressar as suas opiniões e de darem a sua contribuição para a definição da orientação do Partido em todos os aspectos da sua actividade.

Mas é irregular e condenável que quaisquer militantes que perfilhem ideias, críticas e tenham propostas a fazer, as expressem e as procurem difundir fora das organizações a que pertencem.

Mais condenável é ainda que qualquer membro do Partido veicule informações para órgãos de comunicação social que com tais informações alimentam as campanhas contra o PCP em que estão empenhados com o objectivo claro de enfraquecerem a unidade do Partido, o seu prestígio e a sua influência, bem como a confiança das massas na intervenção do PCP como força política essencial e determinante na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do País, do regime democrático instaurado com a Revolução de Abril e consagrado na Constituição.

3. Para que seja assegurada a intervenção do grande colectivo partidário na orientação e futuras conclusões do XII Congresso do Comité Central considerou que o processo de preparação e realização do Congresso comporta quatro fases: 1.ª a elaboração de documentos preparatórios (estudos, propostas e sugestões) como base de trabalho do Comité Central; 2.ª a elaboração pelo Comité Central das teses ou projecto de resolução política do XI Congresso procurando para tal a contribuição o mais larga possível de organizações, militantes e especialistas; 3.ª a apresentação pelo Comité Central das teses ou projecto de resolução política às organizações do Partido para debate e propostas de alterações e emendas (da que resultará a redacção final do projecto de documento ou documentos a levar ao Congresso) e a eleição dos delegados ao Congresso; 4.ª o Congresso propriamente dito, que culmina e faz o apuramento desse debate e desse processo nas sessões plenárias dos delegados eleitos pelas organizações.

Trata-se de um processo em que todo o Partido será chamado a participar, a intervir e a decidir.

4. O Secretariado do CC sublinha que é não só natural como desejável que as organizações e membros do Partido dêem as suas opiniões, apresentem críticas, façam propostas sobre todas as questões em que entendam de interesse pronunciar-se.

No PCP, cuja vida interna se caracteriza por métodos democráticos, existe plena liberdade e pleno direito dos militantes, nas organizações a que pertencem, expressarem e defenderem os seus pontos de vista.

Conforme com a riquíssima experiência do PCP e com a Resolução do Comité Central de 10 e 11 de Dezembro, o Secretariado reafirma que a preparação, o debate e a realização do Congresso deverão efectuar-se com a intervenção colectiva e democrática de todo o Partido.

15 de Janeiro de 1988

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

JORNADA DE ESCLARECIMENTO DO PCP

Agenda

Editorial

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 734

21 de Janeiro de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Reprivatizações, «concertação» resposta de massas

É incontestável que se avolumam na conjuntura portuguesa actual situações de confrontação política, social e institucional decorrentes da aceleração do processo de restauração dos monopólios sob a fécula do Governo de direita Cavaco Silva/PSD.

Perigos e ameaças de cariz contra-revolucionário que se adensaram nos últimos meses sobre o regime democrático ganharam maior vulto nos últimos dias na execução dos projectos, do discurso político e na prática do Governo cavauquista, o que reclama uma percutiente acção das forças democráticas e uma vigorosa resposta política do movimento popular de massas.

No plano legislativo e no seguimento da lei de licenciamento das rádios locais, que o Governo vai tentar impor na sessão parlamentar de hoje com o voto da maioria dominante do PSD e do CDS (depois da rejeição do recurso do PCP para o exame prévio do sector empresarial do Estado e do início das «escaramuças» sobre a revisão constitucional em torno da composição da Comissão Parlamentar eventual designada para o efeito), vão debater-se de imediato as leis de reprivatização das nacionalizações e de alienação das participações do Estado no sector público, as quais vão ocupar os trabalhos da Assembleia da República nos últimos dias do mês.

No Conselho de Concertação Social, de que o Governo e o alto patronato pretendem fazer uma espécie de mini-câmara corporativa, foi aprovado o «Acordo» sobre a política de rendimentos, com os votos contra da CGTP-IN — que denunciou o carácter iníquo da distribuição dos rendimentos do trabalho proposta pelos governantes — e, por motivos contrários, da CIP, que reclamava ainda maior fatia a favor dos detentores do capital, e com os votos a favor da UGT, que ao lado da CAP, da CCP e do Governo cavauquista, lhe deu a sua vergonhosa aprovação.

No fim-de-semana foi também dado como encerrado o debate público do anteprojecto do pacote laboral a submeter igualmente ao Conselho de Concertação, pacote que o Governo pretende impor e que está provocando a recusa e a indignação generalizadas dos trabalhadores e das suas organizações representativas assim como de outros vastos sectores sociais e políticos da população, inclusive da área do Governo.

Simultaneamente, no plano da luta de massas, desenvolve-se um importante surto do movimento popular de protesto contra os tectos salariais que o Governo e o patronato pretendem impor, com acções grevistas amplamente participadas e combativas manifestações e concentrações de massas que preludiam um forte empenhamento dos trabalhadores nas jornadas de luta de 27 de Janeiro e 6 de Fevereiro convocadas pelo movimento sindical unitário e pelos organismos repre-

sentativos dos trabalhadores de Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e de outras grandes zonas industriais do País.

O Governo que semeou ventos começa a colher tempestades...

O projecto de desnacionalizações anunciado pelo Governo é claramente inconstitucional, baseia-se, como foi dito pelos deputados do PCP, em falsas premissas e destina-se, em conjunto com a política de rendimentos, aprovada agora pela maioria do Conselho de Concertação Social, e com o pacote laboral a garantir à partida a obtenção de lucros máximos e a defesa dos interesses de classe do grande capital privado à custa dos recursos do Estado e da exploração agravada dos trabalhadores.

A própria intenção de alienar de início apenas 49% do capital das Empresas Públicas mais rentáveis e deixar para mais tarde a alienação das não rentáveis (na apreciação do Governo) e só depois de um prévio saneamento financeiro, está longe de ser inocente. É um trampolim para a desnacionalização total na esperança de uma revisão constitucional favorável e uma intenção que envolve o custeio dos encargos da desnacionalização e da transformação das Empresas Públicas em privadas e das despesas infra-estruturais imediatas pelo Estado acompanhados das isenções fiscais normalmente atribuídas às empresas de capital público «maioritário», da garantia de livre transferência dos lucros dos investidores estrangeiros para os países de origem e de outras benesses aos futuros grandes accionistas das sociedades anónimas a constituir.

Numa palavra: para o Estado todos os gastos e todos os prejuízos — para o capital privado apenas os lucros e os dividendos.

A perversão cavauquista para favorecer os interesses do capital privado com as desnacionalizações chega ao ponto de poupar os «investidores» aos mínimos riscos, no espírito da portaria de Cadilhe de 30 de Maio de 1986 que estabelece para os interessados na compra das participações do Estado um «regime translativo», isto é, a facilidade de gerir a parte que pretendesse comprar pagando depois a «participação» com os próprios lucros do seu período de «gestão»!

Ficariam criadas com as desnacionalizações previstas nos projectos legislativos do Governo as condições para a satisfação integral dos senhores da CIP afirmadas pelo seu «barão» mais fascinante — Ferraz da Costa — que não há muito reclamava o pagamento das indemnizações «aos 600 000 accionistas esbulhados em Março de 1975» e que ainda recentemente exigia que fossem pagas com os valores monetários actualizados.

Neste espectro assumem toda a sua expressão

de «humor negro» as ridentes (e estafadas!) concepções do «capitalismo popular» de Cavaco Silva...

É contudo, no anteprojecto governamental do pacote laboral que se inscrevem os propósitos mais odiosos da política antipopular e antioperária do Governo cavauquista.

À medida que se aprofunda o conhecimento das propostas do Governo — que a sua maioria parlamentar domesticada se prepara para fazer passar numa primeira fase na Assembleia da República — mais se evidencia o carácter de classe da equipa governante e dos interesses fundamentais que as inspiram.

O que se pretende legislar é a completa insegurança do emprego, a precariedade mais absoluta do trabalho, a supressão mais drástica dos direitos e garantias dos trabalhadores.

O ministro do Emprego, Silva Peneda, foi claro na sua brutal caracterização das leis laborais que o Governo vai submeter à Assembleia da República com «uma vontade política inabalável».

«Acabou a época da estabilidade — o emprego estável teve a sua época», disse o ministro na sua «funérea» entrevista do dia 14 ao «Diário de Notícias».

O ministro Capucho, o dos Assuntos Parlamentares, na sua entrevista de ontem ao mesmo jornal, visivelmente reflectindo o veemente coro de protestos que os projectos legislativos do Governo estão suscitando por todo o País, mesmo nas áreas do seu partido, tenta diminuir a brutalidade das propostas do Governo, apresentando-as como «base de trabalho»... como «anteprojecto susceptível de ser aperfeiçoado desde que o essencial não se desfigure».

Mas é exactamente o essencial que não pode ser «escamoteado» — para usar a expressão do ministro — e este é o arbítrio mais discricionário do patronato para despedir individual ou colectivamente, sem o mais frágil anteparo da lei, os trabalhadores da sua empresa.

É a luta contra o pacote laboral que está no centro das jornadas dos dias 23 em Braga e 27 em Lisboa, e as de 6 de Fevereiro em Lisboa, Porto e Aveiro, Faro e outros grandes centros industriais e na temática da Conferência sobre os direitos dos trabalhadores organizada pela CGTP-IN para os dias 22 e 23 em Braga.

Protestos dos mais veementes se levantam em dezenas de plenários sindicais: dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora, da União Sindical do Algarve, do Sindicato dos Economistas, dos delegados sindicais da Siderurgia Nacional, do Sector Químico, dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, do Sindicato Têxtil do distrito de Braga, do dos Trabalhadores dos Correios e

Telecomunicações, dos delegados sindicais do distrito de Santarém, dos Metalúrgicos da Guarda, de Castelo Branco, de vários outros.

O repúdio do pacote laboral alarga-se aos trabalhadores de todos os partidos políticos, inclusive do PSD, e sem partido, é um vínculo que une numa vasta frente de luta os que querem defender a todo o transe os seus direitos e garantias, os seus postos de trabalho.

É numa vasta frente de luta que se processa a mais vigorosa resposta política contra o cavauquismo governante e contra aqueles sectores do patronato que se mostram irredutíveis face às injustiças salariais e outras sentidas reivindicações dos trabalhadores.

A luta que os 2100 trabalhadores da INDEP travaram e a sua corajosa acção impediram o precedente da institucionalização dos salários em atraso numa empresa pública. O Governo que ordenou os espantamentos de Braço de Prata promete agora o pagamento dos salários para amanhã ou segunda-feira. Mas ao mesmo tempo o próprio Cavaco Silva profere ameaças de despedimento de trabalhadores «excedentários», tese que os operários da INDEP contestam, lembrando que desde Março do ano passado 800 postos de trabalho foram suprimidos.

As greves da Carris contra o tecto dos 6% que lhes querem impor nos salários está mobilizando a quase 100% a massa dos trabalhadores da empresa.

Os enfermeiros dos sete Hospitais Cívicos, depois de várias reuniões plenárias e de uma concentração de mais de 400 na última sexta-feira diante do Ministério da Saúde, suspenderam a ameaça de greve depois da promessa de serem atendidas as suas reivindicações. Os sindicatos médicos tomaram posição inequívoca contra a política de Saúde do Governo.

Os professores, através da FENPROF lutam contra a sonegação dos retroactivos.

Nas fábricas Triunfo, de Coimbra, na Autosil, na A. Paulo Amorim, de Vila da Feira, na João Nunes da Rocha, de Aveiro, lutas várias mobilizam centenas de trabalhadores.

E na Siderurgia Nacional e na CEL-CAT em greves com participação superior a 90% os trabalhadores lutam firmemente por reivindicações vitais.

No plano político, no plano social, no plano institucional ergue-se uma barreira de luta contra a política restauracionista e antipopular do Governo.

A resposta política de massas está a ser dada a uma ofensiva objectivamente orientada contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e do povo, contra o regime democrático de Portugal de Abril.

Resumo

13 Quarta-feira

O Futebol Clube do Porto conquistou a Supertaça Europeia, após vencer o Ajax de Amsterdão, por 1-0, no Estádio das Antas ■ O Presidente da República, Mário Soares, assina o decreto que nomeia o vice-almirante Andrade e Silva para o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada ■ Tornam posse oito novos membros do Conselho de Estado, entre os quais o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal ■ Lista unitária vence as eleições para a Comissão de Trabalhadores no Arsenal do Alfeite, conquistando oito dos onze mandatos ■ Conselho Nacional da Juventude comunica ao ministro-adjunto da Juventude a discordância dos jovens em relação a algumas das propostas de alteração das leis laborais pelo Governo ■ O dirigente comunista checoslovaco Milos Jakes manifesta em Praga satisfação pela sua visita a Moscovo ■ Ministro dos Negócios Estrangeiros da França declara que o seu país não se opõe à entrada da Turquia na CEE ■ Antigo presidente da Câmara de Palermo, Giuseppe Insalaco, é assassinado pela Mafia ■ Autoridades de Israel expulsam para o Líbano quatro palestinos ■ Congresso Nacional Africano decide intensificar a luta armada contra o regime racista da África do Sul.

14 Quinta-feira

Conselho de Ministros decide «resolver» o caso da INDEP transmitindo instruções para o despedimento de trabalhadores ■ A Comissão Coordenadora das CTs da Região de Lisboa, representando 125 mil trabalha-



CTs contra pacote laboral

dores, decide participar activamente nas próximas manifestações de 27 de Janeiro e de 6 de Fevereiro contra o pacote laboral ■ Os estudantes da Faculdade de Letras do Porto organizam «marcha fúnebre» contestando projectos ministeriais ■ A empresa «Covima» pára a cem por cento, reclamando os trabalhadores a actualização dos salários ■ A maioria PSD na Assembleia da República chumba a proposta de constituição de uma comissão para análise do Sector Empresarial do Estado, da iniciativa do PCP ■ Comissão da ONU publica em Viena relatório afirmando que o problema da droga atinge proporções alarmantes a nível mundial ■ O Presidente Mugabe, do Zimbábue, convida Gorbachov a visitar o país ■ Lancha iraniana ataca no Golfo um petroleiro libiano, ferindo dois tripulantes ■ União Soviética e Estados Unidos retomam em Genebra negociações sobre armas estratégicas e espaciais.

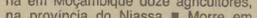
15 Sexta-feira

Morre César de Oliveira, autor de textos de revista e direcção da Socie-

dade Portuguesa de Autores ■ Assembleia da República inicia o debate sobre a Lei da Radiodifusão, confrontando-se na discussão três iniciativas legislativas, uma do PCP, outra do PS e outra do Governo ■ Portugal e República Popular da China ratificam em Pequim o acordo de Macau ■ Após plenários em Moscavide e Braço de Prata, os trabalhadores da INDEP encontram-se com a imprensa e acusam o Governo de assumir a responsabilidade do encerramento da empresa ■ Os cinco presidentes centro-americanos iniciam reunião para analisar o cumprimento de acordos assinados em 7 de Agosto ■ A União Soviética apresenta em Genebra novas propostas no domínio do desarmamento, o mesmo fazendo em Oslo, onde é proposto por Rijkov um encontro entre peritos do Tratado de Varsóvia e da NATO ■ A Espanha e os Estados Unidos chegam a acordo de princípio sobre redução da presença norte-americana em Espanha ■ Governo da RFA ordena inquérito sobre a possível venda ao Paquistão e à Líbia de material nuclear ■ URSS lança no espaço seis satélites da série «Cosmos» ■ Grupo terrorista assassina em Moçambique doze agricultores, na província do Niassa ■ Morre em Dublin, com 83 anos, o destacado nacionalista irlandês Sean MacBride, que foi galardoado com os prémios Lênine e Nobel da Paz.

18 Segunda-feira

Tanto a CGTP, pelo lado dos trabalhadores, como a CIP, pelo patronato, recusam assinar a proposta do Governo sobre política de rendimentos. A proposta governamental é apenas subscrita pela UGT, CCP e CAP ■ A circulação da Carris, em Lisboa, para-



Carris paralisou

lisa a cem por cento durante a greve decretada pelos sindicatos e que se prolongará por períodos diferentes até sexta-feira próxima ■ PS ganha e CDU sobe de votação nas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Brites, Guimarães ■ Nas comemorações do 18 de Janeiro, na Marinha Grande, o dirigente sindical Vítor Ranita reafirma que a CGTP está frontalmente contra o pacote laboral do Governo ■ Forças Armadas argentinas dominam a conspiração golpista dirigida pelo tenente-coronel Aldo Rico que se encerrara nos aquartelamentos do Monte Cerco.

16 Sábado

Durante a visita que Cavaco Silva faz a Peniche, o secretário de Estado das Pescas, Jorge Godinho, faz a promessa de que o Governo investirá dois milhões e meio de contos em equipamentos portuários e lotas ■ Chega a Lisboa o Presidente do México, Miguel de la Madrid, onde é recebido pelo Presidente Mário Soares ■ O enviado da ONU, Goulding, aos territórios árabes ocupados, acusa Israel de usar métodos «excessivamente duros» na manutenção da ordem na zona ■ Mikhail Gorbachov afirma perante membros de uma nova comissão internacional dedicada à sobrevivência da humanidade que o programa dos EUA «Guerra das Estrelas» pode impedir um acordo com os Estados Unidos.

17 Domingo

O Presidente do México, que conclui a sua visita a Portugal, declara-se



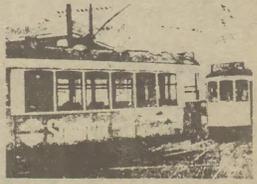
Miguel de la Madrid

esperançado com os resultados da cimeira dos presidentes centro-americanos ■ Luanda revela que a África do Sul está a atacar o território angolano de Cuito Canavale, com seis mil homens armados ■ Coordenadora da CDU de Lisboa decide criar «Câmara Alternativa» que sistematizará trabalho autárquico da coligação para a capital ■ Secretariado dos Baldios do Norte e Centro anuncia acções em defesa da Lei dos Baldios, após uma

reunião apoiada pela CNA ■ Eleições no Haiti caracterizam-se por uma esmagadora abstenção e por numerosas irregularidades nas assembleias de voto.

18 Segunda-feira

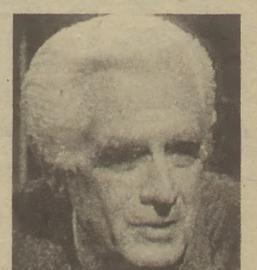
Tanto a CGTP, pelo lado dos trabalhadores, como a CIP, pelo patronato, recusam assinar a proposta do Governo sobre política de rendimentos. A proposta governamental é apenas subscrita pela UGT, CCP e CAP ■ A circulação da Carris, em Lisboa, para-



Carris paralisou

lisa a cem por cento durante a greve decretada pelos sindicatos e que se prolongará por períodos diferentes até sexta-feira próxima ■ PS ganha e CDU sobe de votação nas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Brites, Guimarães ■ Nas comemorações do 18 de Janeiro, na Marinha Grande, o dirigente sindical Vítor Ranita reafirma que a CGTP está frontalmente contra o pacote laboral do Governo ■ Forças Armadas argentinas dominam a conspiração golpista dirigida pelo tenente-coronel Aldo Rico que se encerrara nos aquartelamentos do Monte Cerco.

19 Terça-feira



Álvaro Cunhal, entrevistado na Te-

levisão, comenta alguns aspectos da actual campanha contra o PCP e esclarece sobre a preparação do próximo congresso dos comunistas ■ CGTP acusa a confederação patronal, CIP, de má-fé negocial no Conselho Permanente de Concertação Social ■ Cinco câmaras municipais (Aveiro, Barreiro, Braga, Coimbra e Portalegre) anunciam decisão de instaurar procedimento judicial contra o Governo por este recusar a transferência de 350 mil contos de indemnização compensatória das despesas com transportes públicos ■ Os quatro principais partidos da oposição no Haiti exigem a anulação das eleições do passado domingo ■ A cidade de Jerusalém paralisa durante a jornada de luta cívica convocada pela OLP ■ Os «contras» divulgam em Miami a decisão de participar em negociações directas com o Governo da Nicarágua ■ Guerilheiros Tamil assaltam prisão no leste de Sri Lanka libertando 55 detidos

Avante!

PROFESSORES DE LOÇOS DE PAISES UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa, CODEX, Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3º - 8000 Faro, Tel. 24417

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 90 00 44

Não ao pacote laboral!

O repúdio e os protestos contra o pacote laboral do Governo continuam a crescer. Além das muitas iniciativas que se têm realizado aos mais variados níveis, estão marcadas as primeiras manifestações para **sábado, dia 23, em Braga, e quarta-feira, 27, em Lisboa.**

No dia **6 de Fevereiro** realizaram-se novas manifestações em Lisboa, no Porto e em Aveiro. A União dos Sindicatos do Algarve marcou para esta data um protesto distrital em Faro. Tudo leva a crer que as acções de protesto poderão alargar-se ainda a outras localidades.

O pacote laboral será também, sem dúvida, um dos temas centrais da **conferência sobre os direitos dos trabalhadores** que a CGTP realiza nos dias 22 e 23 em Braga, no teatro-circo, com uma sessão pública de encerramento às 15.30 horas de sábado (seguida do desfile/manifestação atrás referido).

Cavaco Silva e o PSD puseram em curso a 5.ª tentativa, nos últimos dez anos, de governos de direita e do grande patronato para acabar com as leis que regulam as relações de trabalho em Portugal. Este novo pacote laboral não só repete, como agrava tudo o que havia de pior nos projectos apresentados pelos governos do PS, da AD ou do PS/PSD.

Aumentando o poder do patronato, pretendem instituir um clima generalizado de medo nas empresas e esperam assim poder intensificar a exploração dos trabalhadores e obter maiores lucros.

Todos os trabalhadores são atingidos pelas alterações agora propostas, seja qual for a empresa onde trabalham, seja qual for o seu escalão na hierarquia. Se o projecto do Governo fosse aprovado, praticamente nenhum trabalhador poderia dizer que tem um emprego seguro; na prática, todos passariam a contratados a prazo e a prazo incerto (como se mostra mais detalhadamente nas páginas 4 e 5 deste caderno).

Repúdio generalizado

Os protestos contra esta iniciativa do Governo vêm também dos sectores mais diversos. Além das tomadas de posição já referidas no último número do «Avante!», chegaram à nossa redacção várias moções e comunicados:

- do **Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora**, que efectuou plenários em Aguiar, Mora, Redondo e Alcáçovas e que prepara um encontro regional sobre segurança social e revisão da legislação laboral;

- do plenário da **União dos Sindicatos do Algarve**;

- da Assembleia de Representantes do Sindicato dos **Economistas**;

- dos plenários de delegados sindicais e de trabalhadores da **Siderurgia Nacional**;

- do plenário nacional de activistas sindicais do **sector químico (FSTIQFP)** e da Assembleia de Delegados do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul;

- do plenário de sindicatos do **comércio, escritórios e serviços (FEPCEs)**, da As-

sembleia de Delegados do CESL (Lisboa) e da Direcção, que dá conta ainda de iniciativas na Robert Bosch, na RAC, no Pingo Doce, na EPAL, na Papelaria Fernandes, na CDL e na UCAL;

- da Assembleia de Delegados e da Direcção do **Sindicato Têxtil do Distrito de Braga**;

- da Direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos **Correios e Telecomuni-**

cações;

- do plenário de dirigentes e delegados sindicais do distrito de **Santarém** — que decidiu mandar a União para a organização de acções de rua na primeira quinzena de Fevereiro;

- do plenário nacional, descentralizado, de activistas sindicais **metalúrgicos (FSMMMP)**, que aprovou a realização a 4 de Fevereiro de uma jornada nacional de

luta pelo direito ao trabalho, por mais emprego, contra o pacote laboral, pelo pagamento dos salários em atraso, pela actualização salarial

nas empresas e a rápida revisão da contratação, entre outros objectivos.

Para ontem e anteontem estavam marcados plenários distritais de activistas e dirigentes sindicais dos distritos da Guarda e de Castelo Branco.

Muitos dos documentos exigem também a revogação do decreto-lei 36/87, que alterou o regime de acesso ao subsídio de doença.

Manifestações sábado em Braga quarta em Lisboa

«Só com a luta!» Ensinamentos do 18 de Janeiro recordados na Marinha Grande

A história do movimento operário e sindical «mostra que, apesar de todas as dificuldades de cada momento, é pela luta e só com a luta que os trabalhadores defendem com êxito os seus direitos e alcançam as suas conquistas» — lembrou Vítor Ranita, do Conselho Nacional da CGTP-IN, na intervenção que fez nas comemorações do 54.º aniversário da revolta operária de 18 de Janeiro na Marinha Grande.

As comemorações foram organizadas pelo Sindicato dos Vidreiros e incluíram uma romagem ao cemitério e deposição de flores nas campas dos participantes na revolta já falecidos e uma concentração na vila, junto ao monumento ao 18 de Janeiro de 1934.

Sérgio Moiteiro, do Sindicato dos Vidreiros, referiu-se na sua intervenção à situação que se vive na indústria vidreira. «A continuar a política que tem vindo a ser seguida para o sector — alertou —, poderá vir a acontecer mais desemprego e encerra-

mento de outras empresas na Marinha Grande, não obstante elas serem viáveis». É particularmente grave a situação no sector da cristalaria onde, segundo aquele dirigente, há inúmeros trabalhadores sem quaisquer garantias quanto ao futuro dos seus postos de trabalho e quanto ao pagamento dos salários em atraso.

A **Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP** divulgou uma saudação «à classe operária, aos trabalhadores e a todos os outros democratas» do concelho, frisando que «evocar e comemorar o 18 de Janeiro é indissociável da luta contra a ofensiva da direita».

Também os **trabalhadores da Covina**, reunidos em plenário no dia 13, aprovaram uma saudação aos participantes do 18 de Janeiro. «A melhor homenagem que lhes podemos prestar — afirma-se no documento — é estarmos dispostos a prosseguir a luta pela liberdade, pelo bem-estar do nosso povo, defendendo os direitos sindicais dos trabalhadores».



Mikhail
Gorbatchov

POR UM MUNDO
SEM ARMAS NUCLEARES

Colecção «Paz e Socialismo»

Trabalhadores

Enfermeiros

avançam para a greve

Pelo pagamento de retroactivos e actualização da letra

Os enfermeiros dos sete Hospitais Cívicos de Lisboa poderão entrar em greve nos dias 2 e 3 de Fevereiro se o Ministério da Saúde e a comissão coordenadora dos HCL não garantam até dia 25 o pagamento dos retroactivos e da actualização salarial em Janeiro.

Na sequência das decisões da assembleia geral de enfermeiros realizada no dia 29 de Dezembro, têm vindo a realizar-se plenários em várias unidades hospitalares onde aquela situação não está regularizada. Nessas reuniões tem sido manifestada a disposição de avançar para a greve, apesar dos inconvenientes que daí virão para os utentes, mas cuja responsabilidade cabe ao Ministério de Leonor Beleza.

Cerca de 400 enfermeiros participaram na concentração que se realizou na passada sexta-feira frente ao Ministério; durante cerca de duas horas exigiram que lhes fosse concedida uma audiência solicitada desde 4 de Setembro do ano passado e — segundo um comunicado da direcção do sindicato dos Enfermeiros do Sul e Açores — «obtiveram como resposta que a audiência só será concedida quando o Ministério bem entender».

No Hospital de Santa Maria — cujo órgão de gestão se junta ao Ministério na disposição de atrasar o pagamento da dívida aos enfermeiros, como denuncia o sindicato — foi marcada greve para anteontem.

No Hospital do Barreiro, onde está resolvida a questão da mudança de letra, mas falta proceder ao pagamento de retroactivos, realizou-se dia 13 um plenário que decidiu avançar para a greve em Fevereiro se não for garantido o pagamento até 31 de Janeiro. Idêntica decisão foi tomada na reunião dos enfermeiros da Maternidade Alfredo da Costa.

Estavam ainda marcados para esta semana plenários nas escolas de enfermagem, na Administração Regional de Saúde de Faro e nos hospitais de Santarém e Almada.

Recorda o sindicato que, «nove meses volvidos após a publicação do decreto-lei 134/87, apenas 30 por cento dos colegas já receberam as letras e retroactivos», atingindo a dívida aos enfermeiros da zona sul um valor próximo dos 500 mil contos, «mais ou menos ou milhão em termos nacionais».

Além disso, à maioria dos enfermeiros tarefeiros não está a ser contado o tempo de serviço para os efeitos legais e em muitas instituições não lhes querem pagar os retroactivos impostos pela lei — denuncia o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e RA dos Açores.

Portalegre: ARS encerra urgências

A Administração Regional de Saúde de Portalegre

mandou encerrar a urgência nocturna de vários centros de saúde do distrito e impediu a escala de médicos para o serviço de urgência entre as 8 e as 20 horas — denuncia o Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

«Escandalosamente — comenta o sindicato — o serviço de urgência de vários centros de saúde passa a funcionar apenas durante o fim-de-semana e das 20 às 24 horas nos dias úteis.

Dirigentes do sindicato foram já recebidos pelos presidentes das Câmaras Municipais de Gavião, Marvão, Campo Maior e Monforte, que se mostraram determinados a manter os serviços de urgência dos centros de saúde a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, com um médico em presença física.

Os responsáveis das autarquias manifestaram também o seu apoio à luta dos médicos de clínica geral do distrito pela reposição da legalidade no cumprimento dos horários e pagamento das horas extraordinárias e — informa o sindicato — propuseram reuniões com o Governador Civil para a resolução da situação.

Recordamos que a assembleia de médicos do distrito, realizada no fim de Dezembro, reafirmou a possibilidade de recurso à greve se a ARS de Portalegre não responder às suas reivindicações até ao fim de Janeiro.

Médicos unânimes contra Beleza

A equipa ministerial chefiada por Leonor Beleza pretende, «adulterando a imagem pública dos médicos, esconder a ineficácia das medidas tomadas no campo da saúde» — acusam todos os sindicatos médicos do país numa nota divulgada após a sua primeira reunião, efectuada sexta-feira em Coimbra.

Os cinco sindicatos (do Norte, da Zona Centro, da Zona Sul, SINDEME e SIM) analisaram a situação socioprofissional dos médicos e aspectos da problemática geral da saúde e encontraram «uma ampla base de consenso que permitirá uma acção comum na defesa dos seus associados e dos médicos em geral».

A primeira reunião de todos os sindicatos médicos do país constatou a «degradação progressiva» das condições socioprofissionais da classe nos últimos anos, agravada com a actuação deste Ministério.

Por não terem sido consideradas no Orçamento de Estado as propostas de re-enquadramento técnico-salarial apresentadas pelos sindicatos e não se ter observado da parte do Ministério qualquer intenção de iniciar negociações neste campo, as estruturas representativas dos médicos manifestaram «a sua firme disposição de empreenderem as formas de luta que a grave situação exige».

Ficou agendada nova reunião «a breve trecho».

Docentes

«Não podem ser os professores e educadores a pagar a factura do mau funcionamento do Ministério da Saúde» — afirma a Federação Nacional dos Professores num comunicado em que critica o facto de aquele pretender «sonegar» aos docentes que empregam os retroactivos a que têm direito com a aplicação, tardia, do decreto-lei 100/86.

Este diploma consignou um reajustamento de letra para os professores e educadores em serviço no Ministério da Educação. Aos restantes ministérios — lembra a FENPROF — impunha-se «a imediata tomada de medidas por forma a que todos os profissionais que desenvolvem a sua acção docente fora do ME pudessem ser igualmente contemplados».

Alguns ministérios fizeram-no, como o do Emprego, embora com algum atraso. No de Leonor Beleza, no entanto, só passados 19 meses (em Dezembro de 1987) é que isso foi possível. O decreto-lei que o permite (401/87) deve vigorar, contudo, só a partir de Janeiro de 1988, ficando por pagar os retroactivos desde Abril de 1986.

A FENPROF solicitou já uma reunião urgente ao secretário de Estado adjunto da ministra e anunciou o seu propósito de recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo.

Secretariado da FENPROF

O Secretariado Nacional da FENPROF, reunido no dia 12, salientou a necessidade de «ultrapassar bloqueamentos existentes e de criar condições institucionais para a concretização das reformas educativas decorrentes da Lei de Bases, a começar por uma significativa valorização do estatuto social do professor».

Aquele organismo informou que estuda a possibilidade de apresentar uma queixa formal à Comissão de Direitos e Liberdades da OIT por o Ministério não ter negociado com a Federação e

o Sindicato dos Professores na Europa a tabela salarial para 1988, já publicada em portaria. Registou, além disso, «consideráveis discrepâncias» entre as declarações públicas do ministro e as condições institucionais que o Ministério não cria para garantir o direito à negociação (citando os casos dos docentes no estrangeiro, dos quadros e concursos e do alargamento da Lei da Dedicção Exclusiva a escolas superiores não universitárias como «paradigma dos limites impostos»).

A FENPROF anunciou a constituição do Instituto Irene Lisboa e divulgou as iniciativas marcadas pelos sindicatos membros da Federação para os próximos meses, de que se destacam o seminário de hoje e amanhã, no Funchal, sobre a Lei de Bases e o futuro da educação em Portugal, e os **encontros distritais sobre gestão democrática**, de 26 a 29 deste mês, em Bragança, Aveiro, Braga, Évora e Porto.

Encontro Nacional de Quadros

Com cerca de 500 participantes, realizou-se no dia 9 de Janeiro, na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica, em Lisboa, o Encontro Nacional de Quadros. Sob o tema geral «Os quadros, o desenvolvimento e a modernização da sociedade», foram discutidas questões relacionadas com a situação social e profissional dos quadros e «a ciência e a técnica como factores de produção, modernização e desenvolvimento — o papel dos quadros».

O encontro, que contou com a participação de personalidades destacadas do ensino, da investigação, da produção, da administração, da saúde e das ciências e técnicas sociais e humanas, deliberou por consenso recomendar à Comissão Promotora o diálogo com todas as organizações de quadros existentes, de forma a possibilitar o surgimento de uma organização representativa de todos os quadros portugueses.

A Comissão Promotora do Encontro foi constituída pelo Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante; Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte; Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos; Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos; Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública; Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações; e Federação Nacional dos Professores.

Lisboa não é o do Abecasis!

...«enquanto eu for presidente da Câmara, Lisboa tem rei e tem roque! E ninguém tenha dúvidas sobre isso! A última palavra e a última decisão são minhas! E continuarão a ser minhas até ao último minuto em que aqui estiver!...»

As palavras são evidentemente de Krus Abecasis e nem por terem sido retiradas do contexto em que foram ditas — uma entrevista concedida esta semana a um vespertino lisboeta — perdem qualquer coisa do seu verdadeiro significado.

O cujo é, sem margem para dúvidas, a expressão do mais elementar caciquismo.

Cacique, esclarece o dicionário de sinónimos, é o mesmo que cacico, chefe, eleiçoeiro, manda-chuva, mandão, pai, morubixaba, régulo, tabajara...

Não chegamos ao ponto de chamar «pai» a Abecasis, a quem já devem bastar os seis filhos que tem. Mas não lhe retiramos os outros epítetos. Por manifesta impossibilidade, é claro, já que assim se assume com tão declarado orgulho e convicção.

Não fossem as suas assumidas convicções centristas, ou melhor dizendo da defunta «AD» («...continuo, até hoje, a considerar-me eleito pela Aliança Democrática, mesmo que formalmente ela não exista»), não fosse isso dizíamos, e seríamos tentados a anunciar aos monárquicos que podem enfim dormir em paz que a capital já tem monarca.

Um monarca a rigor, que nem se esquece de dizer, como sempre foi de bom tom, que se considera «o servo dos servos de Lisboa!»

E ainda por cima, superpartidário.

É o próprio quem garante: «Eu nunca fiz, nesta Câmara, política partidária, nunca escolhi ninguém pela sua cor partidária, mesmo para cargos de alta importância».

O que explica, no caso, os pelouros distribuídos aos três vereadores do PS.

E, por insólito que pareça, passa também por explicar o facto dos cinco vereadores da ex-APU — por acaso a segunda força política de Lisboa nas eleições autárquicas — não terem pelouro nenhum.

É que diz Abecasis, como aqueles vereadores, durante a campanha eleitoral, combateram o seu (dele, Abecasis) programa, não podiam ser chamados a quaisquer tarefas «sem trair as suas ideias» (deles, APU/CDU).

Ora, diz o presidente, ele não leva «pessoas a trair as suas ideias».

Pelo que os referidos vereadores da segunda força política de Lisboa devem estar muito agradecidos. Não têm pelouros, mas têm ideias!

Elementar, meus caros.

Mais ainda se se tiver presente que, na pessoalíssima opinião de Krus Abecasis, quem manda em Lisboa é ele.

Por isso mesmo, por exemplo, é que o aprovado monumento ao 25 de Abril, em Lisboa, não anda nem desanda.

E explica: «A minha posição é muito clara: eu quero um monumento ao 25 de Abril, desde que ele recorde aos portugueses o que de bom e consensual teve o 25 de Abril. Recuso-me, terminantemente, a fazer um monumento aos curros do Torel».

Curros do Torel é como Abecasis designa a representação simbólica, no projecto do monumento, das celas em que o fascismo encarcerava os presos políticos, Abecasis já as esqueceu e pretende que todos as esqueçam.

O facto do projecto ter sido aprovado é para ele irrelevante.

«Mas aprovaram? Quero lá saber! Quem manda em Lisboa sou eu, não é o Governo! E isto não é nada discriminatório: houve outro parceiro que quis levantar a Praça do Areeiro, fazer uma «boite» e um supermercado, para pagar um monumento a Sá Carneiro. Não deixe! Porque isto, em Lisboa não é o da Joana!...»

Será assim tão difícil fazer-lhe compreender, de uma vez por todas, que isto, em Lisboa, não é o do Abecasis?

Trabalhadores

Cavaco inventa a pólvora para destruir a INDEP

Primeiro, não pagar
Depois, reprimir e despedir

Depois de a Comissão Executiva das Indústrias Nacionais de Defesa EP ter faltado ao pagamento dos salários e dos subsídios de Natal em devido tempo e ter recusado o diálogo com as organizações sindicais; depois de o próprio Primeiro-Ministro se ter recusado a receber os representantes das 2100 pessoas que trabalham na empresa e ter ordenado a invasão das instalações de Braço de Prata, o espancamento de trabalhadores ali concentrados e o encerramento ilegal da INDEP, a Comissão Executiva desta empresa pública determinou a «suspensão preventiva» de 23 trabalhadores, entre os quais se contam oito membros da CT e alguns delegados sindicais.

Fruto da luta dos trabalhadores, apesar de todas as formas de repressão e intimidação, foi prometido o pagamento dos salários em atraso para amanhã ou segunda-feira. Os representantes dos trabalhadores da INDEP frisam que foi assim evitada a criação de um precedente para a institucionalização de salários em atraso numa empresa pública.

Viabilizar não implica despedir

O Conselho de Ministros, entretanto, anunciou o seu «plano de viabilização» para a INDEP, que aponta para a redução do quadro de pessoal e a alienação de parte do património da empresa. A

execução do plano cabe à Comissão Executiva.

A comissão de trabalhadores manifestou de imediato o seu protesto por o Governo voltar a insistir nos despedimentos e recordou que desde Março de 1987 já foram reduzidos cerca de 800 postos de trabalho.

Os trabalhadores, que têm continuado a concentrar-se diariamente à porta das instalações de Braço de Prata e Moscavide, entendem que a empresa carece de modernização tecnológica, mas isso pode ser feito sem qualquer redução dos efectivos. O «plano de viabilização» não é assim, para a CT, mais que a confirmação do plano já antigo de destruição da INDEP.

Foi pedida uma audiência a Cavaco Silva para quarta-feira (ontem), às 15 horas. À

hora do fecho da edição ainda não estava confirmada, mas os ORTs manifestaram a disposição de se deslocar à residência do Primeiro-Ministro, independentemente da confirmação da reunião.

Em plenários efectuados à porta da empresa — devido ao lock-out decretado pelo Governo —, os trabalhadores voltaram a reclamar o pagamento dos salários de Dezembro (e parte do subsídio de Natal), «manifestando como sempre disponibilidade para o diálogo» — como se afirma numa moção aprovada sexta-feira. No mesmo sentido foi divulgada uma carta aberta ao Primeiro-Ministro e foi distribuído um documento à população. Representantes dos trabalhadores contactaram ainda os diversos grupos parlamentares, obtendo a garantia de uma interpelação ao Governo sobre a situação na empresa.

Anteontem retomaram o trabalho os serviços centrais (cerca de 300 trabalhadores), estando prevista para amanhã o reinício da laboração nos sectores de Barcarena e Braço de Prata.

Em relação a todo o processo da INDEP, as organizações representativas dos trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos manifestaram a intenção de apresentar

uma queixa à Inspeção Geral do Trabalho e de pedir audiência à Procuradoria Geral da República, à comissão parlamentar de Defesa e à comissão parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias.

Solidariedade

Os trabalhadores da INDEP têm contado, na sua luta, com inúmeras manifestações de solidariedade, de plenários de empresa a organizações diversas. Das que mais recentemente chegaram à nossa redacção registamos as da Comissão Coordenadora das CTs de Lisboa (CIL), da Comissão Executiva do MURPI, do plenário/concentração de trabalhadores da Carris, do plenário de delegados do SITAVA, do plenário de trabalhadores da Covina, da Comissão de Freguesia de Barcarena do PCP.

Também a comissão concelhia de Loures do Partido, reunida no dia 9, manifestou a sua «inteira solidariedade» aos trabalhadores da INDEP e também da Fábrica de Loíça de Sacavém e da Joaquim Francisco dos Santos, entre outras empresas onde se luta pelo pagamento de salários em atraso.

Privatizar... os lucros (7)

Ao contrário!

Pode fazer lembrar, mas não é o baile mandado. Este «ao contrário» tem a ver com as tão badaladas privatizações de prejuízos que o Governo e *sus muchachos* pretendem levar a cabo, mesmo contra o que ainda manda a Constituição.

Dizem eles, recorde-se (se é que alguém já conseguiu esquecer), que querem privatizar as empresas porque, com o estatuto de propriedade pública, do Estado, só dão prejuízos. A demonstrar a validade da tese, apresentam números que, se mostram alguma coisa, essa «coisa» é o retrato de muitos anos de ataque por todos os lados, é o resultado da actuação concertada de governos e respectivos conselhos de administração contra as empresas públicas.

Nem é assim tão grande novidade, pois os trabalhadores e as suas organizações já fizeram antes muitos retratos da situação nas empresas, exigindo a alteração da política.

Os privatizadores exigem a mudança de propriedade. É simples: passem para cá as EPs, que nós sabemos fazer lucros e o Estado não. E ficam-se por aqui, que se se discute muito, ainda se esclarece alguma coisa.

Mas esta foi ao contrário. Então não querem lá ver que o ministro dos industriais, Mira Amaral, foi a Setúbal para, entre outras actuações ao vivo, assistir à inauguração de uma agência

para fomentar a investigação científica e tecnológica na região e a criação de empresas de ponta.

De ponta ou não, o certo é que a televisão foi lá e achou por bem dar notícia do que lá viu. Fê-lo no «24 horas», aquele que vai ao ar por volta das 23, todos os dias úteis.

Até levaram lá o homem e tudo.

E isto para nos dizerem — como isto anda ao contrário! — que a dita agência tinha por finalidade «socializar os riscos» (assim mesmo, «socializar os riscos») que a tão boazinha e tão lucrativa iniciativa privada não pode assumir com a investigação e desenvolvimento tecnológico.

Alto lá, ó televisão! Então anda-se a querer privatizar tudo e mais alguma coisa, anuncia-se que o Estado tem que encolher para ficar mais pequenino e assim ficar melhorzinho, dizem aos sete ventos que só com a privada é que isto vai, e agora fazem uma destas?!

O melhor é não falarem mesmo nestas coisas (que foi o que fizeram os jornais com as declarações do senhor ministro), senão a gente ainda acaba por perceber que o que há para privatizar são... lucros.

Ou, dito ao contrário, há que deixar ao Estado, ao povo, os prejuízos.

(Já agora uma interrogaçãozinha a propósito: por que é que ninguém quer privatizar os tais 60 mil contos dos prarentistas?).

Reunião de hoje na Autosil pode ser decisiva

Depois das greves de terça e quarta-feira da semana passada, que tiveram uma adesão superior a 85 por cento dos trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso do SIESI, e de um participado plenário anteontem, na fábrica, em Paço de Arcos, está agendada para hoje à tarde uma importante reunião de representantes dos trabalhadores e da administração da Autosil.

Recordamos que o conflito nesta empresa foi despoletado após a administração ter tentado proibir trabalhadores de participarem em plenários de empresa, rompendo depois unilateralmente as negociações do acordo de empresa para este ano e tentando impor a sua versão da actualização salarial e de outras cláusulas.

CCTV do sector

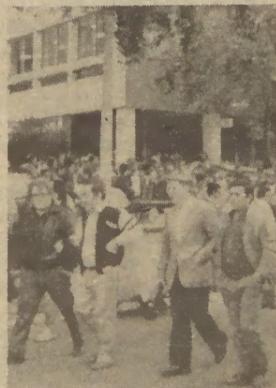
Foi entregue no passado dia 15 à associação patronal dos fabricantes de material eléctrico e electrónico (ANIMEE) a proposta sindical de revisão do contrato colectivo vertical para o sector, onde trabalham 20 mil mulheres e 16 500 homens. A comissão negociadora sindical (liderada pela FSTIEP) reclama um aumento de 15,3 por cento, para vigorar de Janeiro a De-

zembro de 1988, e a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais.

A CNS/FSTIEP propõe ainda a eliminação de uma das categorias actuais, considerada ilegal pelas organizações sindicais devido a não dar acesso a qualquer carreira, ou seja, uma trabalhadora pode nela ficar incluída desde a data de admissão até à reforma — e isso passa-se na maioria dos casos.

Outras cláusulas constantes da proposta sindical contemplam a redução para 35 horas semanais do horário de trabalho em condições penosas; a criação de um subsídio de refeição onde não haja refeições fornecidas pela empresa ou onde a participação seja inferior ao valor adiantado para o subsídio (cerca de 290 escudos); a passagem a efectivos, ao fim de seis meses,

dos trabalhadores contratados a prazo e que laborem em postos de trabalho permanentes; a regulamentação dos prémios, melhorias sociais e pecuniárias para o trabalho por turnos, prémios de antiguidade, melhoria das condições e horário de trabalho das grávidas e mães em período de aleitação.



CEL-CAT

Prosseguem até amanhã as paralisações de 3 horas (alternadas) por dia, iniciadas na CEL-CAT na passada quinta-feira. Os trabalhadores lutam pela aplicação da tabela salarial já acordada. Para ontem estava marcado um plenário na empresa.

Coesão e unidade funcionam na Carris

A coesão dos trabalhadores da Carris, que entendem perfeitamente o sentido da unidade nos momentos cruciais, quando é sempre maior aquilo que os une do que o divisionismo desagregador, aderiram a 100 por cento às greves na empresa efectuadas até agora.

Iniciadas na passada segunda-feira, as greves rotativas, segundo o calendário do pessoal do tráfego, podem prolongar-se, hoje, por quatro horas (das dez às catorze), se se mantiver «a recusa negocial por parte da empresa», como diz um comunicado da FESTRU.

A movimentação grevista, que tem paralisado autocaros, eléctricos e elevadores, nos prazos diários previstos no calendário divulgado com antecedência pelos sindicatos, pode continuar durante o dia de amanhã, 22, sexta-feira, das 16 às 20 horas.

Na segunda-feira, dia 18, não circulou qualquer viatura da empresa na cidade de Lisboa, afirmam os sindicatos e a FESTRU. A mesma Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários sublinhava que a adesão no primeiro dia de greve rondava os 100 por cento.

Impossível de evitar

As greves foram impossíveis de evitar pelos trabalhadores e pelas suas organizações sindicais. Num apelo

à «boa compreensão do público utente», os trabalhadores e os seus sindicatos recordam que «só à comissão administrativa da empresa e ao Governo podem ser associadas responsabilidades» pela situação de greve, que se prolongará, se não houver «qualquer movimento de aproximação às reivindicações dos trabalhadores».

A parte sindical reformulava, entretanto, a sua proposta inicial de aumento de salários que rondava os 14 por cento, mas da parte administrativa (CA) os valores propostos continuavam na ridicularia de 5,5 por cento para a tabela dos salários e de 3,3 por cento para a massa salarial em conjunto.

Plenário anunciado

Ao mesmo tempo que chamava a atenção para a intransigência negocial do Governo e da comissão administrativa, a FESTRU, a mais activa das organizações sindicais na empresa, anunciava para «esta semana» um novo plenário.

Sem marcar a data, a FESTRU acrescentava na passada segunda-feira, ao fim do dia, que nesse plenário seriam definidas «as acções que se julguem mais oportunas».

Recorde-se que a massiva adesão à greve foi precedida de uma concentração-plenário em frente ao Ministério dos Transportes, no passado dia 13. Os trabalhadores e os seus sindicatos decidiram ir para a greve nesse mesmo dia, depois de meses e meses de rigidez da parte do Governo e da CA, ao mesmo tempo que a parte sindical mostrava abertura para se negociar uma tabela útil e realista, enquanto que, assumindo «natureza provocatória», os «senhores membros do Governo» eram aumentados na ordem dos 60 por cento.

No apelo ao público, pedindo «boa compreensão», os sindicatos não se esquecem de que esse mesmo público utente da Carris é «também prejudicado pela política repressiva, a todos os níveis, do actual Governo».

A resolução dos problemas dos trabalhadores da Carris é um passo importante para a resolução dos principais problemas e preocupações que afligem todos os trabalhadores.

Trabalhadores

Desemprego, instabilidade, repressão

É isto o pacote laboral!

O projecto que o Governo já tornou público — de uma forma considerada inconstitucional pelos sindicatos, já que tal iniciativa deve ser da Assembleia da República — pretende modificar o regime de cessação do contrato de trabalho, dos contratos a prazo e da suspensão temporária do trabalho (*lay-off*) e eliminar a protecção legal aos representantes dos trabalhadores.

Mas este é só o primeiro pacote. Respondendo às exigências do grande patronato, o Governo prepara para breve prazo mais uma série de projectos-leis sobre contratação colectiva, horários de trabalho, férias, feriados e faltas, agências de aluguer de mão-de-obra, direito à greve e associações sindicais.

Rua! Está despedido!

O projecto do Governo Cavaco/PSD continua a afirmar que o despedimento sem justa causa é ilegal. Mas, com a aplicação do que a seguir lá vem, o difícil será encontrar causas que não sejam justas, no entender do Governo e do patronato.

Surgem novas alíneas que alargam substancialmente a lista dos casos e de situações que passam a ser «infracções disciplinares» e justificam o despedimento individual.

E surge o conceito de **justa causa objectiva**, uma invenção deste Governo que é apenas isto:

«Constituem justa causa de denúncia do contrato as seguintes razões objectivas:

a) Inaptidão do trabalhador para desempenhar as suas funções, revelada após o termo do período experimental;

b) Inadaptação do trabalhador às modificações tecnológicas operadas no seu posto de trabalho;

c) Necessidade de extinguir o posto de trabalho ocupado pelo trabalhador, fundada em motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado;

d) Desaparecimento da confiança requerida para o exercício de funções directivas e de representação da entidade patronal, ou que exijam elevada autonomia técnica, e outras que, no mesmo grau, imponham relações de elevada confiança.»

Isto, no entanto, não lhes basta.

Nas empresas com menos de 20 trabalhadores, que são a esmagadora maioria no nosso país, passa a ser permitido o despedimento individual com base num processo disciplinar que «pode ser oral», ou seja, o assalariado pode ficar sem emprego quando o patrão quiser.

Quando aos despedimentos colectivos, propõem Cavaco e o seu executivo que eles se considerem «tacitamente autorizados» se o Governo não se pronunciar no prazo de 30 dias desde a entrada do processo.

Bem, mesmo assim pode haver processos de despedimento que vão a tribunal, a

única instância que pode declarar ilegal uma rescisão de vínculo laboral. Recordamos que, segundo a legislação recentemente aprovada pelo Governo, uma acção de impugnação de um despedimento ilegal passou a custar 15 contos, em vez dos 4270 escudos anteriores.

Só que a proposta dos Silvas (Cavaco e Peneda) e do PSD estipula que, **no caso de o tribunal decidir pela reintegração do trabalhador, a entidade patronal «pode exonerar-se do cumprimento da sentença mediante o pagamento de uma indemnização».**

«Nesta matéria — comenta a Comissão Executiva da CGTP-IN num documento sobre a problemática do trabalho e da legislação laboral distribuído aos jornalistas — o Governo de Cavaco Silva vai bem mais longe do que foram os governos de Salazar e de Marcelo Caetano nas leis de 1966 e 1969 sobre o regime do contrato de trabalho».

Contratado... por enquanto

Em vez de limitar a proliferação do trabalho precário, o Governo pretende reintroduzir na legislação o **contrato a prazo incerto**, abolido após o 25 de Abril. Desiludem-se assim os que poderiam acreditar que a liberalização dos despedimentos seria compensada com restrições ao recurso ao trabalho a prazo, limitando-o aos casos em que fosse objectivamente necessário. «O projecto é, nesta matéria, pior



Um exemplo: na fabricação de material eléctrico e electrónico, dominado por grandes multinacionais em permanente mutação tecnológica, o patronato passaria a dispor da figura de justa causa objectiva, até aqui inexistente, para despedir quem quisesse e quando quisesse, a pretexto da inadaptação do trabalhador a novos sistemas tecnológicos

ou de quaisquer outros limites; os jovens até 25 anos podem ser sempre contratados a prazo, seja ou não o seu primeiro emprego;

• podem ser contratados a prazo trabalhadores nos casos de lançamento de uma nova actividade de duração incerta, no caso de início de laboração de uma empresa ou estabelecimento ou quando se verifique qualquer outra situação de que resulte o «aumento efectivo» do volume de emprego da entidade empregadora; este «aumento efectivo» significa que, com o termo dos contratos a

O projecto procura ainda facilitar e acelerar os processos de suspensão do contrato de trabalho e redução de horários (*lay-off*).

Come e cala-te!

Mesmo com o prato das relações laborais a pender todo para o lado da entidade patronal, há ainda o perigo (ai, que perigo!) de os trabalhadores poderem protestar e conseguirem nas empresas algo melhor que aquilo que estas leis pretendem impor.

Vai daí, o Governo, violando abertamente o princípio da liberdade contratual, quer que o seu diploma tenha um **carácter imperativo**, ou seja, determina que um contrato colectivo, por exemplo, não se lhe poderia sobrepor.

Mas há ainda que fazer tudo para sufocar o protesto, intimidar os que criam riqueza para que continuem a criá-la sem pensarem, sequer, onde vai ela parar nem com que fins é utilizada.

O projecto divulgado pelo Governo, como denuncia a CGTP-IN, **restringe injustificadamente as condições de exercício da liberdade sindical:** «de acordo com o papel que a Constituição lhes reserva, e à semelhança do que se passa na generalidade dos países de sistema idêntico ao nosso, são as associações sindicais consideradas centros aglutinadores essenciais de defesa e de promoção dos interesses daqueles que representam e agentes indispensáveis do próprio regime democrático».

Estas funções, claro, só podem ser cumpridas com um mínimo de eficácia através da actividade dos repre-

sentantes eleitos pelos trabalhadores, «actividade esta tantas vezes tida como incómoda pelas entidades empregadoras e exigindo, por isso mesmo, especiais medidas de protecção», não só (nem principalmente) do eleito, mas da própria liberdade sindical.

É o exiges! O Governo pretende, pura e simplesmente, a revogação da lei 68/79 e, como denuncia a Central, reduzir «a aspectos meramente secundários as irrisórias medidas de protecção contra despedimentos de dirigentes e delegados sindicais e de membros de comissões de trabalhadores», mostrando assim «pouco ou nenhum apreço pelas organizações de trabalhadores e pelas funções que lhes cumprem desempenhar, se não mesmo a vontade política de as neutralizar».

CGTP-IN propõe debate aberto

Estes são apenas alguns dos aspectos mais graves de um projecto que deve ser pura e simplesmente retirado, como exigem os trabalhadores e as suas organizações.

A CGTP-IN propõe, concretamente, que o pacote laboral seja «liminamente abandonado» e que se proceda a «uma reconsideração mais ampla da problemática das leis do trabalho por todas as forças sociais e políticas empenhadas no desenvolvimento económico, no progresso social, na melhoria do regime democrático».

Para o «debate aberto, público e participado do conjunto das leis do trabalho, de modo a redefinir-se um novo

equilíbrio adaptado às realidades da época presente e ao regime democrático português», a Central propõe que sejam tidos em conta, entre outros pressupostos:

• a defesa dos direitos dos trabalhadores no quadro definido pela Constituição e pelas convenções da OIT;

• a definição do estatuto da estabilidade e do estatuto da mobilidade «de modo a conjugar, equilibradamente, as necessidades económicas das empresas e da modernização do aparelho produtivo com os direitos e interesses essenciais dos trabalhadores»;

• o combate eficaz em todas as áreas de fraude generalizada (salários em atraso, trabalho infantil, trabalho a prazo e temporário sem motivos objectivos razoáveis);

• uma reforma global e profunda do Código do Processo de Trabalho e do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho;

• a protecção no desemprego, com medidas eficazes de reemprego e medidas de assistência adequada durante o período de desemprego;

• redefinição das garantias patrimoniais dos créditos dos trabalhadores, atribuindo-lhes privilégios creditórios idênticos, pelo menos, aos do Estado;

• a revisão dos sistemas legais de protecção na reforma.

Outras áreas a ter em conta são a higiene e segurança no trabalho, os meios e instrumentos de prevenção e reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, o ensino e formação profissional, as formas de intervenção dos trabalhadores, os mecanismos judiciais.

Juventude

A comissão nacional de jovens da CGTP-IN decidiu lançar uma campanha de esclarecimento dirigida à juventude sobre os efeitos que implicaria a aplicação do pacote laboral do Governo.

Em conferência de imprensa realizada após a reunião de 8 e 9 de Janeiro da CNJ da CGTP — que analisou a presente situação da juventude e aprovou o plano de trabalho do organismo para este ano —, foi anunciado que a comissão vai iniciar os trabalhos preparatórios da 2.ª Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora. A CNJ decidiu ainda empenhar-se, para as comemorações do dia da Juventude (28 de Março) e do 1.º de Maio, numa intervenção directa junto dos jovens, nos locais de trabalho.

que a lei actual» — afirma a CGTP-IN.

Das sete alíneas em que o projecto do Governo descreve as situações que legitimam o recurso ao contrato a prazo, a Central refere apenas duas, que mostram já de forma bem evidente os objectivos destas propostas:

• **podem ser contratados a prazo todos os trabalhadores à procura do primeiro emprego, independentemente da idade**

prazo, não haverá redução do quadro de trabalhadores efectivos existentes 2 meses antes.

«Quer dizer — conclui a Inter —, **se um empregador não tiver qualquer trabalhador permanente, pode contratar a prazo os trabalhadores que entender; se tiver um ou dois, basta-lhe que mantenha esse número de trabalhadores sem prazo para poder contratar a prazo os que quiser».**

Trabalhadores

MSU não assina acordo no CPCS

A «almofada» dos salários não pode servir ao Governo para a «sua» inflação



A CGTP-IN não poderia assinar um acordo sobre política de rendimentos em que os salários para 1988 seriam apenas a almofada que amorteceria o comportamento dos outros rendimentos e o comportamento dos preços.

Com a arrogância do costume, o Governo, pela voz do ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, ameaça impor um acordo de política de rendimentos e preços para 1988, que foi recusado no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) por dois dos seus membros: a CGTP-IN, representante do movimento sindical unitário e da maioria dos trabalhadores, e a CIP, confederação do grande patronato. Escusado será acrescentar que os motivos para a não assinatura do acordo foram fundamentalmente diferentes nos dois casos, levando até o ministro das Finanças a considerar «inocente» a posição da CIP.

Recorde-se que a CGTP-IN, que desde Outubro findo faz parte daquele Conselho de Concertação, onde pelos vistos o Governo não terá, por enquanto, dificuldades em manter uma posição maioritária com a ajuda da UGT, ocupou naquele organismo os lugares que lhe eram destinados por lei, depois de verificar «uma alteração qualitativa da dinâmica da ofensiva do patronato», designadamente no sentido de «reduzir o papel interventivo da CGTP-IN na sociedade».

Recorde-se também que a CGTP ocupou os seus lugares no CPCS ao mesmo tempo que exigia a participação efectiva da Central unitária «em todos os órgãos e instâncias de que se encontra arbitrariamente afastada».

Desmentida pelos factos a inviabilização

Ao contrário do que afirmavam ainda há poucos dias a televisão e a rádio oficiais, a posição da CGTP-IN no CPCS não foi no sentido de «não inviabilizar» o acordo de política de rendi-

mentos e preços para 1988. Uma semana antes da reunião do passado dia 18, em que o dito acordo não foi assinado pela CGTP e pela CIP, o executivo da Central unitária dizia claramente que «ao longo das reuniões que têm decorrido no CPCS, a CGTP-IN tem-se oposto, de forma clara e inequívoca, à ideia de reduzir a política de rendimentos a uma mera fixação de valores para aumentos salariais calculados na base de referências da inflação esperada». Nessa altura os factos já desmentiam ao nível da acção de massas no campo da contratação colectiva qualquer possibilidade de «viabilizar» o projecto do Governo para aquela política que acabou por ser subscrito pela UGT e pela CAP.

No entender dos dirigentes da Central unitária a viabilização seria outra: o seu objectivo central seria o de «inverter a tendência decrescente do peso dos salários no rendimento nacional».

Mas não é nesse sentido que vai o acordo assinado pelo Governo, a UGT e a CAP. O Governo, através de uma série de factos consumados e unilaterais, atirou-se, literalmente, ao poder de compra da população. Foi, como recorda a Inter, «o agravamento brutal dos impostos complementar e profissional, o substancial aumento dos impostos indirectos», o aumento generalizado dos preços, a insuficiência dos novos salários mínimos nacionais (aumentados 9,4 por cento), bem como das pensões e prestações sociais da Segurança Social.

Contra a redução dos salários

O critério da inflação verificada foi defendido desde início pelos representantes

da CGTP-IN no Conselho (CPCS). O acordo não contempla esse critério, antes adopta o da inflação esperada, cujos valores são, no entender dos representantes da CGTP no Conselho, «manifestamente inferiores à inflação média previsível para 1988». Esses valores, que acabaram por vingar no acordo, situam-se entre os 6 e os 4 por cento. Ora, os próprios valores previstos pela UGT para 1988 eram da ordem dos 8,1 por cento, quanto à inflação esperada. Se esses valores de 4 a 6

por cento ou mesmo de 8/9 por cento fossem aceites, provocariam na negociação colectiva — sublinha a Inter — «não só uma queda dos salários no rendimento nacional, como ainda uma redução do poder de compra dos salários líquidos dos trabalhadores».

Se, pelo contrário, se adoptassem os critérios da inflação verificada, isto é, se fossem tidos em conta os valores já conhecidos de 1987 e as próprias previsões «optimistas» da UGT, designa-

damente no sentido de o decréscimo da inflação se manter em 1988, teríamos, segundo o representante da CGTP-IN no CPCS, os seguintes valores de taxas médias de inflação ao longo de 1988:

Janeiro, 9,2 por cento; Fevereiro, 9; Março, 8,7; Abril, 8,6; Maio, 8,4; Junho, 8,3; Julho, 8,3; Agosto, 8,2; Setembro, 8,2; Outubro, 8,0; Novembro, 7,9; e Dezembro, 7,8.

Ora, a «inflação esperada» pelo Governo tem por média 5 por cento, isto é,

«três pontos abaixo da inflação ao longo do ano», com o objectivo de fazer dos salários a «almofada» que, como sublinhava o representante da CGTP-IN, no passado dia 18, sirva para «amortecer o comportamento realístico de outros rendimentos e preços». Isto é «pretende-se que os sacrifícios do processo desinflationista sejam quase exclusivamente suportados pelos trabalhadores».

A CGTP-IN não poderia assinar um acordo desses.

Corticeiros manifestam-se em Aveiro

Cerca de 100 trabalhadores corticeiros da empresa A. Paulo Amorim, de Vila da Feira, manifestaram-se na passada sexta-feira em Aveiro contra a intenção da administração despedir 85 das 193 pessoas que ali trabalham.

Na sequência da luta que vêm desenvolvendo contra o despedimento colectivo, os trabalhadores — «com destaque para as mulheres», como refere o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte — concentraram-se no Largo da Estação (para onde está convocada a concentração dia 6 de Fevereiro contra o pacote laboral) e desfilaram pela avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Dirigentes sindicais do SOCN e da União dos Sindicatos de Aveiro manifestaram na delegação do Ministério do Emprego e no Governo Civil a sua oposição ao despedimento, que se deveria concretizar, em princípio, no dia 20, ontem.

Na quinta-feira reuniram cerca de 50 trabalhadores da empresa de madeiras João Nunes da Rocha, do concelho de Aveiro, que reclamaram o pagamento de um ano de salários em atraso e respectivos subsídios.

A empresa encerrou em Julho de 1985 «por abandono da entidade patronal» —

recorda o Sindicato da Cerâmica, Coístrução e Madeiras de Aveiro, acrescentando que a maioria dos trabalhadores estão ainda desempregados.

Triunfo recusa o diálogo

«O clima de diálogo e sã convivência que durante estes anos se tem vivido no Triunfo foram unilateralmente quebrados pela sua administração» — acusa um comunicado da comissão sindical das Fábricas Triunfo, de Coimbra, tornado público na semana passada. A afirmação dos representantes dos trabalhadores deve-se ao facto de a administração da Triunfo se recusar desde 1987 a rever o acordo de empresa para o sector de produção.

A comissão sindical considera que a atitude da administração é «incompreensível, tanto mais que a negociação de tal acordo, em 1977, partiu da sua iniciativa». O acordo tinha sido revisto anualmente desde então.

O comportamento intransigente da administração — recorda a Comissão Sindical da Triunfo — não tem qualquer fundamento legal, «como foi unanimemente reconhecido, quer pelo delegado do Ministério do Emprego, quer por consultores jurídicos dos diversos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa».

Nem mesmo o facto de o Ministério do Emprego ter dado razão aos trabalhadores demoveu a administração da sua recusa ao diálogo e à negociação; a administração da Triunfo rejeitou também a

arbitragem, o que leva a Comissão Sindical a afirmar que «assim, desrespeitando a legislação nacional e internacional de trabalho», aquela se coloca na ilegalidade, violando os mais elementares princípios democráticos».

Siderurgia

Pela revisão do acordo de empresa e contra os despedimentos previstos pelo Governo e a administração, paralisaram duas horas por turno os trabalhadores da Sider-

urgia Nacional, na segunda e terça-feiras. As greves tiveram a adesão de praticamente todos os trabalhadores.

Covina

Tiveram uma adesão muito próxima dos 100 por cento as greves de quinta e sexta-feira na Covina. No âmbito da luta contra a intransigência da administração na revisão do acordo de empresa, estavam ainda marcadas paralizações para ontem e hoje.

VIII

SONETOS

de

ARY

DOS

SANTOS

um texto de
Manuel Gusmão
e
um desenho de
Rogério Ribeiro

CPCS e acção de massas

O Conselho Nacional da CGTP-IN, na altura da ocupação efectiva dos seus lugares do CPCS, reafirmava (28.10.87), de acordo com o seu programa de acção aprovado no V Congresso, que:

- A CGTP-IN exerce os direitos de participação, com integral autonomia relativamente ao Estado e ao patronato, em defesa dos interesses dos trabalhadores;
- A CGTP-IN, correctamente, sempre considerou, como válidas e complementares, a utilização das formas de luta de

massas com a utilização de mecanismos legais de intervenção reconhecidos ao movimento sindical, seja ao nível de negociação e contratação colectiva, seja na participação nos órgãos e instituições do Estado, seja na apresentação de propostas de resolução para os problemas concretos do País e dos trabalhadores;

- Todas as formas de intervenção sindical podem e devem estar associadas a acções de massas, mas elas constituem, em si mesmo, formas específicas de acção sindical.

Poder Local

Criação da nova freguesia de S. Pedro de Azevedo

A Comissão de Luta pela criação da freguesia de S. Pedro de Azevedo denunciou, em conferência de imprensa realizada na semana passada, «os obstáculos criados por parte de algumas forças políticas, em particular o PS e o PSD, no sentido de impedir que S. Pedro de Azevedo seja freguesia».

Reafirmou a Comissão de Luta que a proposta de passagem a freguesia «tem em conta, por um lado, o sentir e os interesses da população da zona, que ao longo dos

anos tem sido abandonada e discriminada, e por outro lado tem em conta o estudo efectuado, que mostra que S. Pedro de Azevedo reúne todas as condições — número de habitantes, infra-estruturas económicas e sociais — que são exigidas».

O documento distribuído aos órgãos de comunicação social lembra que o problema já esteve na ordem de trabalhos de uma Assembleia de Freguesia, em Junho de 1987, e que, na altura, foi adiado, impedindo as-

sim que fosse votado posteriormente na Assembleia da República. Para que seja possível a Assembleia da República retomar a discussão, têm de chegar, durante o corrente mês, os pareceres favoráveis dos órgãos autárquicos da freguesia.

Alerta a Comissão de Luta para o facto de terem passado dez meses «sem que as forças políticas que têm maioria na Junta e na Assembleia de Freguesia de Campanhã e que travaram a criação da nova freguesia de

Azevedo, levassem de novo o problema à discussão».

Entretanto revelou que teve conhecimento de que «a Junta de Freguesia de Campanhã enviou para a Assembleia da República um ofício em que afirma existir forte oposição à criação da nova freguesia, o que não corresponde à realidade». Pelo facto, a Comissão de Luta pela criação da nova freguesia de Azevedo alerta a população da zona, exigindo que seja reposta a verdade.

Nacional



Praça da Liberdade

Variante

Para variar, um escrito sobre a Variante. Ou melhor, sobre os acessos à Variante que há-de desentupir o trânsito rodoviário na estrada nacional que ainda atravessa as cidades de Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

Ao contrário da Variante, que avança rapidamente, as obras do porto de pesca poveiro arrastam-se desde tempos quase imemoriais... Mas algum dia finalizarão as obras do porto, e esse dia não vem longe, felizmente, para as duas cidades e para os pescadores poveiros, vilacondenses e doutras terras.

Um banco alemão federal financia estruturas de apoio ao porto da pesca. Mas há contrapartidas. O banco alemão entende necessária a construção de uma **via rápida** que ligue a infra-estruturas pesqueira à tal Variante que referimos. Uma **via rápida** que a ser construída, pelas suas características «rápidas», alteraria profundamente as zonas por onde passasse.

Quer isto dizer que a construção da tal rodovia mexeria com a vida e os interesses de milhares de poveiros e vilacondenses, alteraria urbanismos e paisagens. Assunto, por conseguinte, a merecer **discussão pública**, com participação das câmaras, sindicatos, associações de comerciantes, colectividades, partidos políticos.

Mas uma coisa é o que nos diz a voz do bom senso, outra coisa bem diferente o modo como as câmaras das duas cidades têm abordado o problema da **via rápida**... Discutiu-se o assunto à porta fechada, no segredo dos gabinetes, muito «tecnicamente». O mais grave do caso é que provavelmente o secretismo nem foi premeditado, fazendo antes parte de um estilo de trabalho autárquico que arreda por sistema a população de discutir o que quer que seja.

Quando as coisas se passam assim, o erro e o disparate são vulgares. O necessário diálogo entre as duas autarquias, cede lugar a guerras tolas e mais ou menos inflamadas. As propostas sérias e pensadas sobre a tal **via rápida**, são substituídas por «soluções» que dariam cabo de modos de viver ancestrais.

As organizações da Póvoa e de Vila do Conde da CDU tomaram posição sobre o assunto; não para avançar com soluções milagrosas, mas simplesmente para afirmar que seria bom ouvir a opinião dos poveiros e vilacondenses... Afinal, a falar é que a gente se entende, não é?

■ C.R.

CDU em movimento

Em Amarante, Póvoa de Varzim Vila do Conde e Valongo toma posição sobre problemas locais

Estruturas da CDU de vários concelhos do distrito do Porto têm tornado públicas as suas posições sobre problemas de carácter local, denunciando a situação em que se encontram a funcionar os órgãos autárquicos, informando as populações sobre algumas das principais questões de actualidade.

Em Amarante, os eleitos pertencentes à CDU na Assembleia Municipal denunciaram a degradação do funcionamento da autarquia, que com «manifesto prejuízo para a população», continua a cometer graves irregularidades, enquanto, passados que são vinte meses sobre a

instauração de um inquérito pela Inspeção Geral da Administração Interna, continuam por julgar o incumprimento da legalidade em múltiplos aspectos. Por outro lado, os eleitos pertencentes à CDU consideram grave o facto de a Câmara Municipal de Amarante não ter transferido um centavo para as freguesias durante o ano de 1987.

A CDU da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde traz a público o problema da ligação do porto de pesca, cujas obras são financiadas por um banco alemão, à futura variante que passará junto

àqueles concelhos. «O banco financiador faz exigências», refere a CDU. «Quer que seja construída uma via rápida junto à marginal, que pode «mexer» com a vida de muitos poveiros e vilacondenses» e «cortaria a ligação física de milhares de famílias de pescadores ao areal e ao mar». Um problema que a CDU exige que saia dos gabinetes para o debate colectivo, aberto, garantindo a participação dos interessados.

Entretanto, também a CDU do concelho de Valongo tomou posição sobre a intenção da parte do Governo de permitir a travessia da auto-

-estrada Porto-Paredes sobre a linha de caminho de ferro na zona de Susão, «assente na construção de um morro de cerca de uma dezena de metros de altura, o que corta literalmente a sede do concelho em duas partes e «empareda» grande número de habitações».

Na Sé, freguesia da zona histórica da cidade do Porto, os eleitos pertencentes à CDU publicaram uma folha informativa em que dão balanço da situação na Junta e alertam para os principais problemas que afectam aquela freguesia, com destaque para a habitação.

Terra

PCP alerta em Viseu

Defendam os baldios!

A Comissão Distrital de Viseu do PCP levou a efeito no passado fim-de-semana uma jornada de informação e esclarecimento junto dos povos serranos dos baldios do distrito de Viseu, distribuindo um comunicado às populações.

Nele se alerta que vão subir proximamente ao plenário da Assembleia da República para discussão e votação três Projectos-Lei da autoria do PSD, do PS e do CDS cuja clara intenção é revogar as Leis dos Baldios em vigor e preparar ou proceder à entrega destes às autarquias, às celulosas, a grandes proprietários, às multinacionais, etc. Por outro lado, o 1.º-Ministro Cavaco Silva afirmou recentemente em Vila Real que até ao princípio do mês de Fevereiro era imperativo que fosse produzida nova legislação sobre o regime jurídico dos baldios.

Em seguida o comunicado recorda que o PCP sempre defendeu e apoiou os povos dos baldios e as suas lutas muito antes do 25 de Abril quando, por mando dos go-

vernos de Salazar, os serviços florestais e a Junta de Colonização Interna ocuparam e florestaram pela força os baldios, provocando a miséria e a emigração entre os habitantes das zonas serranas. Defendeu e apoiou a formação dos Conselhos Directivos e das Assembleias de Compartes logo após o 25 de Abril e depois da publicação das Leis dos Baldios, condenou sempre a ofensiva legislativa e a sabotagem com que os diversos Governos, Grupos Parlamentares que os suportavam e serviços oficiais procuraram liquidar a administração democrática dos terrenos comunitários pelos seus donos.

Mais adiante — e após algumas considerações demonstrando a legitimidade económica e social da posse

dos baldios pelos povos — o comunicado termina, afirmando:

«A Comissão Distrital de Viseu do PCP tem tomado conhecimento das importantes lutas, acções de protesto e de denúncia e iniciativas em defesa da sua lei que os Conselhos Directivos, Assembleia de Compartes e Povos do Distrito de Viseu têm promovido nos últimos tempos.

«A Comissão Distrital de Viseu do PCP, mais uma vez solenemente declara não só o seu incondicional apoio e solidariedade para com as lutas e a causa dos povos dos baldios do distrito de Viseu, como também a firme determinação dos deputados comunistas para, na Assembleia da República, votar contra aqueles Projectos-Lei e contra as propostas do Governo, prometendo tudo fazer, dentro do que estiver ao seu alcance, para impedir que os baldios sejam roubados aos povos».

Reforma agrária e agricultura

Encontro distrital em Avis

É urgente defender a Reforma Agrária e a agricultura. Esta a preocupação essencial com que vão reunir no próximo sábado, dia 23, em Avis, os trabalhadores das UCP's/Cooperativas, eleitos nas autarquias e outros democratas. Trata-se de um encontro de âmbito distrital (Portalegre), promovido pelo secretariado das UCP's/Cooperativas, o Sindicato agrícola e a União sindical deste distrito alentejano.

A iniciativa está a suscitar vivo interesse na região, não só entre os trabalhadores da

Reforma Agrária, como entre os pequenos agricultores e também entre os democratas que compreenderam o significado da solidariedade para com os obreiros da histórica transformação da agricultura no Sul. Só no distrito de Portalegre a ofensiva contra a Reforma Agrária retirou aos trabalhadores mais de 170 mil hectares, a maioria dos quais apresenta hoje uma imagem desoladora de abandono. Ao mesmo tempo encontram-se no desemprego cerca de 8 mil trabalhadores do distrito.

O «pacote agrícola» que Álvaro Barreto e o Governo Cavaco pretendem impor iria originar mais destruição nos campos: menos mil postos de trabalho, mais 50 mil hectares de terra para o abandono. Acrescente-se ainda que os objectivos destruidores do Ministério da Agricultura não afectariam apenas a Reforma Agrária. Muitos pequenos agricultores (como os de Portalegre) ficariam numa grave situação, nomeadamente devido às «promessas» que o Governo já avançou quanto ao arrendamento rural.

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições *Avante!*



Juventude

Até dia 26

2.º Encontro de Amizade das juventudes soviética e portuguesa

Está a decorrer entre nós a 2.ª Semana de Amizade entre as Juventudes soviética e portuguesa, organizada pela JCP e com iniciativas em vários pontos do País. O convívio, o intercâmbio cultural, o conhecimento mútuo das realidades que envolvem as juventudes nos dois países, a afirmação combativa pela paz e a amizade são notas salientes desta Semana, que prossegue até dia 26.

Entre a delegação soviética que participa nesta jornada em Portugal salientam-se dois agrupamentos representativos de áreas bem diferentes: a banda rock «Século XX», da República da Ucrânia, e o conjunto folclórico «Arco Íris», da República Autónoma da Chuváquia.

A digressão a Portugal é a primeira que o grupo rock realiza ao estrangeiro, revelou em Lisboa o seu empresário Nikolai Grebenik. Depois de uma primeira actuação ontem, os «Século XX» Voltam a ser atracção num concerto marcado para domingo, às 15 horas, no cinema Alvalade, em Lisboa, onde também se apresentará os «Arco Íris», os «Peace Makers» e o Jorge Lomba.

Influenciado principalmente pelos «Led Zepelin» e os «Deep Purple», o grupo de Kiev, que se diz um misto de «heavy metal» e rock sinfónico, é liderado pelo guitarrista Alexandre Saratsk, compositor, finalista do conservatório de Leninegrado.

Iuri Dobrabenko (guitarra), Alexandre Iatel (percussão), Iuri Reguine (baixo) e a vo-

calista Tatiana Kotcherguina são os outros componentes da banda que lançará o seu primeiro LP no próximo mês de Fevereiro e, segundo Grebenik, adquiriu no seu único ano de existência uma popularidade invulgar.

Quanto a Tatiana, com larga experiência de vocalista, tem como credenciais o primeiro prémio do concurso «Orfeu de Ouro» da Bulgária, e o registo das suas canções em dois singles e um LP.

Todos os elementos do «Século XX» têm estudos musicais e as suas idades oscilam entre os 24 e os 30 anos.

Debate e conferência de imprensa

Como já referimos, para além da banda de «rock», a juventude soviética vai estar representada durante esta «semana de amizade» através de um grupo folclórico da República Autónoma da Chuváquia, composto por 25 músicos e bailarinos.

Os elementos do «Arco Íris» são alunos das escolas

técnicas e as suas idades não ultrapassam os 18 anos.

Com um repertório que integra canções da Chuváquia e russas, «Arco Íris» já actuou em diversos países, nomeadamente na Grécia, Chipre, Hungria, Bulgária e Argélia.

O principal objectivo deste grupo, fundado pela Casa da Cultura dos Estudantes do Ensino Profissional da Chuváquia, é a educação estética e a iniciação dos jovens na música popular, bem como a divulgação da arte folclórica desta república autónoma e da região do Volga.

Entretanto, no próximo sábado, dia 23, o 2.º Encontro de Amizade inclui um debate sobre o papel da Juventude Soviética na transformação da sociedade, no quadro do desenvolvimento e aperfeiçoamento do socialismo.

Na próxima segunda-feira decorrerá no mesmo local, a partir das 15 horas, uma conferência de imprensa onde será feito o balanço deste 2.º Encontro, que, além das actuações artísticas (ver Agenda), inclui contactos com órgãos de soberania, visitas e outras iniciativas. A delegação soviética, chefiada por Valery Denissov (membro do Secretariado do Komсомol Leninista), conta com jovens de diferentes sectores, nomeadamente professores, jornalistas e outros intelectuais.

Assembleia da República

Privatizações Um processo inconstitucional e obscuro

Tema quente, as privatizações continuam a dominar em boa parte as atenções da opinião pública e também, naturalmente, a estar no centro do debate político na Assembleia da República. Terça-feira, de novo por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, a matéria voltou a aquecer o ambiente, desta feita por motivo de um recurso apresentado pela bancada comunista. Tratou-se de um recurso da decisão de admissão de uma proposta de lei governamental (n.º 17/V), iniciativa que no entender dos deputados comunistas habilita o Executivo com um instrumento legal que autoriza a violação do artigo 83.º da Constituição.

Com efeito, de acordo com o texto do recurso, a proposta ofende directamente a garantia constitucional das nacionalizações nos termos do referido artigo 83 bem como dos princípios fundamentais relativos à estrutura da organização económica.

Na opinião do Grupo Parlamentar comunista a presente proposta «não se contém dentro dos limites constitucionais» como o comprova o facto de estabelecer com carácter indiscriminado e indiferenciado, um mesmo regime aplicável a todas as

ras que o Governo quer fazer este menino à maioria», disse, acentuando que é por esta razão que «não querem a luz de uma comissão como a proposta pelo PCP para estudar a situação do sector público».

Revisão constitucional

Mas o que o debate permitiu clarificar foi sem dúvida a inconstitucionalidade da proposta de lei sem esquecer naturalmente a inconstitucionalidade de que está ferido todo o processo privatizador que o Governo tem em

putado comunista: «o artigo 83.º protege as participações do Estado. Mas se alguém tem dúvidas pode-se sempre fazer a contraprova seguindo a receita infalível de um velho mestre de filosofia que aconselha que em casos destes quando o exemplo é muito abstracto se escolha um mais comezinho. Vejamos então o raciocínio do deputado Raposo aplicado a um exemplo mais comezinho: P1 – só os bifes gozam de protecção; P2 – meio bife não é um bife; logo meio bife não goza de protecção. E zás toca a comê-lo».

E concluiu: «Tristemente, é esta a atitude que certos grupos económicos têm em relação às participações do Estado que a Constituição protege».

Mas a questão não se esgota aqui. Com esta proposta, na opinião da bancada comunista, o Governo pretende revogar a legislação com a qual a anterior Assembleia procurou «acautelar a transparência e a moralização na venda de participações públicas», legislação essa que, recorde-se, pôs um ponto final a inaceitáveis favoritismos praticados por um ministro em benefício de interesses privados.

Este tema, e designadamente as movimentações e influências dos grandes grupos económicos, foram ainda objecto de análise por parte de José Magalhães, tendo a este propósito salientado que no momento em que os «lobbies se agitam e já se gabam publicamente de conversações de alto nível que lhes dão vantagem sobre outros na corrida em que estão apostados é inquietante a inacção dos deputados do PSD face a imputações que atingem altos responsáveis da maioria».

«Eis ao que está reduzida uma maioria – concluiu – que é uma minoria moral por que não sabe argumentar, nem desmentir e só existe afinal quando vota. Dela se dirá talvez um dia que bebia votos para esquecer e que tantos bebeu que seguiu aos ssssss pela história fora. Até que um dia...»

De grande importância se revestiu no Plenário da passada terça-feira a constituição de uma Comissão Eventual para apreciação dos projectos de revisão constitucional elaborados pelos diferentes partidos.

Definindo a posição do PCP, José Manuel Mendes salientou na sua intervenção a necessidade de que todo o debate futuro sobre esta questão de tão relevante interesse para o povo português se alargue e estenda de múltiplas formas, envolvendo o maior número possível de pessoas e não apenas um restrito «número de especialistas» confinados a um espaço limitado.

«Opomo-nos a qualquer concepção redicionista – disse José Manuel Mendes – que vise desvalorizar a partida as posições dos cidadãos, individuais ou colectivas e privilegiar o negócio secreto, obscuro, dentro ou fora desta Casa, assente em parceiros pré-estabelecidos e em torno de questões centrifugadas artificialmente».



José Magalhães



José Manuel Mendes

participações do sector público, prevendo a sua alienabilidade de princípio.

Acresce ainda que, tal qual se encontra formulada, como foi salientado no debate, a proposta tanto privatiza participações que foram objecto de nacionalização como as adquiridas a outros títulos, enquanto que não distingue por outro lado entre as participações nacionalizadas de forma directa e as indirectamente nacionalizadas.

A todos estes aspectos se referiu com particular incisão o deputado comunista José Magalhães numa intervenção viva no decorrer da qual chamou a atenção para o facto dos debates suscitados pelo PCP sobre esta matéria estarem a permitir detectar sem dificuldade que o processo de privatizações encetado pelo Governo sofre de duas características: é «inconstitucional» e, simultaneamente, «tutuoso, obscuro e manchado por nebulosas operações de grupos económicos apostados em assegurar os favores de altos responsáveis políticos».

Explicando os fundamentos da sua afirmação, José Magalhães assinalou em primeiro lugar a existência de uma «santa ignorância» que hoje percorre os 148 deputados do PSD, desconhecendo que estão dos contornos e do alcance concreto do «processo privatizador que vão autorizar». «É às escu-

carteira – pese embora os expedientes utilizados – e que o próprio debate se encarregou de evidenciar, deixando sem argumentos a bancada do PSD.

Como salientou o deputado comunista, o Governo quer alienar as participações do Estado em empresas privadas de forma despachada, sem o incómodo do concurso público, isto é, sem transparência, concorrência, equidade e sem destrínça entre as participações que foram nacionalizadas e as demais.

José Magalhães deve-se depois a desmontar o «ovo de Colombo» descoberto pela maioria que sustenta o Governo, através do seu deputado Mário Raposo, como forma de torrear a questão. Assim, numa primeira proposição (P1) diz a bancada do PSD que «uma participação pública numa empresa privada não torna essa empresa pública e menos ainda nacionalizada»; por outro lado, numa segunda proposição (P2) «só as empresas públicas e nacionalizadas gozam de protecção», ou seja, «as participações não gozam de protecção nenhuma».

Acontece, porém, como salientou José Magalhães, que qualquer amante da lógica vê que há gato neste raciocínio. E o gato está na proposição dois. «nem só as EPs gozam de protecção». Convidado a um exercício de reflexão, prosseguiu o de-

Porto

1.ª Assembleia Distrital de militantes da JCP

Realiza-se no dia 7 de Fevereiro, na Casa D. Hugo, no Porto, a 1.ª Assembleia Distrital da Organização Regional do Porto da Juventude Comunista Portuguesa, cujo lema será «O Futuro é Nosso».

Estará em discussão a situação da Juventude — principais problemas e anseios, o movimento juvenil no distrito do Porto — principais linhas de unidade e luta, na base de um documento cujo conteúdo está em prepara-

ção e será debatido em todas as organizações da JCP do distrito.

Durante a Assembleia será eleita a Direcção da Organização Regional do Porto da JCP.

Saiu a «Politika!»

É uma revista «a três tempos». São eles que o dizem de si próprios logo no editorial da «Politika» (assim mesmo, com um K). E o leitor — sobretudo o jovem — não perderá o seu tempo a ler esta nova publicação bi-

mestral, editada pela Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa. Nem os que a fizeram e prometem mais perderam o seu tempo. Este primeiro número, entretanto, não é só uma promessa — é já uma demonstração viva e extremamente interessante do que pode ser uma revista feita por jovens que falam aos jovens do que aos jovens — e não só — diz respeito.

Com um grafismo «de choque», onde se impõe a sobriedade aliada a uma certa audácia, a revista propõe um sumário que fará crescer água na boca — artigos, reportagens e entrevistas, «tudo de opinião», como fazem questão de alertar.

Aliás, avisam logo: «So-

mos POLITIKA!, tratamos de assuntos diversos e até tentamos abordar os assuntos de uma forma multifacetada. Mas não somos nem acreditamos na imparcialidade».

... Porque são «também e sobretudo POLITIKA da JCP não só no que dizemos, mas principalmente no espaço que queremos para os outros».

Claro que não se dirigem apenas aos jovens comunistas nem aos comunistas menos jovens. E certamente ganharão muitos leitores que não de dizer, como o Bogart da capa, «Não sou comunista! Mas gostava de ser...»

Não vamos revelar o conteúdo deste primeiro número. Só dizer que vale a pena. E saudar o aparecimento desta «Politika!».



PCP

Governo PSD quer liquidar as leis do trabalho

**PACOTE LABORAL
UMA LEI
PARA DESPEDIR!**

O governo pretende alargar indiscriminadamente as situações que podem levar ao despedimento individual; pretende facilitar os despedimentos colectivos e os contratos a prazo.

**Uma arma
contra todos os trabalhadores**

No projecto do governo tudo serve para despedir: «Inaptidão» do trabalhador as suas funções; «inadaptação» às modificações tecnológicas; razões económicas; perda de «confiança», etc. Se esta lei fosse aprovada todos os trabalhadores poderiam ser despedidos em qualquer momento.

Uma lei contra os jovens

Se ela fosse aprovada os jovens até aos 25 anos ou candidatos ao 1.º emprego, só poderiam ser contratados a prazo. Uma discriminação inaceitável.

**Contra a insegurança
e a instabilidade!**

Pelo direito ao trabalho!

**DIZ NÃO
AO PACOTE LABORAL**

**Amanhã, sábado e domingo
Jornada de esclarecimento
em todo o País**

Começa amanhã mais uma jornada nacional de informação e esclarecimento do PCP, que se prolongará por sábado e domingo, tendo como objectivo levar aos portugueses a análise e as propostas que o PCP assume neste momento da vida nacional.

Amanhã (sexta-feira) os esforços dos camaradas empenhados nesta campanha serão mais orientados para as empresas, e nos outros dois dias para os contactos com a população, nomeadamente através das iniciativas do tipo «porta-a-porta». Carros de som, distribuição de propaganda nos locais de maior concentração (mercados e feiras, recintos desportivos, bairros, etc.), realização de sessões de esclarecimento e de outras acções in-

serem-se nos planos das organizações do Partido em todos os distritos do País. Um jornal informativo e um jornal de parede foram especialmente preparados para esta jornada nacional. Temas em foco nestes materiais, que serão amplamente divulgados junto da opinião pública, são o pacote laboral, as privatizações, o custo de vida, o Orçamento do Estado para 1988, a revisão da Constituição e outros assuntos de actualidade.

Janeiro 1988
INFORMAÇÃO

**Pacote laboral
Ameaça permanente
de despedimento
para todos os trabalhadores**

«Projecto do Governo: Mil e uma receitas para despedir»

«...revelando que para o futuro de todos os trabalhadores...»

«...o projecto do Governo...»

«...a ameaça permanente de despedimento...»

«...para todos os trabalhadores...»

A tempo

«...a ameaça permanente de despedimento...»

«...para todos os trabalhadores...»

MADEIRA

**Há quem encha os bolsos
mas o povo é que paga!**

A situação económica e política na Região Autónoma da Madeira esteve em foco no plenário da Direcção do Partido naquele arquipélago. Vejamos já de seguida um breve apontamento com as conclusões a que chegou a DORAM do PCP, que, entretanto, anuncia para 17 de Abril próximo a 2.ª Assembleia da Organização Regional.

Contrariamente à propaganda pretensamente optimista do Governo Regional o futuro imediato da Região apresenta-se negro, como se pode verificar de alguns dos índices económicos já conhecidos e referentes ao ano de 1987.

Os índices de produção na indústria transformadora revelam uma quebra geral e continuada já que no 1.º semestre de 1987 o índice é de 105,3, contra 116,01 em igual período de 1986.

A pesca descarregada sofreu também uma quebra acentuada passando de 4220,6 toneladas no 1.º semestre de 1986 para 3567,8 toneladas em igual período de 1987.

As remessas dos emigrantes que no ano de 1986 tiveram uma quebra de 30,7% em relação a 1985, continuam a baixar tendo diminuído 18% no 1.º semestre de 1987 relativamente a igual período de 1986.

E mesmo as receitas do turismo em 1987 (relativas ao 1.º trimestre) apresentam uma diminuição de 8,1% em relação ao 1.º trimestre de 1986.

Esta situação aumenta a dependência do exterior em bens essenciais e outros produtos, o que leva naturalmente ao agravamento dos preços, particularmente no capítulo da alimentação e bebidas como se verificou nos primeiros 11 meses de 1987 (13,9%) relativamente a igual período de 1986 (11,9%), enquanto os indicadores globais apresentam uma sensível descida.

Entretanto, da baixa global da inflação não se pode concluir que existe uma melhoria no poder de compra da população, porque essa baixa é

ferente, virada para sectores produtivos fundamentais para que aumente a produção interna, política que passa também por uma maior participação dos trabalhadores no produto por eles criado.

E impõe-se também uma política de firmeza contra a política centralista de Cavaco.

No debate do Orçamento de Estado mais uma vez se verificou a subordinação do PSD/Madeira à direcção nacional do PSD apoiando e aprovando um Orçamento que retirou à Região os meios financeiros que necessita.

Quando neste debate, foi por proposta dos deputados do PCP que a Região ficou isenta do aumento da taxa do IVA, que Cavaco Silva pretendia impor.

Eleições para a Assembleia Regional

A DORAM do PCP analisou o quadro em que se irão realizar as próximas eleições para a Assembleia Regional, alertando para as posições antidemocráticas que se manifestam por parte do PSD, nomeadamente as tentativas para reduzir o número de deputados em violação do disposto no Estatuto Autonomico. Os comunistas vão iniciar medidas práticas com vista à preparação das eleições.

Entretanto, pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República foi requerida no Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade das limitações à liberdade de expressão prevista na Lei n.º 40/80.

A DORAM decidiu retomar as propostas feitas às forças políticas democráticas nomeadamente ao PS e UDP para a realização de reuniões bilaterais para análise das próximas eleições para a Assembleia Regional.

**A luta é uma realidade...
Povo e trabalhadores
do Montijo dão o exemplo**

Se o repúdio pelo pretendido encerramento de especialidades e sobretudo pela maternidade do Hospital Distrital do Montijo foi um dos aspectos mais marcantes da iniciativa democrática e popular no final de 1987, naquele concelho, também no campo laboral se registam significativos acontecimentos, com forte conteúdo de classe, que permitem concluir que aumentam as condições objectivas para levar por diante, com maior êxito, a luta contra os objectivos da política cavaquista.

Esta apreciação, feita na reunião da Comissão Concelhia do Montijo do PCP, que teve lugar no passado sábado, baseou-se no levantamento de informações sobre a vida social e política local, com particular destaque para o que se passou na Isidoro-Moagens e na Fábrica dos Explosivos da Trafaria, sediada perto do Alto Estanqueiro-Jardia.

Com efeito, enquanto na primeira a totalidade dos trabalhadores promoveu en-

tre si uma recolha de fundos de modo a minorar o corte de seis dias de salários com que a entidade pretendia «castigar» um activista sindical (caso naturalmente remetido para Tribunal, via sindical), na segunda ocorreu em 4 de Janeiro uma deslocação em massa dos trabalhadores até a uma agência bancária da cidade do Montijo, de que resultou o pagamento de salários em atraso.

A Comissão Concelhia do Montijo analisou ainda o resultado do balanço da organização local do Partido e definiu o essencial do seu calendário político, com destaque para as acções que os eleitos da CDU deverão continuar a assegurar, com vista à defesa dos interesses das populações montijenses.

O empenhamento na mobilização para a manifestação de 6 de Fevereiro, convocada pela CGTP-Intersindical Nacional, foi outro aspecto debatido na reunião.

Encontro de quadros da Saúde em Évora

• Iniciativa de âmbito nacional a 27 e 28 de Fevereiro

A iniciativa conjunta das Direcções Regionais do PCP do Alentejo, Algarve, Santarém e Setúbal, proporcionou a realização, no passado sábado, em Évora, dum encontro de quadros do Partido da zona Sul ligados ao sector da Saúde.

Médicos, pessoal de enfermagem, técnicos de laboratórios de análises e elementos das comissões de base da Saúde debateram no Teatro Garcia de Resende um conjunto diversificado de questões, salientando-se, naturalmente, os aspectos da política definida pelo actual Governo e as propostas do PCP para esta importante área.

«Dar mais Saúde à vida» foi o lema deste encontro, no decorrer do qual foram abordados problemas como a colocação dos médicos, a gestão hospitalar, os centros de saúde, a educação sanitária, a qualidade de vida, o combate às doenças e epide-

mias, etc. Este encontro de Évora inseriu-se nas actividades preparatórias do Encontro Nacional sobre Saúde, marcado

para os dias 27 e 28 do próximo mês de Fevereiro (e não 6 e 7, como referimos por lapso na nossa última edição).

Camaradas Falecidos

João Evaristo Sousa
Membro da Comissão de Freguesia do Caniço, no concelho de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira, faleceu o destacado militante comunista **João Evaristo Coelho de Sousa**, de 39 anos. Era membro do Partido desde 1974.

Vitor Álvaro Santos
Organizado na freguesia do Lumiar (célula do Bairro da Cruz Vermelha), em Lisboa, faleceu no passado dia 13 o nosso camarada **Vitor Álvaro Santos**. Contava 81 anos.

Lúcia Barreto Espada
Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 15 a militante comunista **Lúcia Alves Barreto Espada**, de 65 anos, membro da Comissão Concelhia do PCP de Vila Nova de Ourém. Era uma camarada muito prestigiada na organização local do Partido e entre a população.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» e as organizações do Partido a que pertenciam manifestam o seu profundo pesar.

PCP

Meio milhar de quadros no encontro do Porto

Cerca de meio milhar de militantes comunistas estiveram reunidos no último domingo no Porto num encontro promovido pela Organização Regional do PCP. Os trabalhos decorreram na Faculdade de Engenharia, em plenário e em secções de debate. Na parte da manhã foi analisada a situação política e a acção do Partido nos próximos meses, tendo em conta a resolução aprovada pelo Comité Central (reunião de 10 e 11 de Dezembro), assim como os problemas organizativos e as linhas de acção para o reforço do trabalho no distrito. Durante a tarde, em duas secções distintas, foram analisados e debatidos, respectivamente, a intervenção do Partido na região, visando contribuir para o reforço da luta dos trabalhadores e do movimento operário; e o desenvolvimento do trabalho nas autarquias, a dinamização da CDU e o desenvolvimento das lutas locais das populações e do associativismo popular.

As questões relativas ao reforço do Partido no actual momento, tendo em conta que o PCP é o único grande partido democrático que defende firme e consequentemente os trabalhadores, e o regime consagrado na Constituição, bem como os aspectos relativos à preparação do XII Congresso, abordados na última resolução do Comité Central, mereceram a atenção dos participantes neste

encontro da ORP, que contou com a presença dos camaradas **Carlos Costa**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e **Edgar Correia**, suplente da Comissão Política.

No debate realizado na Faculdade de Engenharia foi salientado o crescimento real da luta dos trabalhadores do distrito, particularmente em defesa dos postos de trabalho, exigindo o pagamento

de salários e melhores contratos.

A mobilização para os desfiles convocados pela USP/CGTP-IN, pelos sindicatos e CTs do distrito para 6 de Fevereiro foi um aspecto bem vincado pelos quadros comunistas, que avançaram uma rigorosa análise, abundantemente documentada, da grave situação social que se vive no distrito.

Dinamizar a CDU

No encontro foi analisado o valioso trabalho desenvolvido e programado pelos eleitos da CDU, nos vários órgãos do Poder Local do distrito, quer onde estão em maioria, quer onde estão em minoria.

A ofensiva do Governo PSD/Cavaco contra o Poder Local e a luta do Poder Local contra o Governo, em particular, o largo movimento de repúdio, que envolve muitas dezenas de autarquias do distrito, contra o corte brutal feito pelo PSD de verbas às

autarquias, foi outro dos temas em destaque. Em foco esteve ainda a tentativa de entrega pelo Governo, com o apoio da CCRN, do chorudo negócio do futuro abastecimento de gás à região do Porto, a certos grupos de capitalistas, em prejuízo das autarquias e das populações do distrito.

Campanha de recrutamento

O encontro — cujos participantes receberam em primeira mão o terceiro número do «Panorama», a nova folha de informação da ORP — debucou-se ainda sobre a dinamização e alargamento da CDU em todos os concelhos e no maior número de freguesias do distrito, visando a dinamização da vida autárquica e a sua ligação com as populações, a defesa do Poder Local democrático e o reforço da ligação do trabalho nas autarquias com o trabalho nas organizações populares.

No encontro distrital de quadros do PCP foi também abordado — como já aludimos — o plano de acção do Partido programado para o primeiro semestre deste ano. Do conjunto muito vasto e diversificado de acções e iniciativas que serão oportunamente tornadas públicas, o destaque vai no imediato para a realização de uma campanha de recrutamento de 500 novos militantes que a DORP decidiu lançar até Junho, para a realização de uma jornada pública de esclarecimento do Partido (neste próximo fim-de-semana) e para a comemoração do aniversário do PCP no dia 6 de Março, com uma grande iniciativa política e cultural, no Palácio de Cristal, no Porto.

60 MIL CONTOS PARA A LUTA DOS TRABALHADORES



ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A construção do novo Centro de Trabalho do PCP em Setúbal já está em marcha, anuncia o «Notícias da Campanha», edição deste mês de Janeiro de 1988, que acrescenta: No novo ano de 1988 vamos erguer de facto as paredes do Novo Centro de Trabalho da DORS. Tudo está a postos para este passo decisivo de uma nova etapa da construção do CT. Assim, e para darmos a conhecer aos órgãos da Comunicação Social e à população em geral o novo CT, vamos levar a efeito uma conferência de imprensa (que será anunciada brevemente), vamos ver pelas ruas do nosso distrito o cartaz da campanha e, vamos distribuir autocollantes e mascotes pelos amigos do partido, porque, o êxito desta campanha depende do esforço de cada um. Mas, no novo ano vamos ter muitas iniciativas originais. Vamos realizar um



leilão de arte, passeios culturais pelo nosso distrito, venda de uma serigrafia, edição para o aniversário do Partido de uma colecção especial de Avantes, feiras do livro, *ralis paper*, jantar com variedades em Setúbal, excursões e festas. Com alegria porque acreditamos no amanhã e com muita firmeza e criatividade o CT da DORS será uma realidade muito viva na defesa do regime democrático. Inseridas na campanha realizaram-se numerosas iniciativas em Dezembro de 87, nomeadamente bailes, mercados de Natal (34) e festas de passagem de ano (12). O cartaz da campanha já aparece em todo o distrito de Setúbal!



Uma importante iniciativa da Organização Regional do Porto

Trabalho na frente autárquica Encontro concelhio em Almada

Contribuir para a preparação da 5.ª Assembleia da Organização, marcada para o fim-de-semana de 12 e 13 de Março próximo, e para a dinamização e reforço do Poder Local democrático e do trabalho dos eleitos do PCP e da CDU nessa importante frente são objectivos fundamentais do encontro concelhio de quadros que decorrerá no próximo sábado, dia 23, em Almada, por iniciativa do Partido. O debate terá lugar na Academia Almadense, entre as 10 e as 13 horas, e, depois, das 15 às 18 e 30 horas.

Vão participar neste encontro os camaradas eleitos nas autarquias do concelho e Almada, membros do Conselho Municipal e das comissões de moradores, quadros das organizações do Partido, democratas independentes e candidatos em listas eleitorais.

Na nota que o Executivo da Comissão Concelhia fez chegar à nossa redacção informa-se que haverá «intervenção central», estando reservadas duas horas e meia para debate.

Acrescenta-se ainda que «há todo o interesse que o

debate seja preparado pelos camaradas de forma a conhecerem-se insuficiências, propostas e formas de ataque a novos problemas, partindo do trabalho realizado, para a necessária confiança na capacidade que temos e colocamos ao serviço das populações».

O plano de preparação da 5.ª Assembleia da Organização Concelhia inclui outras iniciativas, das quais destacamos os encontros de quadros das freguesias e comissões de moradores (29 de Janeiro) e de células de empresas e organizações repre-

sentativas dos trabalhadores (30 de Janeiro).

Célula do PCP na RN apela à unidade dos trabalhadores

«É conhecido o programa do Governo PSD/Cavaco Silva para os transportes e, em particular, para a RN. Do mesmo modo que outras empresas públicas, também a RN sofreu e continua a sofrer por parte dos anteriores e do actual Governo (a que não é alheio igualmente o conselho de gerência e a direcção do Centro) uma ofensiva que pretende o seu desmembramento, com a consequente entrega ao capital privado das parcelas mais rentáveis» — alerta um comunicado divulgado recentemente pelo secretariado da célula da RN/CEP 7 (Laranjeiro), do PCP.

Acrescenta o documento: «A esta manobra os trabalhadores da RN têm-se oposto e vão continuar a opor-se por todos os meios constitucionais ao seu alcance.

«Todos sabemos que a satisfação das exigências de desenvolvimento social e económico de toda a população no campo dos transportes, só serão conseguidas com a defesa da RN como empresa nacionalizada.

O Governo PSD/Cavaco Silva assim não pensa. São outras as suas intenções: a RN e os seus trabalhadores correm perigo.»

«Contra a ofensiva do Governo», lembram os trabalhadores comunistas, há medidas a tomar, tais como o reforço da unidade e da mobilização do pessoal desta empresa nas lutas que lhes dizem directamente respeito e na luta geral das classes trabalhadoras, chamando-se desde já a sua atenção para a «manif.» de 6 de Fevereiro em Lisboa.



Melhorar a intervenção do Partido — em Almada como em todo o País, uma aposta dos militantes. Para vencer!

PCP

O distrito de Leiria e o OE para 1988

Temos mostrado nas últimas edições do «Avante!» testemunhos e exemplos concretos das consequências negativas que o Orçamento do Estado (OE), aprovado pelo PSD na Assembleia da República, vai (já está!) provocar nas diferentes regiões do País. Aos apontamentos que nas últimas semanas já aqui deixámos sobre os distritos de Lisboa, Porto, Évora e Faro, acrescentem-se agora mais dois casos significativos, estes relativos ao distrito de Leiria. A situação dos agricultores do Vale do Lis e do novo hospital suscitou tomadas de posição da Direcção Regional do Partido (DORLEI), que aqui deixamos no seu conteúdo essencial.



Vale do Lis

Agricultores enganados

O Orçamento de Estado para 1988 também no que respeita ao sector agrícola põe a descoberto uma atitude política negligente e demissionária por parte do Governo. Foi assim que o PCP caracterizou o Orçamento de Estado para o sector agrícola, quando da sua discussão na Assembleia da República.

Entretanto, uma análise mais cuidada do Orçamento que o o Governo impõe relativamente ao nosso distrito, vem reforçar a opinião dada na Assembleia da República. De facto, o Governo não contempla nenhuma verba para as obras do Vale do Lis. O Governo abandonou pura e simplesmente qualquer projecto, não considerando assim nenhuma verba para reabilitação do perímetro hidroagrícola do Vale do Lis, deixando assim de satisfazer as aspirações de todos quantos vivem da terra nesta zona do nosso distrito.

Promessas, essas não faltaram. Em campanha eleitoral, Cavaco Silva garantiu que iria ter uma atenção particular com os agricultores. E agora é o que se vê! Não há verbas para o Vale do Lis, já não falando do IVA para os tractores e alfaias agrícolas,

assim como outras medidas igualmente gravosas.

Os agricultores do Vale do Lis têm o direito de se sentirem enganados, porque a verdade é que foi com promessas que o Primeiro-Ministro conseguiu a maioria que suporta o seu Governo.

Mas à medida que Cavaco Silva e o Governo vão desenvolvendo a sua política, mais claro fica que os seus interesses são contrários aos agricultores e ao povo em geral, em benefício de uma minoria de amigos, de grandes capitalistas e grandes senhores da terra.

O Partido Comunista Português tem vindo a tomar, desde há muito, posição na Assembleia da República no sentido de se resolverem os problemas do Vale do Lis.

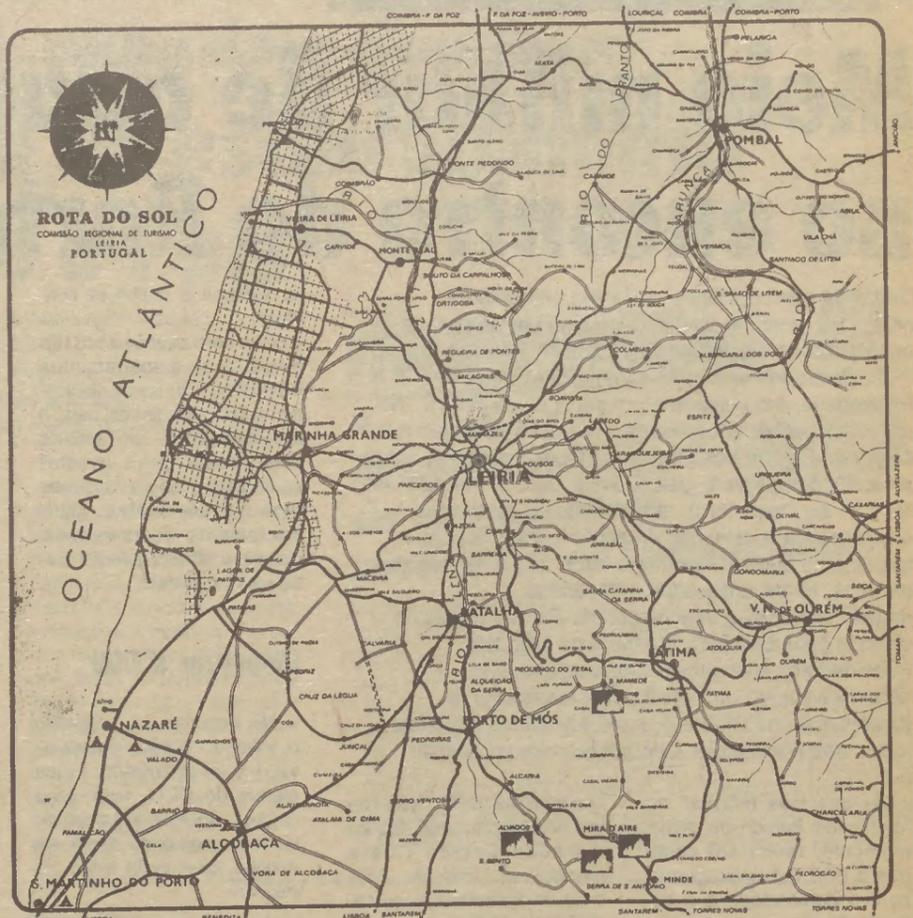
Ainda na anterior legislatura, depois de uma visita

efectuada pelo deputado do PCP a essa zona, foi levantado o problema na Assembleia da República e feito requerimento ao Governo. Mais recentemente, em 16 de Dezembro de 1987, o PCP, na Assembleia Municipal de Leiria, fez uma recomendação à Câmara Municipal para que esta clarificasse junto do Governo o que este pensava fazer em relação ao Vale do Lis.

A Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP sempre esteve, está e estará disposta a tomar as medidas necessárias e ao seu alcance para resolver os problemas do povo do distrito de Leiria.

Os agricultores do Vale do Lis merecem ter os seus problemas resolvidos, em vez de promessas enganadoras que só servem para captar o voto nos períodos eleitorais.

A DORLEI do PCP repudia tal atitude do Governo e vai propor ao seu Grupo Parlamentar que faça um novo requerimento ao Governo para esclarecimento da situação.



Novo hospital

Da promessa ao recuo passando pelo silêncio

O novo hospital que toda a região exige e necessita está a ser posto em causa pelo Governo de Cavaco Silva.

O concelho de Leiria e todos os concelhos limítrofes e as suas populações há muito lutam pela urgente construção de um novo hospital com maior capacidade de internamento que o actual e que possa prestar serviços de saúde em mais valências e em melhores condições e qualidade.

Por isso, defendemos, tal como todos os que estão empenhados na defesa dos interesses da região defendem, que o novo Hospital de Leiria deveria ser classificado no grau 3 e ter uma capacidade de internamento de pelo menos 500 camas.

A inclusão no Orçamento do Estado de 1987 de uma verba de 4 807 130 contos, como valor total da obra, parecia corresponder às expectativas do hospital a que aspirávamos.

Porém e inexplicavelmente tomámos conhecimento que o Governo, no Orçamento de Estado para 1988, diminuiu o valor global da verba destinada à construção do hospital para cerca de metade (2 708 155 contos), o que significa uma alteração profunda da obra. Trata-se na verdade de um hospital muito inferior ao inicialmente prometido e projectado.



Mais uma vez Leiria e a sua região se vêem secundarizadas.

A gravidade da situação exige das forças políticas uma clara posição na defesa e concretização desta importante aspiração regional.

O PSD de Leiria votando contra, sem qualquer explicação, uma moção do PCP na Assembleia Municipal de Leiria que exigia do Governo a manutenção do projecto inicial e da classificação de grau 3, para além da indignação que tal atitude causou, mais suspeitas levantou que estaríamos perante manobras com o objectivo de pôr em causa o novo hospital.

A DORLEI do PCP não pode deixar de alertar principalmente os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Batalha, Pombal, Porto de Mós e Vila Nova de Ourém, para o significado de tais cortes nas verbas do hospital, e exigir do Governo e do PSD local a urgente clarificação, sem qualquer ambiguidade, dos seus propósitos em relação a esta nova unidade de assistência.

A DORLEI do PCP está convicta de que todos unidos seremos capazes de impor o respeito pelos interesses da nossa região.

Plenário concelhio em Portalegre

A Comissão Concelhia de Portalegre convocou para amanhã um plenário de militantes em que se abordará a situação política e as tarefas

imediatas definidas pelo Comité Central na sua última reunião. O plenário vai realizar-se no Centro de Trabalho de Portalegre a partir das 21

horas, com a participação de uma camarada da direcção do Partido.

Célula da «Unidade Trabalhadores»

Com a participação de uma centena de camaradas, realizou-se recentemente a 2.ª Assembleia da célula do PCP na Cooperativa agrícola «Unidade Trabalhadores»,

de Campo Maior, distrito de Portalegre. No decorrer dos trabalhos foi analisada a actividade desenvolvida pela organização e avançou-se um conjunto de direcções para a acção futura. Ponto saliente da Assembleia foi também a eleição do novo secretariado da célula. **Francisco Rocha**, da Comissão Distrital do Partido, abordou as conclusões da última reunião do Comité Central numa intervenção de encerramento.

Domingo em Alpiarça

Encontro distrital de quadros de Santarém

A Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP convocou para o próximo domingo, dia 24, um encontro distrital de quadros subordinado ao tema «o Partido e o trabalho de massas».

Na informação que o Executivo da DORSA nos fez chegar refere-se que esta iniciativa surge no «seguimento das conclusões da última reunião do Comité Central do Partido e tem em vista a preparação do XII Congresso».

O encontro decorrerá nas instalações do Centro de Trabalho de Alpiarça, a partir das 10 horas prolongando-se até ao fim da tarde.

Sesimbra

Está a decorrer no concelho de Sesimbra a fase preparatória da 5.ª Assembleia da organização do PCP, marcada para o dia 31 deste mês. O trabalho dos comunistas no concelho, hoje e no futuro, será um dos pontos em foco no debate desta Assembleia, a que nos referiremos com mais pormenores na nossa próxima edição.

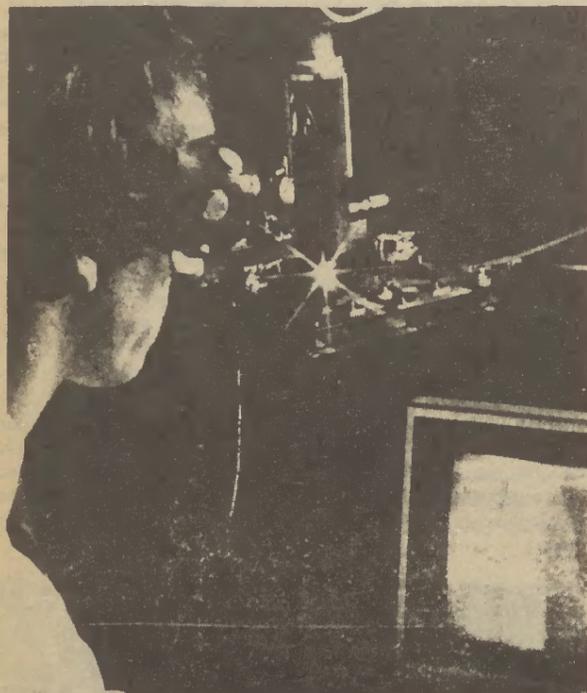
Internacional

Lei da empresa estatal Passo importante na «Perestroika»

Dia 1 de Janeiro entrou em vigor, na União Soviética, a Lei da Empresa Estatal, um elemento fundamental das grandes transformações económicas em curso, no quadro da «perestroika».

De acordo com a nova lei os colectivos de trabalhadores assumem o direito de resolver as questões e problemas mais importantes da empresa, responsabilizando-se simultaneamente pelos resultados económicos do seu trabalho.

No fundo as chaves do progresso técnico, do bem-estar, do crescimento — ao nível da empresa — ficam nas mãos dos colectivos.



A rápida aplicação prática dos avanços científicos é um elemento importante da reestruturação no plano económico

Os sindicatos decidem da política social da empresa gerindo os fundos que lhes são destinados. Os colectivos decidem dos meios a atribuir à política social, ao nível do seu local de trabalho. E simultaneamente deverão decidir da estratégia

de produção, das opções económicas, dos avanços na introdução de novas tecnologias e formas de poupança de energia e matérias-primas. Os salários serão, neste quadro, em função do trabalho individual e colectivo.

Nas palavras de Gorbachov, na mensagem de Ano Novo dirigida ao povo soviético, a entrada em vigor da Lei da Empresa Estatal significa «que a maioria dos colectivos de trabalhadores começarão a trabalhar em regime de autogestão económica total». E ainda «a valorização em todos os colectivos de trabalhadores do trabalho criativo, da iniciativa e responsabilidade, organização e disciplina».

A introdução na prática da nova lei — aprovada depois de amplo debate popular, e considerada, de par das resoluções dos Plenários do Comité Central de Janeiro e Junho de 87, como traçando «as principais orientações da reestruturação revolucionária da nossa sociedade», nas palavras de Gorbachov — surge numa fase especial da «perestroika», quando se encerra uma primeira etapa, e se inicia a segunda etapa de transformação.

O balanço desta primeira fase, em termos estatísticos, é positivo. No recente encontro de Gorbachov com intelectuais, há dias realizado na sede do CC do PCUS, sintetizava-se que, nos últimos três anos, os níveis de produtividade do trabalho na URSS aumentaram 30 por cento na indústria, 60 por cento na construção civil e 180 por cento na agricultura.

As estatísticas indicam também que a fase de estagnação relativa foi superada. O ritmo de crescimento industrial médio atingiu 4,4 por cento em 1985/86 e o volume da produção industrial aumentou 3,5 por cento no primeiro semestre de 87, o que corresponde aos valores

planeados. A produção agrícola em 1986/87 aumentou quase 10 por cento em relação aos valores obtidos no quinquénio anterior (1981-85). A produção global de cereais ultrapassou a média anual em 210 milhões de toneladas (um crescimento de 17%). E — o que é particularmente significativo — o ritmo de crescimento dos investimentos na esfera social em 1987 foi três vezes superior à taxa de aumento dos investimentos na economia.

Para Gorbachov, entretanto, mais que todos os resultados quantificáveis, temos os resultados políticos, e sublinha, como principal resultado político do ano findo, o crescente apoio popular à linha de reorganização adoptada pelo Partido.

Segunda etapa perspectivas e problemas

«Ouve-se frequentemente dizer que se trata de escolher entre o efeito económico e o efeito social, ou a bicha de espera diante da bolsa de trabalho, ou as bichas frente aos armazéns. Afirma-se que a ineficácia da economia é o preço que se é obrigado a pagar pela inexistência de desemprego. Ora, nós propomos alliar as vantagens de uma economia eficaz à segurança no plano social», diz-nos Otto Laci, subchefe de redacção do «Kommunist», nas páginas de «Les Nouvelles de Moscou». Objectivo inerente ao socialismo, em que é o homem o centro das preocupações, e o objectivo último da pro-

dução.

Trata-se actualmente de superar o atraso registado na adaptação dos mecanismos económicos ao impulso da revolução técnico-científica, dar um grande salto no desenvolvimento económico.

Mas não naturalmente como foi e está a ser feito no capitalismo: sacrificando os interesses e direitos dos trabalhadores, mesmo os mais vitais.

No socialismo, o processo é exactamente o inverso.

«Trata-se de nos preocuparmos mais ainda com as pessoas — sublinhou Gorbachov em 1 de Outubro, em Mourmansk — dar mais atenção ao seu trabalho e à sua vida».

E para avançar na via das necessárias transformações socioeconómicas, o caminho é o da empenhada participação dos trabalhadores, do acréscimo dos seus direitos, para que sintam como sua a empresa em que trabalham, sintam, «na pele» diríamos, a ligação entre o seu trabalho (e a sua qualidade) e a sua vida.

«O principal — diz ainda Gorbachov na reunião do Comité Central de Junho passado — é saber como, numa base socialista, criar os estímulos do progresso económico, científico, técnico e social, mais eficazes que no capitalismo, como adaptar de forma mais eficaz a gestão planificada aos interesses do indivíduo e do colectivo».

Naturalmente que na prática o processo em curso está bem longe de se desenvolver de forma linear, sem problemas.

Nas conferências dos co-

mités do Partido de Moscovo e Kiev, assinalou-se, por exemplo, casos de quebra de índices de produção e de produtividade. A razão referida para isso é a falta de formação e de informação dos trabalhadores, mesmo sobre o que é «essência prática da reforma».

É preciso automatizar, e em grande escala, diminuir a parte do trabalho manual, sem criar desemprego. Fazer jogar mecanismos económicos, nomeadamente preços, mercado, lucros das empresas, aumentando simultaneamente o nível de vida (ainda que se possam registar algumas quebras circunscritas nomeadamente quando nesta difícil fase de adaptação, a produção da empresa não corresponder às normas de qualidade exigidas). Reformular o sistema de ensino, não só em função das exigências, acrescidas, de investigação e desenvolvimento científico e técnico, como para corresponder às necessidades de reciclagem. Até ao ano 2000, 30 milhões de trabalhadores serão libertos de actividades produtivas. E aqui o caminho não é o desemprego, mas um novo posto de trabalho.

Questões avulsas de um processo apaixonante na evolução do socialismo. Processo dirigido pelo Partido Comunista. «Nenhuma transformação é possível sem o Partido Comunista», sublinha Gorbachov. Nesta perspectiva, vai realizar-se este Verão a 19.ª Conferência Nacional do Partido. No centro dos trabalhos estarão «as questões da democratização da sociedade soviética».

TURQUIA



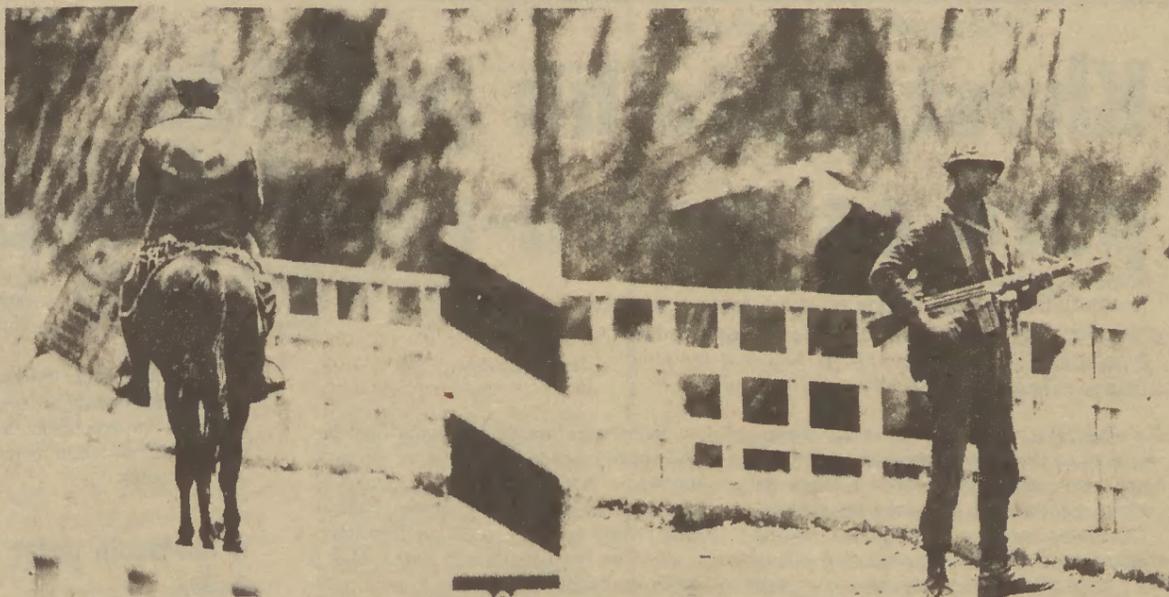
Haydar Kutlu e Nihat Sargin

Haydar Kutlu, secretário-geral do Partido Comunista da Turquia, e Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia, regressaram ao seu país dia 16 de Novembro passado, por decisão dos comunistas turcos, no esforço de impor a legalização do partido, o único partido comunista da Europa ainda hoje na clandestinidade.

Numa clara demonstração do verdadeiro conteúdo da sua «abertura democrática», o governo de Ankara ordenou a imediata prisão dos dois dirigentes comunistas. Ainda no aeroporto.

Haydar Kutlu e Nihat Sargin continuam presos. Nas suas edições de 13 e 14 de Dezembro, jornais turcos transcreveram testemunhos de tortura, em depoimentos-denúncia dos dirigentes comunistas.

Aqui transcrevemos esses testemunhos. Relembrando que a CEE se prepara para admitir a adesão da Turquia. Pelos vistos já considerada, na óptica do capital, suficientemente democratizada...



A repressão sempre presente num país carente de desenvolvimento

Testemunhos de tortura

O testemunho de Haydar Kutlu:

«Durante dez dias, sentado numa cadeira, de olhos vendados, sem dormir, fui interrogado. Era obrigado a permanecer completamente nu, de pé sobre o cimento. Durante horas, com os olhos vendados, fiquei de pé. Era suspenso pelas mãos, e dirigiam sobre mim jactos de água fria sob forte pressão. Após alguns dias, fui conduzido à sala de interrogatório, e de novo suspenso; ligaram-me um cabo eléctrico às mãos e ao sexo sem fazer passar a corrente, molharam-me com água e a seguir ligaram a corrente eléctrica. Depois da tortura, senti uma picada na perna esquerda e um calor a percorrer todo o meu corpo. «Deram-me um medicamento», disse-lhes e eles continuaram a interrogar-me. Pouco depois não estava em estado de responder».

O testemunho de Nihat Sargin:

«Com os olhos vendados e sentado numa cadeira, fui interrogado, sem dormir, durante 170 horas. Só quando ia à casa de banho me era retirada a venda. Havia três equipas que asseguravam o interrogatório. Davam-me constantemente injeções, tentando quebrar o meu moral, a minha resistência. Durante o interrogatório insultaram-me, deram-me pontapés e murros. No mesmo edifício em que me encontrava, conduziram-me a um quarto (semelhante a um quarto de hotel) no subsolo. Dormi durante duas horas, fui vestido com roupas de preso; após duas horas fui de novo levado para a sala de tortura. Despiram-me, começaram a lançar-me jactos de água fria sob forte pressão, penduraram-me do tecto com uma corda e aplicaram-me a tortura».

Internacional

Afeganistão, 15 de Janeiro

Um ano de «reconciliação nacional»

Um ano é passado sobre o início da aplicação, no Afeganistão, da política de reconciliação nacional, e do decretar do cessar-fogo unilateral pelo governo da República, a 15 de Janeiro de 1987. Do balanço do que neste ano foi conseguido, fala o presidente da Frente Nacional do Afeganistão, Rahim Hatef, em entrevista à agência «Bakhar». Sintetizando os factos em alguns números, Rahim, que é também presidente da Comissão extraordinária suprema para a reconciliação nacional, sublinha que 40 mil rebeldes passaram para o lado do governo de Cabul, enquanto 114 mil outros rebeldes assinaram com as autoridades protocolos estabelecendo o cessar-fogo, o que se traduz em que um total de 1500 grupos armados optaram pela adesão à política de reconciliação nacional.

Desta forma o Estado afegão estabeleceu o seu controlo, por via pacífica, sobre três mil aldeias. As províncias de Farah e Nimroz e centenas de distritos, cidades e aldeias, foram declaradas zonas de paz.

No país foram ainda instituídas 3 370 comissões de reconciliação, integradas por 6 mil antigos adversários do governo, 400 dos quais são deputados aos órgãos do poder local e estatal.

Mais de uma centena de milhar de pessoas regressou ao país, apesar dos por vezes tremendos obstáculos que grupos terroristas e mesmo governos estrangeiros colocam a tal regresso, tendo sido criados 22 pontos fronteiriços de acolhimento, onde puderam obter auxílio.

Em números globais, estes factos significam que actualmente o governo da República controla 8500 aldeias (mais de um terço das aldeias do país), todas as 45 cidades, 214 distritos e comunas.

O que nos dá uma medida concreta do muito que se avançou, por via pacífica, no período de um ano. Mas

também das dificuldades, da complexidade de uma situação que o imperialismo se empenha em manter num quadro de violência.

A política de reconciliação. Em que ponto estamos...

Das dificuldades e problemas fala Najibullah, secretário-geral do CC do Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA), na Conferência Geral do Partido, realizada em Cabul em Outubro de 1987.

«A política de reconciliação nacional — sublinha — exacerbou todas as contradições. Realizar a nova política revelou-se mais difícil do que pensávamos. A política de reconciliação nacional não se tornou ainda irreversível. Aqui nem tudo depende de nós. O inimigo intensificou a ingerência militar e política. Washington e os seus partidários ao nível regional alargam a agressão contra o povo afegão. A contra-revolução extremista tenta golpear por todos os meios a reconciliação nacional».

De par dos problemas, passos importantes foram já dados.

Najibullah realça, no seu relatório à Conferência do Partido, como **principais realizações dos últimos cinco anos** (desde a anterior Conferência do Partido), «o desenvolvimento da Revolução de Abril, a consagração das suas conquistas, a actividade do nosso Partido enquanto força dirigente e influente». E concretiza com alguns factos. «Realizaram-se as primeiras eleições verdadeiramente democráticas e foram constituídos os órgãos do poder popular numa parte importante do território afegão. O desejo de acabar o mais depressa possível com a guerra fratricida levou-nos à política de reconciliação nacional. O povo é o seu protagonista. Apesar da guerra, todos os índices económicos foram ultrapassados. Os direitos conquistados pelo povo serão consagrados na nova Constituição. Nos anos decorridos, as forças armadas cresceram e consolidaram-se de forma notável. O prestígio internacional do nosso Estado e do Partido subiu».

Na Conferência falou-se do início de uma **segunda etapa** da aplicação da política de reconciliação nacional. O seu programa prevê a conclusão do processo de formação de um bloco de forças democráticas de esquerda, a elaboração do mecanismo de cooperação com os diversos partidos, a formação de um governo de coligação e dos órgãos de coligação do poder local, a contribuição para o rápido repatriamento dos refugiados, a

adopção da Constituição do Afeganistão, a eleição do Conselho Nacional e do presidente do país.

Passos importantes já foram entretanto dados neste sentido, em particular com a realização da grande «jirga», assembleia popular com origens históricas.

A grande «Jirga»

A Grande Assembleia Nacional de Representantes Populares, a grande «jirga», reunida a 30 de Novembro de 1987, votou a **nova Constituição** do país, de que o projecto havia sido debatido meses a fio. 15 mil sugestões de emendas saíram desses debates. 120 dos 137 artigos do documento foram sujeitos a revisão, e foram acrescentados ainda mais 11 novos artigos.

De acordo com a nova Constituição, o país fica com a designação de República do Afeganistão. **No plano político** opta-se pelo princípio da coligação de partidos, que nas palavras de Najibullah, significa que o «poder pertencerá a vários partidos unidos por uma política comum de concórdia nacional».

Em vésperas da grande «Jirga» quatro novos partidos tinham sido registados — a Organização Revolucionária dos Trabalhadores do Afeganistão, a Organização dos Trabalhadores do Afeganistão, o Partido Camponês da Justiça e o Partido Islâmico Popular — que, em aliança com o PDPA, constituirão a base do bloco interpartidário democrático, a encabeçar o futuro governo e a Assembleia Nacional.

Facto particularmente significativo. Os delegados à

grande «Jirga» elegeram por unanimidade o secretário-geral do CC do PDPA, Najibullah, para a presidência da República. Apesar de os membros do PDPA constituírem menos de um quarto dos delegados da «Jirga».

Tendo em conta as realidades nacionais, a nova Constituição proclama o Islão como a «religião sagrada» do país. No seu segundo artigo afirma-se que não se pode promulgar na República qualquer lei contrária às bases da religião islâmica.

No **programa económico** agora consagrado em termos constitucionais, o ponto essencial é o desenvolvimento de uma economia independente, tendente a eliminar o atraso e elevar o nível de vida das populações.

Os recursos naturais, as mais importantes fontes de energia, a banca e os ramos chave da indústria pesada são propriedade do Estado — como fica inscrito na Constituição. Simultaneamente é reconhecido o sector privado e autorizada a participação de capitais estrangeiros em projectos económicos nacionais.

Vale a pena aqui referir a apreciação feita por Najibullah, na Conferência do Partido, dos novos contornos da realidade política afegã, a que se prende também uma nova redacção do programa de acção do PDPA.

«O conteúdo e os objectivos do novo sistema político inspiram-se na vontade do povo de viver em paz — diz Najibullah. No que respeita ao poder, o PDPA não abdica dele nem abdicará, mesmo que alguns camaradas o afirmem, mas renunciará ao monopólio do poder para que os seus órgãos se tornem mais representativos e a sua composição mais variada.

«A essência e o papel do Estado afegão recebem uma definição diferente (...) A posição do Partido resume-se em que o carácter e essência do Estado afegão devem provir, não apenas da visão específica do PDPA, mas da realidade objectiva e da consideração das forças em presença. É a verdade em que se inspira a nova redacção (do programa do PDPA) que define o Afeganistão como um Estado soberano, neutro e não alinhado».



A mais ampla participação popular é objectivo e o instrumento da política de conciliação nacional

Khost, batalha perdida para os contra-revolucionários

Rádio Cabul anunciava, logo no início deste ano, que um comboio de veículos afegãos e soviéticos tinha conseguido levar a Khost quatro mil toneladas de alimentos. Que significa esta notícia?

Desde 21 de Dezembro último desenvolvem-se importantes combates em torno da cidade afegã de Khost, a sudeste de Kabul, próximo da fronteira paquistanesa. Combates em que participaram lado a lado tropas afegãs e soviéticas, e que a TV largamente comentou, como é de seu hábito numa perspectiva de apoio à acção terrorista dos contra-revolucionários.

A cidade de Khost, com 40 mil habitantes, está praticamente cercada desde 1979, sendo objectivo dos contra-revolucionários fazer dela sua capital.

A cidade tem vindo a ser abastecida no fundamental por via aérea. Mas o fornecimento por Washington dos conhecidos mísseis americanos Stinger, deu aos bandos armados a possibilidade de abater também os aviões de abastecimento. Na Primavera passada, dois aviões de transporte civil foram abatidos, de que resultou a morte de cinquenta pessoas, incluindo crianças.

Com os Stinger ficou criada uma situação particularmente difícil para os habitantes da cidade cercada.

Numerosos apelos para uma negociação foram lançados por parte do governo afegão — directamente à tribo Dzakran, que controla a região. Dirigentes tradicionais tinham aceiteado, a 21 de Dezembro, o início de um debate com Kabul. Mas o chefe do bando que domina a zona recusou negociações.

Último ponto estratégico da contra-revolução afegã em território nacional, Khost tornou-se centro de confluência de numerosos bandos armados, muitos deles provenientes do Paquistão.

Em 29 de Novembro as autoridades afegãs lançam uma grande ofensiva militar, conseguindo assim assumir o controlo da estrada Gardez-Khost.

A 7 de Janeiro, contra-ataque dos contra-revolucionários — cujo chefe, o «mulah» Jalaludin Hakani, mantém contactos estreitos com a aliança dos sete grupos contra-revolucionários apoiados pelos EUA, que recusam qualquer iniciativa de diálogo e paz.

A operação malogrrou-se, apesar da elevada capacidade de fogo dos contra-

-revolucionários. Muitos representantes de tribos da zona recusaram-se a participar nos combates.

Face à derrota, um grupo de partidários da reconciliação, incluindo dirigentes rebeldes, foi executado pelos homens de Hakani, por se terem recusado a participar nos combates.

O obstáculo maior à paz

O carácter terrorista das acções desenvolvidas pelos contra-revolucionários, não é desconhecido de ninguém. A prática do terror é coisa quotidiana. Bastará referir a forma como os contra-revolucionários «comemoraram» o dia em que passaram 8 anos sobre a entrada de um contingente militar soviético no país, a pedido das autoridades afegãs: um ataque à granada a uma camioneta cheia de civis, que circulava numa estrada perto de Hérat, não longe da fronteira iraniana. Balanço: 28 mortos e 18 feridos graves. Na sua maioria mulheres e crianças.

Agora são os próprios apoiantes estrangeiros dos terroristas que denunciam os perigos do «terror islâmico» (dos bandos contra-revolucionários).

Grupos de médicos franceses que têm apoiado os bandos terroristas, advertiram mesmo há dias, publicamente, da possibilidade de implantação do «terror islâmico» após a saída das forças militares soviéticas do Afeganistão.

Entretanto, em véspera das conversações afegano-paquistanesas, o vice-secretário de Estado americano para os assuntos políticos, Armacost, em visita ao Paquistão, afirmou que «os EUA continuarão a ajudar os «duchman» (elementos dos bandos) até que estes alcancem os seus objectivos».

Em visita a Hanói, o chefe de Estado afegão, Najibullah, afirmou que o processo de reconciliação defronta «dificuldades consideráveis em virtude das actividades subversivas do imperialismo e da reacção».

Grandes esforços para a criação de condições de paz estão a ser desenvolvidos, pelo governo do Afeganistão e pela União Soviética. Em artigo recente do «Pravda» sobre as negociações de paz, a realizar em Genebra entre o Afeganistão e o Paquistão, sublinha-se que «o problema não é a data do início da retirada das tropas soviéticas, mas a data da cessação do auxílio norte-americano aos «duchmans»».

Internacional

Agrava-se situação no Sudeste de Angola

As tropas cubanas estacionadas em Angola poderão intervir directamente nos combates, caso continuem a verificar-se as agressões da África do Sul a território angolano.

O anúncio daquela decisão foi feito em Luanda, a poucos dias da prevista chegada do secretário de Estado norte-americano adjunto para os Assuntos Africanos, Chester Croker, àquela capital, para debater as novas propostas para a retirada das tropas cubanas de Angola, e quando a região do Cuito Cuanavale está a ser alvo de fortes ataques do exército sul-africano.

Em comunicado difundido a semana passada, o Ministério angolano da Defesa dá conta dos violentos combates que estão a travar-se na província de Kuando-Kubango, no sudeste de Angola, entre o exército nacional e um efectivo de seis mil ho-

mens das tropas agressoras da África do Sul, fortemente armados.

Em comunicado anterior, o Ministério da Defesa angolano tinha denunciado a emissão do ataque, sublinhando que a África do Sul visa «a tomada de algumas locali-

dades, mais precisamente do Cuito Cuanavale, e, consequentemente, expandir as suas incursões armadas para o centro e norte do país, impedindo, desta forma, a reabilitação do caminho-de-ferro de Benguela».

Como as autoridades angolanas fazem notar, estas acções militares sul-africanas visam ainda «propiciar a infiltração dos bandos fantoches da Unita mais para o interior do território angolano, por forma a dar à opinião pública internacional uma imagem completamente distorcida da actual situação militar vigente em Angola».

Como é evidente, a proxi-

midade destes ataques com a ronda de negociações entre Angola e os Estados Unidos está longe de ser fruto do acaso. Apoiante activa dos bandos da Unita, a administração Reagan verá com agrado uma aparente posição de força da organização de Savimbi, que lhe permitirá pressionar ainda mais Angola para ceder às suas exigências de ineludível carácter político.

Neste contexto, assumem particular importância recentes afirmações do general Olusegun Obasanjo, antigo presidente da Nigéria, que em visita a Angola fez notar que os países africanos deveriam encarar a agressão que a África do Sul move contra a República Popular de Angola «não só como uma guerra contra Angola, mas como uma guerra contra a África».

«Se Angola continuar a ser sucessivamente desestabilizada, disse, outros países a norte de Angola serão igualmente desestabilizados e será apenas uma questão de tempo antes que os restantes países da África Negra caiam sob a influência da África do Sul».

Por isso o general Obasanjo — que integra o grupo de personalidades da Commonwealth encarregado de supervisionar a aplicação de sanções contra Pretória — exortou a comunidade internacional a prestar maior apoio moral e material a Angola, de modo a «forçar a África do Sul a desistir da guerra» e a chamar «à razão todos aqueles que possam persuadir a África do Sul» a pôr termo à guerra contra Angola.



A agressão a Angola é uma questão que diz respeito à comunidade internacional, a quem cabe pressionar a África do Sul para pôr fim à guerra, ao racismo e ao colonialismo

Tensão nas relações entre Portugal e Angola

As relações entre Portugal e Angola podem vir a ser seriamente afectadas caso se concretize a eventual visita de Jonas Savimbi, presidente da Unita, a Lisboa. A notícia foi dada no final da semana passada pela agência Lusa que, citando uma fonte diplomática da capital, revelou que o Ministério das Relações Exteriores de Angola convocou o embaixador português em Luanda, para lhe manifestar a preocupação pela possível concretização de tal visita.

Segundo a agência, o diplomata português foi informado de que o convite para Mário Soares visitar Angola até ao final do ano poderá ser prejudicado pela eventual vinda de Savimbi a Portugal, o mesmo sucedendo em relação à prevista visita de Cavaco Silva, bem como do ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro e do secretário de Estado Durão Barroso.

Como repetidas vezes tem sido afirmado pelas autoridades angolanas, o desejável desenvolvimento das relações bilaterais entre os dois países é incompatível com a existência de qualquer

apoio, directo ou indirecto, à Unita.

A ausência de comentários oficiais a este assunto, por parte dos governantes portugueses, faz suspeitar que as diligências desenvolvidas e anunciadas em finais de Novembro último pela chamada «ASDEPA» em relação à visita de Savimbi têm alguma consistência.

Recorda-se que aquela associação de amigos da Unita divulgou os seus projectos em conferência de imprensa em que participaram, entre outros, o deputado do PSD, José Pacheco Pereira, o consultor da Casa Civil da Presidência da República,

João Carlos Espada, bem como os jornalistas Henrique Monteiro («O Jornal») e Gouveia de Albuquerque («Tempo»), que haviam participado numa visita à Jamba, conhecido quartel-general de Savimbi graças à protecção sul-africana.

Na sequência desta iniciativa, o «semanário» noticiava, dias depois, que «haveria uma lista de personalidades prontas a subscrever o convite», entre os quais «Freitas do Amaral seria um dos primeiros».

Não houve desmentidos sobre o assunto.

Apesar das afirmações repetidas das autoridades portuguesas do empenho no aprofundamento das relações com a República Popular de Angola e com o seu legítimo governo, sublinhado quando da visita do presidente José Eduardo dos Santos à reafirmado em Dezembro último, com a deslocação a Lisboa do vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, o

Palestinianos em greve geral

A população palestina da Faixa de Gaza e da Cisjordânia cumpre desde a passada terça-feira três dias de greve geral, respondendo ao apelo feito nesse sentido pela OLP e as instituições nacionais nos territórios ocupados por Israel.

A jornada de luta, que constitui um «reforço da revolta» contra a ocupação israelita, será assinalada com um boicote aos produtos originários daquele país, o hastear da bandeira da Palestina em edifícios públicos e privados, a paralisação de autocarros e táxis e o encerramento dos estabelecimentos comerciais, entre outras coisas.

Terminou entretanto a visita do secretário-geral adjunto da ONU, Marrack Goulding, aos territórios ocupados. O representante das Nações Unidas teve oportunidade de constatar que os palestinianos «abominam realmente a ocupação» e que Israel «criou uma situação intolerável».

As tropas continuavam, no início da semana, a cercar os campos de refugiados palestinianos na Faixa de Gaza, impedindo centenas de milhares de pessoas de se deslocarem. O próprio exército confirmou que sete dos oito campos estão cercados e sujeitos a recolher obrigatório. Enquanto isso, aumentam as críticas e condenações ao governo de Israel; o dirigente da Internacional Socialista Bruno Kreisky defendeu já a expulsão do Partido Trabalhista de Israel, que faz parte da coligação governamental, daquela organização.

Abstenção domina eleições no Haiti

De acordo com as informações mais recentes, as eleições do passado domingo no Haiti levaram às urnas apenas entre 10 a 15 por cento dos 3,3 milhões de eleitores inscritos, o que significa uma vitória das forças da oposição ao regime do general Namphy, que apelaram ao boicote eleitoral.

Para além das abstenções, as «eleições» foram caracterizadas por diversas irregularidades, de que deram testemunho diversos jornalistas estrangeiros presentes em Port-au-Prince, a capital haitiana. Salienta-se, entre outras coisas, a não verificação das identidades dos votantes, a abertura dos boletins de voto pelos escrutinadores antes da entrada nas urnas, a falta de privacidade no preenchimento dos mesmos boletins, a falta de urnas, a distribuição de boletins de voto à porta das assembleias, por vezes acompanhados de dinheiro, etc., etc.

Recorda-se que, apesar da promulgação pelo chamado «Conselho Nacional Governamental» de uma lei eleitoral prevendo multas e penas de prisão para quem apelasse à abstenção, os maiores partidos políticos do Haiti bem como as Igrejas católica e protestante exortaram abertamente a população a boicotar o acto eleitoral destinado, na sua opinião, a reabilitar o regime do general Namphy, após o massacre de Novembro último.

Morreu Sean MacBride

Sean MacBride, Prémio Nobel da Paz e fundador da Amnistia Internacional, morreu na passada sexta-feira, em Dublin, com 83 anos de idade.

MacBride, que foi secretário-geral adjunto das Nações Unidas e Prémio Lenine em 1977, chefiava actualmente o Bureau Internacional para a Paz.

Aumenta tensão no Bangladesh

A repressão policial de manifestações em Rajshahi e Narayanganj, no Bangladesh, no início da semana, provocou pelo menos 23 feridos, anunciou a imprensa local.

Os manifestantes exigiam a demissão do presidente Mohammed Ershad e a restauração da democracia, palavras de ordem que nos últimos tempos vêm mobilizando as mais vastas camadas da população contra o regime ditatorial.

Entretanto, e sem qualquer explicação, as autoridades anunciaram o adiamento, para 3 de Março, das eleições marcadas para 23 de Fevereiro.

Recorda-se que as forças da oposição exigem a demissão do presidente Ershad e a formação de um governo transitório, independente, que garanta a realização de eleições livres.

Repressão e desemprego na África do Sul

Só nos primeiros dez dias deste ano o número de vítimas entre a população negra sul-africana ascendeu a trinta e três, segundo dados oficiais, na sequência das acções repressivas do governo racista.

Entretanto, de acordo com dados do departamento central de estatísticas, nos últimos três anos foram despedidos mais de 200 mil trabalhadores, apenas nos quatro maiores ramos económicos, sem incluir os «bantustões». Dos despedidos, 85 por cento são de origem negra, «de cor» e asiáticos.

Internacional

Cimeira centro-americana dá novo impulso ao plano de paz

O plano de paz para a América Central recebeu um novo impulso no passado fim-de-semana, na cimeira que reuniu os presidentes da Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Honduras e El Salvador em São José, na Costa Rica.

Contrariando todas as expectativas, a cimeira saldou-se pela aprovação de uma série de medidas tendentes a implementar o plano de paz e a obrigar os Estados Unidos a rever a sua política na região, de que se destaca, em particular, a decisão do governo da Nicarágua em encetar conversações directas com os grupos contra-revolucionários para a negociação de um cessar-fogo no país.

O anúncio desta medida, feito pelo presidente nicaraguense Daniel Ortega em conferência de imprensa, constituiu uma verdadeira surpresa, já que representa uma completa viragem na política sandinista.

Recorda-se que as autoridades de Manágua se recusaram até à data a negociar com os «contras» por considerarem, com toda a legitimidade, que aqueles não passam de meros representantes de Washington. Como é do conhecimento público, toda a actividade dos «contras» é dirigida a partir da Casa Branca, que não se tem poupado a esforços para conseguir do Congresso e por outras vias menos claras o financiamento daqueles grupos anti-sandinistas.

Recusando as negociações com os «contras», o governo de Manágua pretendia levar os EUA a aceitar negociações bilaterais que permitissem pôr cobro à ingerência norte-americana na Nicarágua. Os contactos existentes entre os dois governos foram unilateralmente rompidos pelos EUA em 1985, ao mesmo tempo que se intensificavam os ataques e o boicote à Nicarágua.

Explicando a decisão tomada, Daniel Ortega afirmou: «Decidimos tomar uma série de medidas para pôr fim à guerra ilegal que os Estados Unidos estão a mover contra o governo nicaraguense». Entre essas medidas, como especificou, inclui-se o levantamento do estado de emergência, em vigor no país desde 1982, bem como a libertação dos presos políticos.

Segundo Daniel Ortega, caso seja acordado de imediato o cessar-fogo, os presos poderão reintegrar-se na vida civil; se tal não for possível, o governo sandinista está na disposição de permitir a sua saída, como exilados, designadamente para os Estados Unidos.

Como foi reconhecido na cimeira de São José, a aplicação imediata destas medidas, pela Nicarágua, torna necessário igualmente que seja posto fim à ajuda aos grupos armados e à utilização do território de cada Estado para agressões aos outros Estados. Dois aspectos que dizem particularmente respeito a Washington, que não só financiam os «contras» como lhes prestam apoio logístico, particular-



Os EUA continuam a ser o principal obstáculo à reconciliação nacional na Nicarágua e à paz na América Central

mente através de unidades estacionadas nas Honduras e em El Salvador.

De assinalar o facto de o governo norte-americano se ter recusado a comentar os resultados da cimeira de São José, «enquanto não tiver oportunidade de estudar pontos específicos», como disse um porta-voz da Casa Branca.

Na opinião da generalidade dos comentadores políticos, bem como de diversos diplomatas, a administração Reagan ficou com o seu cargo de manobra bastante reduzido com o anúncio das

medidas referidas, sendo agora mais difícil conseguir que o Congresso aprove, em Fevereiro próximo, o pedido de Reagan para nova ajuda de 270 milhões de dólares para os «contras».

Entretanto, em Miami, a chamada «Resistência Nicaraguense» divulgou um comunicado aceitando a oferta de negociações, que poderão começar já na próxima semana «se os sandinistas estão a falar a sério».

Por seu turno, Daniel Ortega anunciou que vai enviar a Reagan uma mensagem propondo o reinício das negociações bilaterais.

O acordo, classificado de histórico pelo presidente guatemalteco, Vinicio Cerezo, que o considera a prova de que «os 27 milhões de habitantes da região sabem traçar o seu destino sem interferência externa», não diz no entanto só respeito à Nicarágua. A situação em El Salvador e nas Honduras não registou progressos significativos, pelo que importa destacar as palavras de Oscar Arias, presidente da Costa Rica, que lembrou que o acordo obriga todos os governos a cumprir as suas promessas.

A guerra económica dos EUA à Nicarágua

Desde o triunfo da revolução sandinista, em 1979, que os Estados Unidos se assumiram não apenas como o principal obstáculo à paz na América Central, mas também como o instigador dos conflitos existentes, com o objectivo confesso de derrubar o governo da Nicarágua e substituí-lo por um mais consoante com os seus interesses políticos.

Nessa guerra não declarada, a administração norte-americana tem usado, para além das agressões militares directas e do financiamento dos «contras», uma outra arma bem poderosa: o boicote económico.

No momento em que o governo de Manágua acaba de dar mais um passo importante para levar a bom termo o plano de paz acordado na cimeira centro-americana de Esquipulas, em Agosto do ano passado, parece-nos importante relembrar, ainda que a traços largos, o que tem sido essa agressão económica movida pela superpotência que são os Estados Unidos contra o pequeno país que é a Nicarágua.

Logo em 1981 os EUA cortaram a assistência económica e alimentar à Nicarágua, e congelaram todos os créditos que lhe haviam prometido. Dois anos depois, a Nicarágua foi excluída do

plano de ajuda aos países centro-americanos e das Caraíbas no âmbito da «iniciativa para as Caraíbas», de Reagan. Na Primavera do mesmo ano, Washington reduziu em 90 por cento (de 58 000 para 6000 toneladas) a quota açucareira nicaraguense, o que mereceu inclusivamente a condenação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio); limitou também as exportações, em particular de maquinaria e equipamento, produtos químicos, etc., a pretexto de que na sua produção se empregavam as «mais modernas tecnologias».

Em 1984, para forçar os

países que cooperavam com a Nicarágua a aderir ao boicote, a CIA minou os portos nicaraguenses e os seus acessos, o que viria a merecer a condenação do Tribunal Internacional de Haia.

Prosseguindo a sua escalada agressiva, no dia 1 de Maio de 1985, por ordem governamental, os EUA impuseram o embargo comercial contra a Nicarágua, a interrupção das comunicações aéreas entre os dois países e a proibição de entrada nos portos norte-americanos de barcos com a bandeira nicaraguense.

Simultaneamente, a partir de 1983, os EUA exerceram a sua influência política e económica para forçar as organizações financeiras internacionais a bloquear a concessão de créditos e empréstimos ao governo sandinista. Refira-se, como exemplo, o facto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não ter ainda concretizado o crédito acordado com a Nicarágua em Novembro de 1984, da ordem dos

60 milhões de dólares, para financiar projectos para a agricultura. Não menos elucidativo é o facto da Nicarágua ter sido excluída dos beneficiários do crédito concedido pelo BID ao Banco Centro-americano de Integração Económica para a reconstrução da rede viária da região.

Recorde-se ainda as diligências de George Shultz junto dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE para conseguir a adesão dos respectivos países ao boicote económico contra a Nicarágua, o que viria a ser condenado em reuniões extraordinárias do SELA e do Conselho de Segurança da ONU, bem como pela 40.ª Assembleia-Geral da ONU.

Tais condenações não impediram os EUA de prosseguir o seu bloqueio económico total contra a Nicarágua, indo mesmo ao ponto de, através do FBI, desenvolver acções contra as companhias norte-americanas que prosseguiram o comércio com a Nicarágua através de terceiros países. Segundo as autoridades sandinistas, o

embargo foi um dos principais factores da recessão económica registada em 1985, a maior desde o triunfo da revolução.

De salientar, por outro lado, que embora nenhum dos países centro-americanos tenha aderido ao bloqueio, o comércio regional se ressentiu fortemente com ele. Em 1985 (em comparação com o ano anterior) o intercâmbio da Nicarágua com os seus vizinhos baixou 25 por cento e em 1986 mais de 40 por cento. Como afirmou a propósito o ministro nicaraguense do Comércio Externo, «os EUA não querem perceber que se atacam um país centro-americano o impacto se faz sentir negativamente nos restantes, dadas as relações de integração económica que existem na região».

O mesmo se pode dizer em relação aos conflitos regionais. Os esforços para a sua regularização pacífica, de que a cimeira de São José é mais um exemplo, exigem dos EUA uma mudança da sua política.

«Só uma descabelada hipocrisia e um desafio sem limites puderam levar o governo a afirmar, na nota oficiosa do ministério do Interior de 9/12/67 (sobre as cheias de 25 de Novembro), que "na noite de 26 todos ficaram com abrigo, com agasalhos e sem fome".

É a própria imprensa diária que desmente as afirmações oficiais. "Olival Basto" - escreve 'O Seculo' de 30 de Novembro -, primeira povoação à saída de Lisboa, pelo Lumiar, foi, pode dizer-se, a última a ser socorrida, embora tenha sido das mais duramente atingidas pela catástrofe da madrugada do passado domingo».

Odivelas, a dois passos de Lisboa, esteve quatro dias sem socorros oficiais. Foram os bombeiros, o povo e os estudantes que procederam à remoção dos cadáveres e dos destroços, que recolheram géneros e roupas para agasalharem e alimentarem os sinistrados.

Alhandra, cinco dias após as inundações, encontrava-se sem água e sem viveres. A população atingida carecia de abrigo e de roupas. No hospital onde se acumulavam os doentes e feridos, faltavam antibióticos e soro antitífico para vacinar a população.

Alenquer, Arruda dos Vinhos, a aldeia de Cardosas e muitas outras localidades estiveram vários dias sem pão, sem água e sem luz.

Só a 30 de Novembro seguiu para Vila Franca a primeira remessa de géneros e de roupa.

Para a aldeia de Quintas, completamente destruída, o governo enviou, para proceder à remoção dos destroços e dos cadáveres, 1 buldozer, 1 camioneta, 1 autotanque e 1 dumper, quatro dias depois da tragédia.

Sem a abnegada acção dos estudantes e em particular dos estudantes de medicina, que procederam voluntariamente à vacinação em massa da população, o flagelo de uma epidemia ter-se-ia seguido à catástrofe das inundações.»

(«Ainda a Catástrofe de 25 de Novembro» - «Avante!», VI Série, n.º 387, Janeiro 1968)

Avante!
Diário Social da Frente Popular

«Foi em torno da catástrofe de 25 de Novembro que os laços que unem os estudantes e o povo se manifestaram de uma maneira inesquecível.

Ao apelo da suas Associações, estudantes comunistas, católicos, socialistas e sem partido acorreram ao lado dos operários, camponeses, mulheres e jovens trabalhadores, na realização das mais variadas e difíceis tarefas: abertura de valas, desobstrução de ruas e casas, instalação de postos clínicos, instrução sanitária, assistência urgente e vacinações em massa, distribuição de mantimentos e vestuário, organização de creches com os correspondentes serviços clínicos e outros.

Quarenta e quatro mil horas de trabalho oferecidas ao povo das zonas sinistradas! Uma média diária de 600 estudantes, alguns dias ascendendo a 1300, abnegadamente devotados aos trabalhos mais duros, que maior espírito de sacrifício exigiam.

(...)
Numa conferência de imprensa realizada em meados de Dezembro, os estudantes de Lisboa desmascararam corajosamente a inépcia e incúria do governo no auxílio às vítimas da catástrofe de 25 de Novembro, denunciaram as consequências da política fascista, as medidas repressivas tomadas contra os estudantes para afastá-los dos trabalhos de socorro aos sinistrados. O governo proibiu a publicação do texto da conferência e a sua distribuição (...).

(«A solidariedade dos estudantes» - «Avante!», VI Série, n.º 387, Janeiro 1968)

Para os pescadores

PIOR

QUE

OS TEMPORAIS

SÃO

OS DECRETOS

DO GOVERNO

Da faina da pesca é lugar comum dizer-se que é dura. Disso não se queixam os pescadores, habituados desde pequenos a conhecerem ventos e marés, correntes e escolhos ou a escaparem a golpe de motor à cava da onda. Pior que a nortada ou o levante, é quando sopra o vento do Terreiro do Paço sob a forma de decretos, encapelando o mar com artigos, parágrafos e alíneas. Aí, sim, é grande a tormenta.

O Decreto Regulamentar n.º 43/87, publicado no «Diário da República» de 17 de Julho de 1987, veio lançar a confusão entre os pescadores da pesca artesanal. No Algarve, onde esta faina é importante, não só pela exportação que permite, mas também pelo abastecimento que proporciona à indústria do turis-

cidiam: «Querem é acabar com a pesca artesanal!»

Pelos vistos a intenção era essa e não fora a intervenção resolvida do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro, milhares de pescadores daquela região ficavam arredados da sua actividade ou então teriam de optar por reconversões dos seus

mo, muito antes do documento ter sido publicado e quando só se ouviam zum-zuns sobre as limitações que impunha, diziam os homens do mar: «O homem não é capaz de uma coisa dessas!»

«O homem» era Cavaco Silva e o seu Governo foi capaz de dar à luz semelhante decreto. Depois as exclamações que se ouviam já eram muito diferentes e quase todas coin-

barcos e artes completamente in-comportáveis para as suas bolsas. No Algarve deixaria de haver peixe fresco, ainda vivo, a saltar, nas lotas. E não se pense que estamos a dramatizar.

O Decreto Regulamentar em causa estabelece as artes de pesca, as malhagens das redes, a distância da costa a que os pescadores podem pescar, o tamanho das espé-

problema foi ultrapassado face às negociações que o Sindicato e a Comissão de Pescadores têm mantido com o INIP — Instituto Nacional de Investigação das Pescas. Assim como este, muitos outros estão em vias de serem resolvidos a contento da classe.

A protecção das espécies

Criou-se a ideia de que o pescador é um depredador. Há mesmo o ditado que diz que tudo o que vem à rede é peixe. Nada mais falso no respeitante aos homens do mar. Pode ser que assim tenha sido em tempos idos ou que num ou noutro caso isso ainda suceda. Mas são casos isolados que não têm qualquer correspondência com a classe e que são por esta condenados.

Diz o pescador e pratica-o que é preciso pensar no futuro dos filhos. Pode ser que estes queiram seguir a profissão dos pais. Por quê, então, deixar-lhes um mar vazio de peixe? Há que assegurar o futuro, dizem. E assegurar o futuro é apanhar as espécies grandes e deixar as mais pequenas reproduzirem-se, para que a faina não pare, para que todos os dias os barcos se façam ao mar e as caixas de peixe venham para a lóta, onde os compradores tudo fazem para comprar mais barato. Não é só no mar que se apanha temporal, também em terra a tormenta se faz sentir e prejudica os pescadores. Por cada «chui» gritado ou apenas ciciado quando o pregoeiro vai cantando o preço do peixe por aí abaixo é mais uma vaga que se abate sobre a companhia.

Com a protecção das espécies se preocupam os pescadores da pesca artesanal. Já o mesmo não sucede com a pesca do arrasto, onde, por maior que seja a malha das redes, o peixe miúdo acaba sempre por cair já que a rede ao ser arrastada vai fechando a malha. Mas isto são outras histórias, que implicam outros interesses, geralmente de homens que nunca vão ao mar, antes ficam em terra a contabilizar os lucros que cada vez querem maiores.

Mesmo assim, no respeitante ao arrasto dos crustáceos — que o INIP diz existirem grandes reservas no mar algarvio, são os próprios armadores que face às capturas diminutas que têm tido nos últimos tempos começam já a falar na necessidade de uma época de defeso. Para ser assim, algo de grave se passa...

Em Tavira, com o Leonardo

«Em Tavira, encontras o Leonardo junto à lóta. Está ali todas as manhãs.» — disseram-me. E vá de perguntar. Que não estava, ainda o não tinham visto. Fui-me até ao barco, todo pintado de vermelho, onde se podia ver na proa o nome de «Mário». Também vazio, com as redes no convés.

E vá de perguntar novamente. Não faltou quem procurasse ajudar o forasteiro. «Deve estar ali no Manuel Gibóia. Vamos até lá que o encontramos logo.» Também não estava no restaurante. Fomos depois à capitania e nada do Leonardo. De busca em busca demos com ele quase ao nosso lado, que Tavira é



Os barcos de boca aberta são afectados com a imposição de distâncias maiores para a faina da pesca

cies que é permitido apanhar e inclusive o facto de a entralhação das redes passar a ser feito com um fio degradável, que possa apodrecer facilmente no caso das redes ficarem perdidas no mar, e ainda o comprimento das artes.

Começam aqui a surgir os problemas que mais afectam os homens do mar, até porque o decreto foi feito no gabinete e não teve em devida conta a prática milenar, que foi passando de pais para filhos naquela profissão.

É o caso, por exemplo, dos covos — armadilhas em forma de caixa, com a estrutura em arame ou verga de aço e coberta por rede plástica. Segundo as novas normas a malhagem tem de ter em qualquer posição a largura mínima de três centímetros. Até aí tudo bem, só que no interior do covão existe uma coisa chamada carteira onde o isco é colocado. Estabelecer aquela malhagem para a carteira era o mesmo que dizer que nenhum isco ali se mantinha, já que o chamariz utilizado para aquela arte é preferencialmente a sardinha, que logo se desfazia, mal o covão entrasse na água. Apanhar qualquer crustáceo com estas armadilhas passaria a ser completamente impossível. Mas o

Para os pescadores **PIOR QUE OS TEMPORAIS SÃO OS DECRETOS DO GOVERNO**



Parar para sempre a frota da pesca artesanal era a consequência directa da aplicação integral do decreto regulamentar

pequena e os pescadores juntam-se todos.

Explicou o motivo da sua ausência. Fora tratar da reforma de um pescador. Convém aqui dizer que Leonardo Egídio Martins Diogo de 40 anos de idade é armador-pescador e membro da Direcção do Sindicato.

Enquanto bebíamos um café falámos dos problemas que o novo decreto levanta. «Um dos pontos mais quentes e que podem fazer com que os pescadores e as suas famílias venham a passar fome é o artigo 16.º» — disse.

Para que o leitor tenha uma ideia, transcrevemos o artigo:

«1 — É proibido o exercício da pesca com redes de emalhar fundeadas a uma distância inferior a um quarto de milha da linha da costa.

«2 — Por dentro da linha de 3 milhas de distância da costa não pode ser exercida a pesca com redes de emalhar fundeadas por embarcações de arqueação bruta superior a 5 tab.» (tab significa toneladas de arqueação bruta).

E o Leonardo prosseguiu:

«Na zona do Cabo de Santa Maria, fora das três milhas vai dar entre as 50 e as 60 braças de profundidade. Aqui só há lama e se todas



Nos covos a malhagem vai mudar, mas as carteiras onde se guarda o isco permanecem

as embarcações forem pescar para aquela zona não trazem peixe para terra. Frente a Tavira, as três milhas devem dar 35/40 braças de profundidade; é uma zona de pesca só com lama, porque a pedra mais fora só chega até às 16 braças de água, o que dará uma milha e meia a duas milhas de distância. De Santa Maria a Vila Real de Santo António a pedra mais fora é de 16 braças o que dá de uma a uma milha e meia de distância. Ora o linguado anda

nas 10 a 16 braças de água, assim como outras espécies.»

A lei devia ter em conta as particularidades próprias da costa, o que não parece ter sido considerado.

Quanto maior a espécie maior é o lucro

A seguir Leonardo explica-nos que o pescador não tem interesse



No regresso ao porto uma outra faina espera os pescadores: reparar e preparar as redes. Esta deve ser das profissões que mais horas tem de trabalho diário

em apanhar peixe miúdo. «Veja este exemplo: na lota, o besugo de 25 centímetros ronda os 800\$00 o quilo, enquanto que o besugo de 18 centímetros, que é o tamanho mínimo permitido pelas normas da CEE agora invocadas, pouco passa dos 250\$00 por quilo. Todos têm interesse em apanhar o peixe maior e deixar que o mais pequeno cresça.»

E daqui passamos à questão do tamanho das malhagens. Diz o Leonardo que Tavira e Cabanas é a zona do país que trabalha só com redes de emalhar de um só pano. Ora o decreto estabelece que em 17 de Setembro deste ano o tamanho mínimo deve ser de 60 milímetros e um ano depois deverá passar para 80 milímetros.

«Com os 60 milímetros deixam de apanhar muita espécie de peixe nesta zona. E são cerca de 3000 a 4000 pessoas a viverem desta arte. Vai ser um grande sacrifício para passarem para a malha de 60. Agora com a malha de 80 é que não conseguem apanhar peixe nenhum nesta zona de Tavira. Com esta malha só talvez as embarcações de maior tonelagem se possam safar.»

E quanto às redes de tresmalho, quisemos saber?

E o Leonardo acrescenta: «Os pescadores estão unidos para que no máximo fique a malha de 80 milímetros no pano miúdo, porque com esta malha apanham qualquer espécie de peixe superior ao regulamento da CEE.»

Convém, talvez, aqui, abrir um parêntesis para explicar o que é uma rede de tresmalho. Tem três panos. O do meio, o miúdo é coberto pelas alpinas que é uma rede de malha muito mais larga onde o peixe se enreda. Pretende o decreto que a malhagem do pano miúdo passe numa primeira fase para 80 mm e um ano depois aumente para os 100 mm.

E o Leonardo acrescenta: «Posso

provar a todos os técnicos que com o pano miúdo de 80 mm só apanho espécies maiores do que estabelece a tabela da CEE quanto ao tamanho dos peixes capturados.» E levanta uma interrogação:

«No acordo fronteiriço com a Espanha as embarcações da pesca artesanal podem pescar das duas milhas para fora o que dá entre as 9 e as 10 braças de profundidade. Ora como é que o nosso governo quer empurrar as embarcações portuguesas para fora das três milhas o que atinge em certos pontos as 40/60 braças de profundidade?»

No Sindicato em Olhão

Em Olhão, na delegação do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro, estavam presentes João Manuel Carrada, vice-presidente, Josué Tavares Marques, Francisco Maria da Cruz e André Romeu Tavares, os três pertencendo à Comissão de Pescadores que foi eleita em plenário para discutir com o Governo a revogação e a alteração do decreto regulamentar.

Novamente vem à baila o artigo 16.º. Francisco Maria da Cruz diz: «Sou prejudicado porque com aquelas redes não posso ir pescar para fora das três milhas. Para mudar de redes era necessário mais de 10 000 contos. Naquela área o peixe é em menor quantidade, é preciso novas redes, preparar os barcos com guinchos novos, etc., pois a 60 braças de profundidade o peso é maior e as redes não aguentam. O que pedimos é a meia milha da costa ou as 20 braças de profundidade. Com temporal as redes ficam lá pois ir lá buscá-las é estragá-las todas. Além disso se começarem todos a pescar naquela área não dá rendimento.»

— Mariscadores —

Os roubos são um dos males

Ainda sobre o decreto regulamentar falámos com José Morte, da União dos Sindicatos de Faro. A questão dos mariscadores veio à baila, até porque nos poucos dias que estive no Algarve não me foi possível contactar qualquer um.

Em traços gerais, José Morte começou por nos dizer que os mariscadores exigem regulamentação sobre a apanha da amêijoia que permita, entre outras coisas, legalizar a posse das terras. Estas reivindicações foram já aprovadas em plenários de mariscadores, desde 1984.

Por outro lado, o mercado está nas mãos dos espanhóis, o que implicava por parte das autoridades portuguesas a diversificação do mercado, coisa que não tem sucedi-

do até agora.

Não existem incentivos à produção e como se isto não bastasse verifica-se, constantemente, o roubo das amêijoas, o que causa grandes prejuízos aos mariscadores.

Até agora, prosseguiu José Morte, o que se verifica é promessas do que há-de vir (CEE?), afastando as pessoas da resolução dos seus verdadeiros problemas, que são bem graves.

E a terminar este assunto José Morte falou da questão dos subsídios:

«Relativamente aos falados subsídios de algumas dezenas de contos que aí vêm, gostaria de precisar o seguinte:

— primeiro, isto de subsídios é muito relativo e normalmente gera

conflitos e injustiças;

— segundo, é certo que lamentavelmente — e porque alguém desmotivou a classe para lutar, quando esta até sabia que lutando ficaria isenta do imposto para as Finanças — este ano as pessoas vão ser fortemente penalizadas;

— terceiro, o subsídio não vai ser atribuído a todos e é previsível que alguns mais conhecedores destas coisas (os que têm vários viveiros, mas disseminados por familiares) vão, na prática, receber em quadruplicado ou quintuplicado.

Assim sendo, penso que a melhor forma de se fazer justiça seria destinar a verba dos subsídios, prioritariamente, para o respectivo pagamento do imposto às Finanças. ■



Com os novos fios degradáveis para a entralhação o trabalho vai ser redobrado. Se é que as redes não se perdem

E Josué Tavares, o único da Comissão que não é proprietário, dá uma achega: «Se o decreto fosse aplicado tal como está viria criar graves problemas à pesca artesanal. Iria mesmo acabar com esta. A pesca artesanal representa uma grande parte da percentagem do pescado, bem como postos de trabalho. Destruindo esta iríamos importar mais peixe, seria o desemprego de milhares de pescadores, a ruína de centenas de proprietários e a diminuição das receitas do Estado. Em Olhão, só numa tarde, foram vendidos 18 mil contos de peixe.»

Se tivermos em conta que o comprador paga 3 por cento de imposto de vendagem e que o pescador paga 4 por cento de imposto de vendagem, mais 3 por cento para a Mútua dos Pescadores e mais 10 por cento para a Segurança Social, é só fazer as contas e multiplicar pelos dias do ano.

Na opinião de Josué Tavares «a CEE serve de capa para o Governo

fazer coisas que favorecem os grandes armadores». E acrescenta: «Os problemas mais graves são as áreas de pesca, a malhagem e os comprimentos das redes e ainda a entralhação das redes. Há a garantia verbal de que a lei vai ser revogada. Se não estou pessimista quanto ao que virá, também não estou optimista. É preciso manter uma posição de vigilância enquanto o diálogo for possível.»

Com a alteração da malhagem no período de um ano interrogam-se os pescadores como é possível gastar centenas de contos que é quanto custa uma arte completa para durar só um ano.

○ diálogo tem sido possível

João Carrada, vice-presidente do Sindicato, refere-nos o apoio que esta organização de classe tem prestado a todos os pescadores do

Algarve para que os problemas sejam resolvidos. Não se demitiram das suas tarefas.

«A Comissão de Pescadores foi eleita em plenário e a partir daí começaram a trabalhar em conjunto. As nossas contra-propostas foram todas lidas em plenário. O diálogo tem sido possível e por isso se tem avançado.»

Pode-se dizer que as propostas avançadas pelo Sindicato são fundamentadas, não só no aspecto teórico, mas prático. Não são posições irrealistas, também eles estão interessados em preservar as espécies e garantir o trabalho futuro. Não podem é aceitar determinações que irão prejudicar os pescadores e que nem sequer são avançadas por outros países onde a prática da pesca é mais desenvolvida.

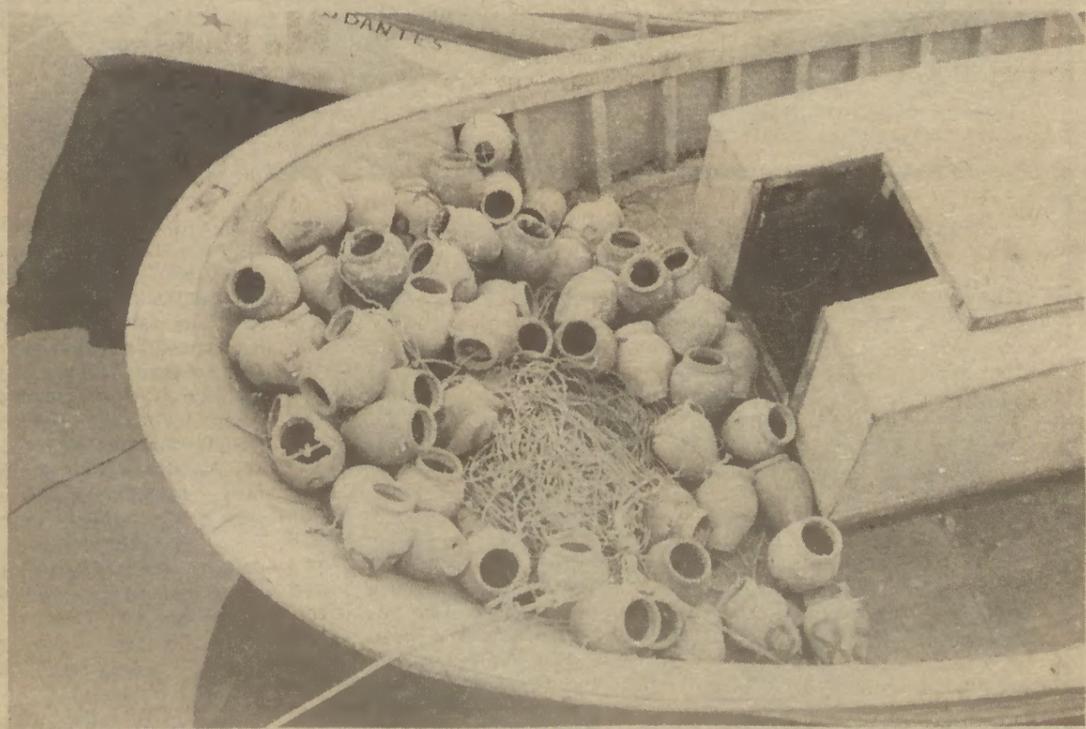
Enquanto o diálogo for possível é sua intenção mantê-lo. Para já a promessa (verbal, é certo) de que várias coisas serão alteradas. E os homens do mar são pessoas que não empenham a palavra em vão. Só esperam dos outros a mesma posição.

Para já uma lição se pode tirar. O avanço que se tem verificado só foi possível face à unidade de todos os pescadores, sejam eles pequenos armadores, mas que vão todos os dias ao mar. E ainda que é necessário um Sindicato forte, na força da classe e na força financeira, pois só assim este pode fazer frente aos temporais que por vezes se fazem sentir em terra e que por vezes são mais devastadores que os do mar.

Esperemos que não seja preciso falar mais da pesca artesanal no Algarve. É sinal de que os principais problemas foram resolvidos a contento dos que constantemente arriscam a vida para ganharem o pão e permitirem que o País não importe mais peixe do estrangeiro. ■



Alcatrúzes novos à espera de irem para o mar



Os polvos que se acautelem. Pescadores há que conseguem apanhar, nos bons dias, mais de 100 quilos desta espécie

CONDELIPAS

Em Lisboa e noutras zonas do País são conhecidas por cadelinhas ou conquilhas. Quem não as tem comido abertas ao natural, com um pouco de coentros e manteiga.

Mas, em Lagos, vá-se lá chamá-las por esse nome. **Condelipas** é que se chamam e ninguém as conhece por outra designação.

José Augusto, pescador desta cidade e que há anos sem conta se dedica a apanhar polvos com alcatrúzes, explica-nos a origem deste termo.

«O nome vem do Conde de Lippe que costumava dizer à ordenança para ir à praia apanhar aquelas coisas que é só esgravatar com o pé e logo aparecem dezenas. O conde gostava daquilo e em virtude do Conde de Lippe aqueles bivalves passaram a ser chamados **condelipas**.»

Foi isto nos anos de 1760 e seguintes, quando aquele militar estrangeiro, por decisão do Marquês de Pombal, comandou o exército português.

Nessa época, como aliás ainda há alguns anos atrás, condelipas, conquilhas ou cadelinhas, como se lhes queira chamar, não faltavam nas praias algarvias. Agora é que nem vê-las. Voltasse o conde nesta época e o seu petisco preferido seria apenas uma recordação, ou então teria de mandar a ordenança a um restaurante para conseguir uma dose. ■

ENTRALHAÇÃO

A entralhação é o fio que prende a rede às cordas que, em cima, suportam as bóias e, em baixo, têm os chumbos presos.

Determina o novo decreto regulamentar que «a entralhação de qualquer rede de emalhar deve ser feita com fio que se decompõe de forma natural e que não tenha levado tratamento de conservação».

É este também um ponto de divergência. Queixam-se os pescadores que assim irão perder muitas redes. Cada lanço com 50 metros custa 13 a 14 contos e uma arte completa tem várias dezenas de lanços.

Garante o INIP que as fábricas irão produzir um fio resistente, mas com a faina constante o fio em questão irá apodrecendo e o prejuízo é do pescador.

Pretende esta norma que as redes não fiquem no mar abandonadas, quando se perdem. Contrapõem os pescadores que não é habitual perderem redes. Isso sucede e é um grande prejuízo quando os arrastões passam e levam tudo dentro do saco. ■

COM OS ALCATRUZES SE APANHA O POLVO

É milenar, já, esta arte de apanhar o polvo. O alcatruz é um pote de barro que fica no fundo do mar. O fundo tem buracos para a água escorrer. Os alcatrúzes ficam amarrados a uma corda madre formando assim a teia.

Diz o novo decreto regulamentar que «é proibida a pesca com alcatrúzes por dentro de uma milha de distância da linha de costa».

José Augusto, pescador de Lagos, fala-nos da sua arte!

«Com a nova lei estou à espera que me digam alguma coisa. Os meus companheiros também não sabem nada. Se aumentarem a distância da costa, como o meu barco é pequeno, não tem condições para ir muito longe. Se for para um quarto de milha, tudo bem. Se tivermos de cair para fora, já não encontro nada, pois o polvo está mais no fundo onde há marisco.»

À medida que vamos pescando, vamos sondando o mar para ver onde se apanha mais e é aí que pomos as teias de alcatrúzes.

Já é caro, um alcatruz, só o barro custa 80\$00 e depois o fio, que já anda pelos 450\$00 o quilo. Se pensar que 50 alcatrúzes levam dois rolos de 2,5 quilos. E isto é para pescar em mar baixo. Cada rolo? Cada rolo tem 200 metros.»

E como tiram os polvos de dentro dos alcatrúzes?

«Com lixívia. Antes utilizava-se a cal viva e o sal. Não queira saber, à mão ninguém os consegue tirar. E quando são grandes, por vezes quando deitamos a lixívia fazem tanta força que partem os potes de barro.»

Com essa arte só apanham polvos?

«Sim! Às vezes lá cai uma moreia, mas é raro. O alcatruz é a única armadilha onde o animal pode entrar e sair sempre que quiser.»

E quando não se vai aos polvos?

«Pesco à linha. Ficamos à espera que o peixe puxe, para nós puxarmos também.»

Do tempo que ficam no fundo do mar os alcatrúzes vão-se cobrindo de corais, mais parecendo flores exóticas. O inconveniente é que cortam as mãos. O alcatruz fica em permanência no fundo. O pescador puxa, se tem polvo fá-lo sair e volta a lançar o vaso para a água. Se está vazia, pode ser que no dia seguinte já esteja ocupado. ■

■ **Henrique Custódio**

ERA UMA VEZ QUATRO MUNICÍPIOS QUE DERAM MÃOS À CULTURA

Não é a benesse de Lisboa que se derrama, magnânima, sobre o que já foi só paisagem envolvente. É precisamente o contrário — é a periferia marginalizada que, em posição assumida, vem lançar o desafio. São palavras de Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no acto de formalização da Associação de Municípios para Actividades Socioculturais (AMASCULTURA) no passado dia 6 de Janeiro e perante os representantes das quatro autarquias envolvidas: Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço, Loures e Amadora. Trata-se de um empreendimento grandioso e sem precedentes no nosso País, na área do Poder Local democrático. A



Mário Lobado (vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço) Marques Ribeiro (vereador da Câmara Municipal de Loures) José António Carmo (vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira) Fernando Pereira (vereador da Câmara Municipal de Amadora)

AMASCULTURA

AMASCULTURA tem por objectivos gerais o estudo, o projecto e a promoção de actividades na área sociocultural, para já nos quatro municípios envolvidos e admitindo-se a possibilidade da aderência futura de outras autarquias.

E tem também, já, um projecto concreto: o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett (CDIAG), virado para a actividade teatral, que irá fruir de magníficas instalações-base no antigo matadouro municipal de Loures, presentemente a ser (todo) recuperado para o efeito. Este edifício servirá igualmente para outras actividades, mas isso esmiuçaremos mais à frente, na condensação da conversa que mantivemos com os quatro vereadores directamente envolvidos na iniciativa: José António Carmo (Vila Franca de Xira), Marques Ribeiro (Loures), Fernando Pereira (Amadora) e Mário Lobado (Sobral de Monte Agraço). Em nota de reportagem visitaremos também o edifício do matadouro actualmente em recuperação e que, visto de perto, impressiona pela extraordinária adequação dos seus espaços e traça aos fins agora propostos.

A nossa conversa com os quatro vereadores directamente envolvidos na AMASCULTURA decorreu na Câmara Municipal de Loures, onde se encontravam para uma reunião de trabalho. «Caímos-lhes» em cima à hora do almoço e foi ainda à mesa do excelente refeitório do pessoal da CML que as informações se desataram, num rodízio que confluiu na primeira explicação: a AMASCULTURA surge na continuidade do trabalho que cada um dos municípios vinha desenvolvendo autonomamente, com projectos próprios, na área sociocultural e na perspectiva de rentabilizar os esforços, conjugando-os.

Daí a oportunidade da afirmação de Daniel Branco que citámos na introdução deste trabalho, sublinhando que a AMASCULTURA «não é benesse de Lisboa» mas, sim «a periferia marginalizada que, em posição assumida, vem lançar o desafio».

Desafio particularmente contudente se o confrontarmos com a política do Governo para a área sociocultural, de que os recentes cortes de subsídios à actividade teatral são grosseira ilustração.

O que é o CDIAG

Numa sala do edifício da Câmara de Loures, par onde nos deslocámos após o almoço, a conversa prosseguiu em direcção ao projecto concreto já em execução: o Teatro da Mala Posta, local onde se vai instalar o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, que nos foi assim explicado:

Ao mesmo tempo que se preparava a formalização da Associação de Municípios para Actividades Socioculturais, trabalhava-se já num primeiro projecto — o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett (CDIAG), que para além de ir dispor de uma



Um novo teatro, um novo e oportuno espaço cultural nascerá aqui por iniciativa do Poder Local democrático



Operários já começaram a demolir e a desentulhar vastas zonas, obedecendo ao plano arquitectónico que definiu os moldes de recuperação, adaptação e reconstrução do edifício para os diversos fins a que está destinado, conservando-lhe e aproveitando-lhe ao mesmo tempo a traça inicial

companhia de teatro profissional permanente (pago pela AMASCULTURA), irá desenvolver também um trabalho permanente de apoio ao teatro amador dos quatro concelhos (cerca de 40 grupos ao todo); aliás começou já em 9 de Janeiro a primeira acção de formação para grupos de teatro amador, e a qual se seguirá outras (a próxima está prevista para o mês que vem, Fevereiro).

No campo da formação, aliás, o CDIAG vai desenvolver uma grande actividade, que abrangerá não apenas o teatro mas também a música, a dança, o ballet, o teatro de fantoches, as artes plásticas, a serigrafia, o vídeo e a fotografia.

Tudo isto vai ficar sediado em Loures, no Teatro da Mala Posta. Local: antigo matadouro, em Olival Basto.

Mala Posta

Portanto a sede do CDIAG será em Loures e vai ter instalações no edifício do antigo matadouro municipal desta autarquia, situado em Olival Basto, à Calçada de Carriche, que já está a ser recuperado e adaptado para o efeito. Um efeito múltiplo, pois este antigo matadouro — que se passou a chamar Teatro da Mala Posta — albergará não apenas a sede do CDIAG, mas a própria Companhia de Teatro Intermunicipal Almeida Garrett e as diversas actividades previstas, que lá terão o seu espaço próprio.

Em relação à Companhia de Teatro Intermunicipal Almeida Garrett é de salientar que esta prevê estrear três peças este ano (a primeira das quais em Abril), que levará aos quatro municípios através de espectá-

culos já devidamente calendarizados.

Mas porquê o nome de «Teatro da Mala Posta»?

A explicação é simples, segundo os nossos interlocutores: este edifício presentemente em recupera-

do edifício — com dois corpos laterais, um pátio murado no meio e um terceiro corpo ao fundo do pátio — parece ter sido pensado, com uma antecipação centenária, para as funções socioculturais agora propostas.



Numa sala do edifício da Câmara de Loures, para onde nos deslocámos após o almoço, a conversa prosseguiu em direcção ao projecto concreto já em execução: o Teatro da Mala Posta

ção — e que durante muitos anos funcionou como matadouro municipal do Concelho de Loures — foi utilizado, no virar do século passado, como estação de mala-posta; esta vocação original está, de resto, patente na traça e organização do edifício, que resistiu até à rudeza das transformações que, nele, «enxertaram» um matadouro.

Na verdade hoje — quando o que sobrevive se resume, praticamente, às paredes e telhados — a antiga estação da mala-posta ainda mantém a dignidade romântica de há quase cem anos, com o seu pátio lageado onde não é difícil imaginar a azáfama das carruagens e das mudas de cavalos, ou os corpos laterais do edifício que, sem esforço, ainda podemos povoar de «fru-frus» de saias e batidas de tacão ferrado de apolainados viajantes.

O certo é que a elegante fachada

Uma proposta que tem que se lhe diga, também do ponto de vista financeiro: neste primeiro ano, só para o funcionamento normal da Companhia de Teatro, serão necessários 30 000 contos, enquanto que para a recuperação do Teatro da Mala Posta serão gastos 40 000 até Outubro próximo e mais 40 000 contos na 2.ª fase dos trabalhos, prevista para o próximo ano.

E os nossos entrevistados concluíram:

Está também já em estudo um segundo projecto da AMASCULTURA, no âmbito da música, que vai constituir algo de significativo; não adiantamos ainda pormenores porque há várias opções em discussão e seria prematuro estar a falar de qualquer delas sem se haver chegado a uma decisão. Mas a coisa promete! ■

Sabe o que é um Conselho de Utentes?

José Martins, encenador e actor, é um dos membros da Comissão Instaladora do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, acompanhando por isso de perto o andamento das obras. Encontramo-lo precisamente lá, no agora denominado Teatro da Mala Posta, e com ele fizemos uma breve visita ao edifício, movimentando-nos entre operários que já começaram a desentulhar e a demolir vastas zonas, obedecendo ao plano arquitectónico que definiu os moldes de recuperação, adaptação e reconstrução do edifício para os diversos fins a que está destinado, conservando-lhe e aproveitando-lhe, ao mesmo tempo, a traça inicial.

Foi no meio de diversas «apresentações» (aqui ficará o palco à cota zero, ali os camarins para mais de 20 actores, além da sala de dança, etc., etc.) que José Martins nos falou do «Conselho dos Utentes». Ficámos de orelha arrebitada. Que diabo vem a ser isso? E ele explicou:

O Centro Dramático admite a possibilidade de qualquer organização social (clubes, associações, comissões de moradores, grupos desportivos ou culturais, etc.) se poderem constituir em utentes, podendo ter acesso e beneficiar de maneira mais económica dos serviços teatrais do CDIAG, nomeadamente em sessões regulares de formações de espectadores, etc.; em contrapartida cada uma dessas organizações compromete-se a divulgar o trabalho do Centro Dramático Intermunicipal.

Mas a coisa não fica por aqui. Ora veja-se:

Cada uma dessas organizações terá também direito a um representante no «Conselho de Utentes do CDIAG», organismo que reúne representantes de todas as organizações de utentes. Este Conselho reunir-se-á obrigatoriamente duas vezes por ano para dar parecer quer sobre o Plano de Actividades do CDIAG para o ano seguinte, quer para o Relatório e Contas deste sobre o ano transacto. Haverá um Conselho de Utentes em cada um dos Conselhos que integram a AMASCULTURA, pelo que a Direcção do Centro Dramático Intermunicipal disporá, sempre, de quatro pareceres destes organismos, obrigando-se a fazê-los acompanhar os seus relatórios de contas e planos de actividades a apresentar à AMASCULTURA.

E a concluir:

Trata-se de um processo eficaz de o Centro Dramático Intermunicipal estreitar o seu relacionamento com as organizações populares, constituindo uma iniciativa inédita que, nesta formulação, recolhe e aprofunda todas as anteriores experiências tidas no teatro português de relacionamento com o público. ■

Nestlé

A prática corrente das multinacionais

Quando é de lucro que se trata, e o lucro é objectivo único, não há quaisquer considerações que lhe sejam alheias, de ordem social ou ética, que possam constituir obstáculo à desenfreada perseguição de lucros maiores. É o lucro ou a morte. A lei da selva. Muitas histórias se contam das velhas corridas ao ouro, dos crimes e percalços que lhes estiveram ligados. Mas é bem noutra escala que hoje se actua. E naturalmente quem detém a palma na corrida de hoje são os grandes monopólios, são as multinacionais.

Aqui se fala da Nestlé. Multinacional suíça presente em todo o mundo e também no nosso país. Uma das maiores empresas estrangeiras no Japão, apesar das posições dominantes do capital americano neste país. Processada pelas dramáticas consequências que a promoção do seu leite em pó teve em países do Terceiro Mundo, acarretando a morte de ainda mais crianças, cujas mães deixavam de amamentar para lhes facultar o «benefício» de leites em pó, recheados de vitaminas humanizadas... e preparados com águas inquinadas em sucedâneos de biberons não esterilizados.

Das suas práticas avançamos apenas dois recentes exemplos. Para explanar depois uma pequena história de acção anti-sindical, no Japão.

Do Peru vem a notícia da decisão do governo de Alain Garcia (e não se trata propriamente de um governo com uma política empenhadamente popular) de aplicar sanções contra a empresa «Perulac», filial da «Nestlé», acusada de ter retido nos seus armazéns mais de três milhões de latas de leite para provocar a escassez do

produto e o conseqüente aumento de preços. Nas Filipinas, conversações entre o Sindicato United Filipino Employees e a direcção da Nestlé-Filipinas arrastam-se desde Setembro de 1986. Os dois pontos fundamentais das conversações são a exigência por parte dos trabalhadores de aumentos salariais e de que seja posto fim à prática patronal de substituir postos de trabalho com carácter fixo por outros temporários e precários. Após numerosos meses de negociações infrutíferas, e face à obstinada recusa da administração em ter em conta as reivindicações avançadas pelo Sindicato, os 1700 trabalhadores da empresa entraram em greve, a 10 de Setembro de 1987.

Durante a greve, a administração da Nestlé recorreu à polícia e ao Exército. Dia 26 de Outubro foram presos 52 trabalhadores. No dia seguinte, são presos mais 50, quando de um ataque da polícia e da tropa contra os piquetes de greve. Dia 29 de Outubro, nova carga repressiva, e mais prisões. No decurso da greve, a direcção da empresa despediu 70 representantes sindicais, e recorreu à importação de produtos Nestlé para substituir a produção local paralisada. Face à situação, o sindicato decidiu alargar a acção e pediu a solidariedade internacional dos trabalhadores. Sucintos testemunhos do que é a política das multinacionais, mas também das possibilidades de lhe fazer frente.

• O exemplo do Japão

Em Maio de 1987, algumas dezenas de sindicalistas japoneses deslocaram-se à Suíça, com um abaixo-assinado subscrito por 100 mil pessoas. Objectivo: exigir a salvaguarda dos seus direitos sindicais face à prática desenvolvida pela «Nestlé Japan Labour Union», filial da multinacional suíça, Nestlé.

O que está na origem desta acção de protesto?

Em 1965 o Nestlé Japan Labour Union (NJLU) era o único Sindicato na empresa japonesa da multinacional Nestlé. Por volta de 1980, a administração da Nestlé japonesa inicia uma acção tendente à «domesticação» do Sindicato, através de trabalhadores da empresa que se mostrassem particularmente vergáveis às ordens do patronato. Como tais manobras não tivessem os resultados pretendidos, em 1982 a administração da empresa organiza o boicote a um congresso sindical, e constitui, em substituição do sindicato dos trabalhadores, um «sindicato da casa», moldado em função dos interesses patronais.

A Nestlé utilizou, assim, as regras em vigor no Japão, de acordo com as quais o patronato só deve negociar com um e não vários sindicatos, e ainda que deve descontar as cotizações nos salários, e entregá-las ao sindicato reconhecido (de sublinhar que neste como noutros casos, a Nestlé utiliza as práticas e as leis apenas quando são da sua conveniência, como veremos).

A criação do «sindicato da casa» surgiu na sequência de múltiplas lutas pela melhoria das condições de trabalho. Ao golpe desferido contra a própria capacidade de mobilização e luta dos trabalhadores, somou-se a repressão contra os militantes NJLU (o Sindicato assim tornado minoritário), genericamente



Manifestação em Tóquio. A luta pela paz e pelos direitos dos trabalhadores são pólos mobilizadores das acções de massas no Japão

«acusados» de comunistas. Ameaças no local de trabalho. Por vezes mesmo agressões. Imposição de situações de isolamento e fortes pressões que os leve a sair da empresa. Atribuição de tarefas sem qualquer sentido, e cumpridas em más condições de trabalho.

A imprensa japonesa multiplicou artigos sobre agressões corporais de que os sindicalistas foram vítimas, um dos quais chegou a estar internado num hospital durante uma semana. Ao dirigente do sindicato afastado pela administração foi imposto um trabalho totalmente isolado, num local carecido do mínimo de condições para a saúde, e que consiste em retirar os grãos de café que ficam agarrados aos sacos esvaziados! Tarefa que nunca tinha sido anteriormente executada, naturalmente por ser considerada completamente inútil.

A 28 de Abril do ano findo, o tribunal decidiu que a «Nestlé Japan Labour Union» é a organização legítima, muito embora só reúna actualmente 4,3% dos assalariados da Nestlé. A decisão do «Kobe District

Court» é que se trata de uma organização sindical que «apesar das intervenções ilegais a seu desfavor (...) é uma organização forte com uma actividade independente.»

Mas para a Nestlé só importam leis ou regulamentos que lhe sejam favoráveis. A decisão do tribunal foi ignorada tal como outras intervenções de tribunais distritais e juizes (que se repetiram mais de 24 vezes!) contra as violações dos direitos do Homem por parte da multinacional suíça, no Japão.

Regras de exploração

«Quanto ao ultrapassar dos horários de trabalho, meu caro senhor, mas isso é a regra no Japão. Nós aqui, à tarde, devemos mandar os empregados embora. E se me diz que eles só fazem mais uma hora, eu digo-lhe que é pouco; aliás vêem-se brilhar as luzes nos escritórios, até às dez, onze horas da noite». Este um curto extracto de

uma resposta do administrador da Nestlé no Japão, Sinniger, a «VO Réalités», jornal dos comunistas suíços, que denuncia nas suas páginas as práticas da Nestlé no Japão.

As multinacionais sabem escolher o seu terreno. E no caso japonês aproveitam devidamente — exploram — as práticas culturais e sociais sucessivamente estabelecidas pelo capitalismo japonês, pelo capitalismo americano no pós-guerra, e ligadas a factores culturais e uma herança ainda recente de hábitos de submissão feudal.

Dão-se mesmo ao «luxo» de pagar melhor que as empresas do próprio país. Simultaneamente aproveitam das horas suplementares de trabalho, prática corrente de super-exploração. Como do sempre restringido período de férias (apesar de à partida já ser bem pequeno).

Por exemplo, teoricamente, o horário de trabalho na Nestlé Japão é de 1960 horas por ano, ou seja, 245 dias a 8 horas. Há entretanto a somar-lhe uma hora diária suplementar, fornecida gratuitamente pelos

trabalhadores. Ou seja, mais 245 horas por ano. E os trabalhadores ainda deveriam ficar muito «agradecidos» à multinacional, porque noutras empresas a prática é de mais duas ou três horas de trabalho gratuito!

No que respeita a férias — a regra é de 8 a 20 dias no máximo — os trabalhadores nunca gozam mais de 60% deste período de repouso, sendo que o patronato pode ainda descontar nos dias de férias as faltas por doença.

Como se vê, práticas muito conforme aos interesses do patronato.

O que de forma alguma significa que sejam bem aceites pelos trabalhadores, pesem embora hábitos e princípios ancestrais.

Não por acaso se luta. E se reprime. Até à liquidação de sindicatos e à perseguição de sindicalistas. Utilizando devidamente em proveito do capital as regras que convenham à formação de maiores lucros. E ignorando com arrogância mesmo decisões de tribunais, quando desfavoráveis à prática arbitrária das multinacionais. ■

■ Anabela Fino

PALESTINA

pátria ocupada



Quando fores ao meu país, traz-me um punhado de areia molhada com água do mar...

É um pedido que pode parecer insólito, como insólito pode ser encontrar na bagagem de quem tem a liberdade de viajar pelo mundo um pacote de areia da praia e descobrir que isso é a melhor prenda para dar a um amigo.

Mas se se souber que o pedido foi feito por um homem que sofreu a prisão, a tortura, o exílio e que apesar de tudo mantém uma fé inabalável de que, se não for ele, serão os seus filhos ou os filhos dos seus filhos a obter justiça e a poder regressar livremente à sua terra — a Palestina — então o insólito pedido ganha toda a força do amor, da dor, da raiva, da luta e da esperança de um povo pelo direito a voltar à pátria.

Os palestinianos.

Os palestinianos que continuam a morrer no sul do Líbano, na Cisjordânia, na Faixa de Gaza. Os palestinianos que continuam a ser presos, torturados e deportados.

Os palestinianos que continuam a resistir contra a violência israelita e os planos de extermínio da aliança israelo-norte-americana.

Os palestinianos que a troco da própria vida obrigam a comunidade internacional a reconhecer que o problema palestiniano não só existe como é a causa principal dos conflitos do Médio Oriente, onde não haverá paz justa, estável e duradoura enquanto não for resolvido.

A repórter fotográfica finlandesa, Leena Saraste, escreve no seu livro «Pela Palestina», sobre os ataques israelitas aos campos de refugiados em Beirute, em 1982:

«Estive a tirar fotografias desde a madrugada até ao anoitecer e quando fui para o meu quarto no hotel, afundei a cara na almofada e chorei durante horas. Depois, de regresso a casa, na Finlândia, começaram os pesadelos. Não deixavam de vir-me à memória, em constantes variantes, todas as coisas que tinha visto. Só naqueles momentos, a milhares de quilómetros de distância, fui começando a dar-me conta real da imensidade do horror do sucedido. Mas o que seria de toda aquela gente, dos meus amigos que não têm possibilidades de se ir embora, de sentir o alívio do regresso ao seu país?»

«Não pude esquecer-me da família cujos filhos foram mortos, outro que desapareceu desde o massacre de Shatila e os outros três que ficaram mudos devido à terrível experiência sofrida. Também não esqueço a mulher que não fala desde o massacre, murmurando apenas de vez em quando muito baixinho: «Meu Deus, meu Deus». Os falangistas assassinaram-lhe o filho à sua frente, obrigando-a depois a pisar-lhe a cara. Não posso esquecer...»

E será que alguém tem o direito de esquecer?

A Organização das Nações Unidas declarou o ano de 1987 o Ano da Palestina, com o objectivo de manter

bem viva durante esses doze meses a consciência da humanidade sobre a necessidade de encontrar soluções justas para a questão palestiniana.

No entanto, o ano de 1987 — em que se assinalou o 70.º aniversário da Declaração de Balfour; o 40.º aniversário da resolução da ONU sobre a partilha da Palestina; o 20.º aniversário da «Guerra dos seis dias»; e o 5.º aniversário da invasão do Líbano e dos massacres de Sabra e Shatila — terminou com nova escalada de repressão israelita sobre os palestinianos, tanto nos territórios ocupados desde 1967 como no sul do Líbano.

Porquê? Uma pergunta legítima cuja resposta diz respeito a todo o mundo.

A aliança israelo-americana

Nos anos cinquenta, o responsável pela diplomacia norte-americana, John Foster Dulles, previu que «no futuro não haverá questão palestiniana nenhuma; os velhos morrerão e os jovens esquecerão».

Três décadas depois, a maioria da população palestiniana da Cisjordânia e de Gaza tem menos de 25 anos; e o problema palestiniano existe.

A revolta dos jovens que sempre viveram numa pátria ocupada assume hoje proporções que as próprias autoridades israelitas reconhecem excederem as suas previsões, enquanto a comunidade internacional condena de forma cada vez mais severa a política sionista.

Em várias resoluções, a Assembleia-Geral da ONU reconheceu os direitos inalienáveis do povo palestiniano e a necessidade de se convocar uma conferência internacional para a paz no Médio Oriente, sob a sua égide, com a participação de todos os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança e de todas as partes envolvidas, incluindo a Organização de Libertação da Palestina (OLP), em pé de igualdade com as outras partes.

Idênticas posições foram tomadas pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, na cimeira de Harare; na Conferência da Cimeira Islâmica, realizada no Kuwait; na Cimeira da Organização de Unidade Africana, em Adis Abeba e nas Conferências da Cimeira Árabe. No mesmo sentido se pronunciaram os Estados socialistas, bem como os países da Comunidade Económica Europeia (CEE), na sua última Declaração de Bruxelas.

O apelo para a realização de uma conferência internacional sobre a paz no Médio Oriente mereceu ainda resposta positiva de todos os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança, com excepção dos Estados Unidos da América.

A conclusão não podia ser mais evidente: é a aliança israelo-norte-americana que continua a impedir os esforços de paz naquela região, reconhecida internacionalmente como peça fundamental para a paz no mundo.

Nenhum dos «argumentos» invocados por aqueles dois países para justificar a sua oposição à conferência internacional tem razão de ser — à excepção da inconspicua aspira-

ção à hegemonia política e militar na região.

Na busca da Paz

Recorde-se que já em Setembro do ano passado Yasser Arafat, presidente do comité executivo da OLP, discursando na 4.ª Conferência Internacional das Organizações Não Governamentais (ONGs) sobre a questão palestiniana, declarou o apoio da sua Organização à realização da Conferência Internacional «sob os auspícios das Nações Unidas e com base na legalidade internacional e suas resoluções, aprovadas pelas Nações Unidas, relativamente à causa palestiniana, crise no Médio Oriente e as resoluções do Conselho de Segurança, incluindo as n.º 242 e n.º 338, com vista ao termo da ocupação israelita na Palestina, Líbano, Síria e restantes territórios árabes ocupados».

As resoluções referidas, sublinha-se, dizem respeito ao reconhecimento do direito à existência do Estado de Israel. Ao aceitar tal princípio, a OLP destruiu um dos mais fortes argumentos da aliança israelo-norte-americana contra a conferência, mas a posição oficial daqueles dois países não se alterou, apesar de Arafat ter reafirmado há dias a posição tomada em Setembro.

O levantamento popular que se regista na Cisjordânia e em Gaza, que a brutal repressão israelita não consegue impedir, é a melhor prova da urgente necessidade de enveredar pelo caminho das negociações paci-

ficas para a resolução do problema palestiniano.

O reforço militar israelita só deu origem a mais violência, à radicalização de posições. Numa evidente manifestação de força, o conjunto das Instituições Nacionais Palestinianas nos territórios ocupados apresentaram a semana passada 14 condições para pôr fim ao levantamento popular. Entre elas, destaca-se a exigência ao fim da política de «mão-de-ferro», a libertação de todos os presos palestinianos, a abolição das medidas de expulsão, o levantamento do cerco militar aos campos de refugiados, a retirada das tropas e o fim de todas as medidas de excepção.

A firme disposição de luta intrínseca a esta atitude não pode ser substituída por Israel, nem pela administração norte-americana.

Como dizia a mensagem do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina, «**não há dúvida de que o actual impasse é contra os interesses de todas as partes envolvidas e tem perigosas implicações. Prolonga a difícil e inaceitável situação do povo palestiniano. Promove o recurso ao extremismo e ameaça que a conflagração se amplie.**»

Os acontecimentos estão a confirmá-lo. Mas, como disse também Perez de Cuellar, o **desânimo não nos deve desviar do dever de perseverarmos na busca de uma paz negociada no Médio Oriente, a Paz que garanta a justiça para todos os povos da região e ponha termo, de uma vez por todas, à violência e frustração que persistem há quase duas gerações.** ■

Gestões

O Governo já enviou para publicação no «Diário da República» a Lei de gestão hospitalar. De acordo com a nova legislação, o princípio da gestão hospitalar deve organizar-se e administrar-se em termos de **gestão empresarial**, enquanto o Serviço Nacional de Saúde nem sequer é referido no novo diploma. Entretanto os administradores destas unidades de saúde passarão, por delegação, a ter competência para realizar despesas com a aquisição de bens e serviços com dispensa de concurso público ou limitado e realização de contrato escrito, conceder licenças ou deferir pedidos de exoneração do pessoal, etc. Quanto à gestão democrática dos hospitais, parece também sumir-se num acto de «gestão empresarial», ficando a mandar nos hospitais quem o Governo quiser e contra o que possam querer os profissionais de Saúde e os utentes, que somos (quase) todos nós. Se as deficiências e insuficiências dos hospitais portugueses têm aumentado na proporção directa das deficiências e insuficiências que, entretanto, tomaram

conta do ministério da tutela, com esta da «gestão empresarial» iremos assistir a prodígios inimagináveis. Sobretudo quando, ao chegarmos ao hospital, começarmos a ouvir da parte dos serviços que nos deviam tratar: «**Tenha paciência, mas de um ponto de vista empresarial, a gestão da sua doença não tem cabimento nesta unidade hospitalar. Experimente a bruxa!**» Isto é uma beleza.

De bem

O calote dos 60 000 contos que o professor Freitas e o seu «prá frente Portugal» deixaram atrás continua a dar que falar. O «Semanário» vai mesmo ao ponto de abordar directamente diversas personalidades da direita que participaram activamente na campanha (Cardoso e Cunha, Correia Afonso, Proença de Carvalho, André Gonçalves Pereira, etc.) e é um gosto vê-los a fugir a sete pés do derrotado endividado. Curiosa foi, entretanto, a resposta produzida por um tal Paulo Portas, esforço escrevinhador de banalidades reaccionárias em estilo «tricot». Disse ele:

Pontos Cardeais

«Entre pessoas de bem este problema nem sequer se punha. Em minha opinião é lamentável que um partido só esteja com um homem quando ele vence. É lamentável não assumir as consequências administrativas das suas responsabilidades políticas. O professor Freitas do Amaral é uma pessoa de bem.» Pois é. Mas pelos vistos é o único... e ainda por cima com um calote daquele tamanho!

Repartir

Ainda a dívida dos 60 000 contos de Freitas do Amaral. Segundo o mesmo «Semanário», o endividado vai reunir num destes dias com «um reputado especialista de direito civil», que o irá aconselhar «nesta matéria que o opõe à direcção do PSD e que tem por fundamento a repartição pelas estruturas locais do

PSD e do CDS dos saldos positivos da sua campanha, enquanto apenas os saldos negativos foram remetidos para a direcção nacional». Mas do que é que o homem se queixa? Será que o professor Freitas já não se lembra, das suas longas permanências pelas cadeiras do poder, que a lógica da sua gente, a direita em geral, é repartir **localmente** os saldos positivos e **nacionalmente** os saldos negativos?

Defesas

Após muitas contas, estatísticas, dados e contradados, um estudo do professor Carl Jacobsen publicado pelo Instituto Internacional para a Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI) concluiu que os EUA gastam muito mais que a URSS na Defesa. Afinal quem está... ao ataque?

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Estava-se a ver

O ministro Peneda é uma labareda. Sim, pode ter na alma e à flor da pele de vários jeitos muitos defeitos — mas lá sincero é ele...

Falou, falou por aí fora discursou o que tinha na vontade. Disse: a partir de agora já ninguém terá mais estabilidade...

Está certo, podem crer. Não prometeu Cavaco em seu fadário tornar estável o viver diário? Estava-se mesmo a ver que era o contrário que ia acontecer...

Sem remédio

Beleza prometeu, ríspida e brava, no fogo dos assédios com tarimba de enredo que o preço dos remédios não aumentava tão cedo...

Tempo passado tinha o preço aumentado...

É lógica a atitude? Quer-me parecer que sim e passo a explicar: com um governo assim o problema da saúde não tem remédio — é sempre a piorar...

Eles lá sabem...

Cadilhe, o que disse que a inflação ia baixar até mais não. Dele se diz abertamente que o desinfeliz é prepotente.

E quem diz tal? São os colegas do elenco governamental.

Cadilhe, cujo discurso a florir nos faz rir. Dele se diz de lado a lado que o desinfeliz é malcriado.

E quem diz tal? São os colegas do elenco governamental.

Cadilhe, o engratado, o «rei vai nu». Dele se diz a cada instante que o desinfeliz é petulante.

E quem diz tal? São os colegas do elenco governamental.

E se são os colegas quem diz isto quem sou para desmentir? Está visto...

O rosto

Na INDEP. O operário trabalhou. Governo não pagou.

O operário o que fez em tal momento? Protestou e pediu o pagamento.

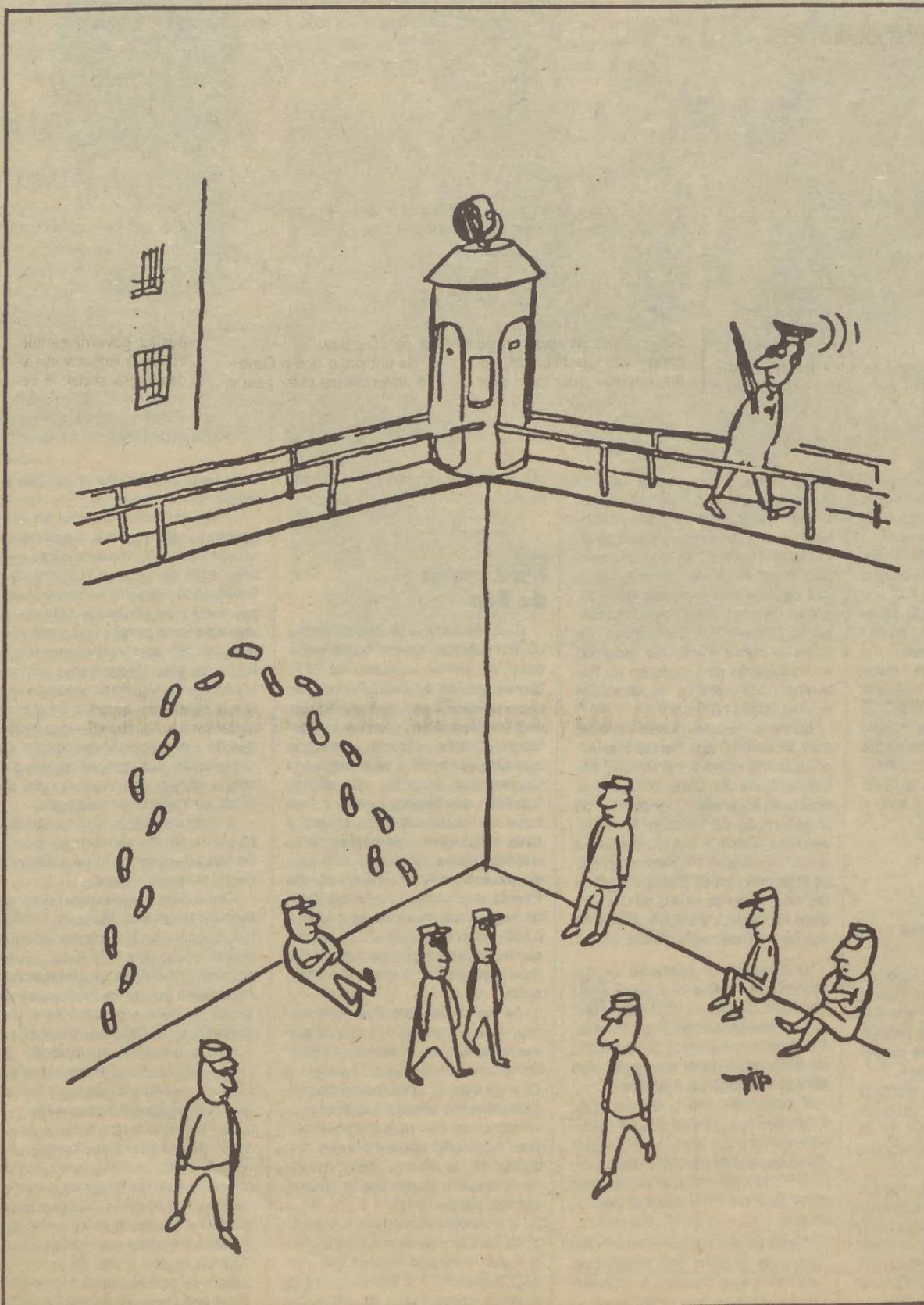
Porque se quer comer, vai ao supermercado e não lho dão fiado.

Governo manda pau em vez de pão: lógica da repressão.

Estende mais a rede — fecha a empresa e despede...

Cavaco fica exacto neste retrato:

rosto duro, torcido, repelente rosto do antigamente.



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 734

21 de Janeiro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Governo PSD quer liquidar as leis do trabalho

PACOTE LABORAL UMA LEI PARA DESPEDIR!

O governo pretende alargar indiscriminadamente as situações que podem levar ao despedimento individual; pretende facilitar os despedimentos colectivos e os contratos a prazo.

Uma arma contra todos os trabalhadores

No projecto do governo tudo serve para despedir: «inaptidão» do trabalhador às suas funções; «inadaptação» às modificações tecnológicas; razões económicas; perda de «confiança», etc. Se esta lei fosse aprovada todos os trabalhadores poderiam ser despedidos em qualquer momento.

Uma lei contra os jovens

Se ela fosse aprovada os jovens até aos 25 anos ou candidatos ao 1.º emprego, só poderiam ser contratados a prazo. Uma discriminação inaceitável.

Contra a insegurança
e a instabilidade!
Pelo direito ao trabalho!

**DIZ NÃO
AO PACOTE LABORAL**

Manifestações

Sábado 23

BRAGA
às 16.30,

após o encerramento da Conferência da CGTP-IN
Concentração junto ao Teatro-Circo

Quarta 27

LISBOA
às 18.30,

com concentração no Rossio,
desfile até S. Bento

CONVÍVIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

COM

ÁLVARO CUNHAL

DIA 23 JANEIRO 1988 — Centro de Trabalho de ALFAMA

- 15 Horas — Intervenção política seguida de debate
- 17 Horas — Entrega de novos cartões
- 17.30 Horas — Lanche volante

— Traz o LANCHE

— BAR com bebidas, caldo verde e o mais se verá

INTERVÉM

PARTICIPANDO

O PCP será mais forte com a tua presença

Quinta 21

• OLIVEIRA
DOS FRADES

Reunião da Comissão Concelhia.

• ARGANIL

Distribuição de propaganda no mercado e nas empresas.

• BELAS

Plenário de militantes da freguesia, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Sexta 22

• VILA FRANCA
DE XIRA

Integrada na Jornada Nacional de Esclarecimento, sessão, às 21.30, na Casa do Povo, com a

presença do camarada **Álvaro Cunhal**, Secretário-Geral do Partido.

• LISBOA

Plenário, para os membros do Partido, nas células de empresa da zona oriental, no Centro de Trabalho de Marvila.

No Salão da Junta de Freguesia de S. João (à Paiva Couceiro), sessão de esclarecimento, às 21.30, com a presença do camarada **Jaime Félix**, membro do Secretariado e da CP do CC do PCP.

Sessão, para entrega de cartões, às 21.30, no Centro de Trabalho de Setúbal, com o camarada José Cavaco.

• ALTO DO
SEIXALINHO

Sessão sobre o Ensino, às 21.30, na Comissão de Moradores do Bairro n.º 3.

• MONTIJO

Debate, sobre «Juventude», às 21.00, no salão da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, com a presença de **Álvaro Amaro**.

Debate sobre «O PCP na Defesa da Democracia», no salão Nobre da Câmara Municipal do Montijo, com a presença de **Valdemar Santos**.

• RIO DE MOURO

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• ALGÉS

Plenário Concelhio da Juventude CDU, às 21.00, no Centro de Trabalho.

Sessão de esclarecimento; às 21.30, na Liga de Algés.

• VILA MAIOR/
S. PEDRO
DO SUL

Reunião da Comissão de Freguesia.

• PORTO

Plenário de militantes do sector da saúde, às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

• VISEU

Reunião da Comissão Concelhia, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• CONDEIXA-A-
NOVA

Distribuição de propaganda no Mercado e nas empresas.

• OLIVEIRA
DO HOSPITAL

Distribuição de propaganda no mercado e nas empresas.

Plenário de militantes, às 21.00, no lugar de Vila Franca da Beira.

• GAIA

Reunião sobre a situação autárquica no concelho, às 21.30, com a presença do camarada **Edgar Correla**, membro da CP do CC do PCP.

Sábado 23

• ORGENS/
VISEU

Reunião da Organização de Freguesia, às 21.00.

• VISEU

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **Carlos Fraião**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• MARINHA
GRANDE

Reunião de militantes, às 15.30, no Centro de Trabalho.

• S. PEDRO
DE SINTRA

Visita dos vereadores CDU, a partir das 09.30, às freguesias, com concentração no Largo.

• ALGUEIRÃO/
MEM MARTINS

Visita dos vereadores CDU, às freguesias, a partir das 09.30, com concentração no Largo das Mercês.

• STO. ANDRÉ/
BARREIRO

Convívio, a partir das 15.00.

• AMADORA

Plenário de militantes, às 15.30, das freguesias da **Reboleira, Mina e Venteira**, no Recreio Desportivo (ex Cine-Plaza), com a presença da camarada **Marília Vilaverde Cabral**, membro do CC.

• MONTIJO

Encontro de eleitos CDU da freguesia de Pegões.

• ALMADA

Encontro Concelhio de Quadros nas Autarquias, na Academia Almadense.

• AVINTES/
GAIA

Assembleia de Organização, às 15.00, na Escola Primária de Cabanões.

• COIMBRA

Integrado na Jornada Nacional de Esclarecimento, distribuição de propaganda e caravanas em: **Montemor-o-Velho, Soure, Penacova, Coimbra, S. Martinho do Bispo e Figueira da Foz**.

• SOURE

Reunião da Comissão Concelhia, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Domingo 24

• SANTARÉM

Encontro Distrital de Quadros da ORSA do PCP sobre «O Partido e o Trabalho de Massas», às 10.00, no Centro de Trabalho de Alpiarça.

• MONTIJO

Sessão, sobre «Defesa do Poder Local e Revisão da Constituição», às 16.00, com a presença da camarada **Odeete Santos**.

• ALMADA

Assembleia da Organização de Freguesia de Almada.

• BARREIRO

Encontro sobre a situação social e política, às 15.00 no Centro de Trabalho.

• ALFRAGIDE

Almoço/convívio, às 13.00, para entrega de novos cartões e debate sobre situação política, com a presença do camarada **Aurélio Santos**, membro do CC.

• DAMAIA

Almoço/convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho, com o camarada **Vitor Castro**.

• COIMBRA

Jornada Nacional de Esclarecimento com distribuição de propaganda em: **Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Tábua e Coimbra**.

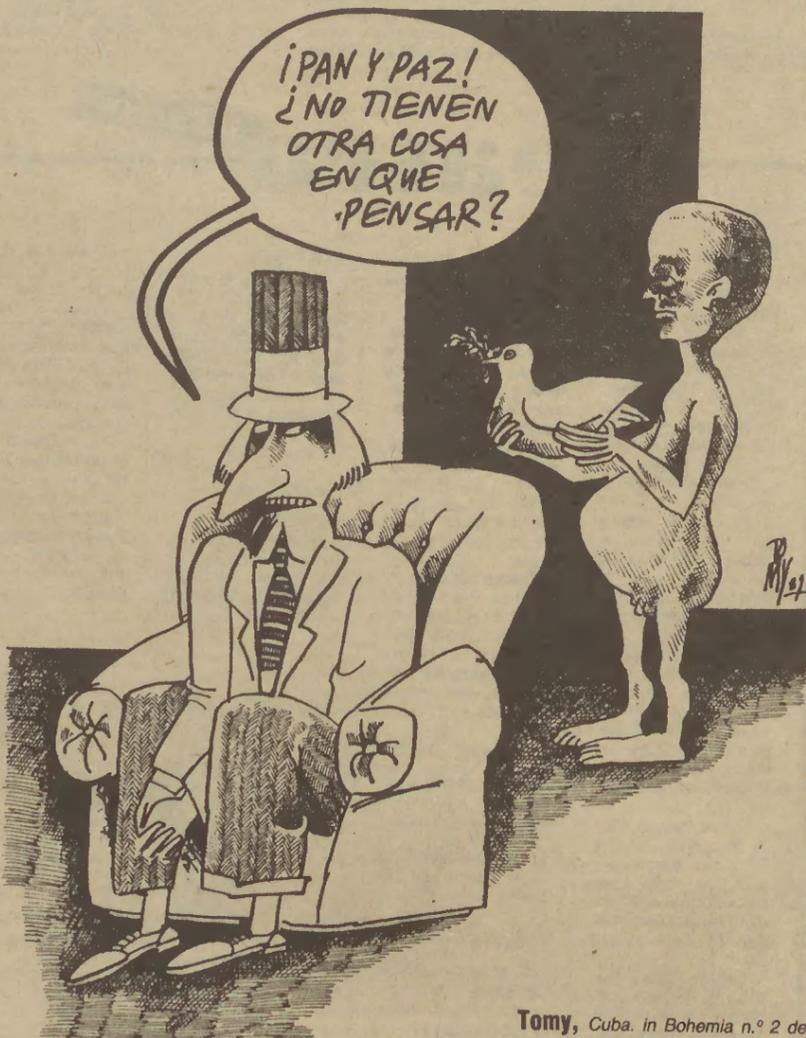
Segunda 25

• COIMBRA

Integrado na Jornada Nacional de Esclarecimento, distribuição de propaganda em: **Penacova, Soure, Lousã e Coimbra**.

• PORTO

Conferência/Debate sobre: «As Leis do Trabalho e a Democracia Portuguesa», às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista, com a presença do camarada **Jorgé Leite**.



Tomy, Cuba. in Bohemia n.º 2 de 1988

Jornada Nacional de Esclarecimento

Sexta 22

VILA FRANCA DE XIRA

Sessão, às 21.30
na Casa do Povo
com a presença do camarada
Álvaro Cunhal

Domingo 24

Encontro Distrital de Quadros de SANTARÉM

«O Partido
e o Trabalho
de Massas»

No Centro de Trabalho
de Alpiarça
a partir das 10.00

TV **O Programa**

Quinta ²¹

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada», 98.º epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série - «Você Sabia Que...»
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro», 71.º epis.
- 21.10 - Primeiro Andamento - «Mozart por Maria João Pires»
- 21.40 - Telemundo
- 22.10 - Série - «A Clínica da Floresta Negra»
- 23.10 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Pano Para Mangas
- 15.40 - Série - «Horizontes de Glória»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes», 171.º epis.
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Fórmula One
- 20.00 - Série - «Cidade Nova»
- 20.50 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Já Está!
- 23.00 - Série - «As Teias da Lei»

Sexta ²²

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série - «Os Anos Não Contam»
- 18.50 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Série - «Missão de Amor»
- 22.20 - O Programa das Festas
- 22.25 - 24 Horas
- 23.30 - Remate
- 23.40 - Pela Noite Dentro - «Um Assassino na Família», real. Richard Heffron (EUA/1983).

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Série - «Os Anos Trinta»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.00 - Fórmula One
- 20.00 - Série - «Cidade Nova»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clube de Jornalistas



22.00 - Série - «O Aventureiro de Monóculo», 1.º epis.
23.00 - Troféu

Sábado ²³

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Série - «A Água e a Vida»
- 12.30 - TV Mulher
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série «Especial National Geographic»
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - Concurso - «Sobe e Desce»
- 15.35 - Sessão da Tarde - «Não o Levarás Contigo», real. Paul Bogart (EUA/1979).
- 17.20 - Toque de Classe
- 19.00 - Saber Saúde
- 18.15 - Vivá Música
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - Série - «Cobardias», 1.º epis.
- 22.00 - Espectáculo - «Batón»



23.25 - Cinema da Meia-Noite «Feios, Porcos e Maus», real. Ettore Scola (Itália/1976)

RTP2

- 09.00 - Compacto totally Live
- 13.00 - Compacto - «Tudo ou Nada»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Música na América
- 21.00 - Série - «Collette»
- 22.00 - Concordo ou Talvez Não

Domingo ²⁴

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.00 - 70X7
- 12.30 - TV rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série - «Ritmos da Cidade»
- 14.00 - Série - «Casa de Irene»

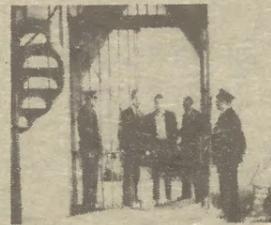


- 14.25 - Série - «A Década da Destruição»
- 15.20 - Primeira Matinée - «O Oiro da discórdia», real. Andre de Toth
- 17.15 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - Série - «Um Anjo na Terra»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Eu Show Nico
- 21.50 - Série - «De Quem é o Bebê?»
- 23.00 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.30 - A Infância antes dos 5 anos
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Music Box - «Especial Rod Stewart»

- 15.00 - Troféu
- 17.10 - Série - «O Mundo de Zen»
- 18.00 - Série - «5.ª Dimensão»
- 18.55 - Plano Bar
- 20.00 - Série - «Quem Sai aos Seus...»
- 20.25 - Artes e Letras - «Le Corbusier»



21.35 - CineClube - «Ciclo Joseph Von Sternberg - Debandada»

Segunda ²⁵

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Um Certo Sorriso
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológica
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»



21.10 - Concurso - «Com Pés e Cabeça»
23.50 - 24 Horas
00.20 - Remate

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!



Domingo Desportivo

- 15.40 - Concerto Mozart
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Fórmula One
- 19.55 - Almanaque
- 20.00 - Série - «Cidade Nova»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Bolsas e Negócios
- 22.00 - Ópera - «Norma»

- 19.00 - Fórmula One
- 19.55 - Almanaque
- 20.00 - Série - «Cidade Nova»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Série - «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.05 - CinemaDois: «O Harém», real. de Marco Ferreri

Terça ²⁶

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série - «A Mão - o Homem em Projecto»
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Programa da Direcção de Informação
- 22.15 - Série - «Acção em Miami»
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

Quarta ²⁷

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudou ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série - «Que Profissão?»
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada - «Aconteceu no Oeste», real. Sergio Leone (Itália/1968)

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Piano Bar
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Fórmula One
- 19.55 - Almanaque
- 20.00 - Série - «Cidade Nova»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fantasia e Realidade
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.45 - Série - «O Fim do Império», 1.º epis.

QUEM AMEAÇA A PAZ

edições **Avante!**

Uma política de subserviência ao imperialismo norte-americano tem utilizado maciça e desavergonhadamente a televisão, a rádio e muitos jornais como amplificadores da campanha de intoxicação ideológica, belicista e anti-soviética.

Um livro em defesa da Paz e do desanuviamento e contra o aumento da tensão internacional



Torna-se imperioso divulgar os dados e os factos que permitem formular um juízo objectivo sobre a candente questão da Guerra e da Paz nos nossos dias.

Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

Centro de Arte Moderna, Sala Polivalente, Rua Dr. Nicolau Bettencourt, 3.ª a 4.ª, às 18.30 5.ª, 6.ª e sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **O Lagarto de Ambar**, de Maria Estela Guedes, enc. de Alberto Lopes.

Teatro Aberto, Praça de Espanha, De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço (até 24/1).

Teatro da Cantina Velha-Cidade Universitária, De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00 e 21.30. **A Espuma dos Dias**, de Boris Vian, enc. de Paulo Filipe, pelo IBIS (ISCTE).

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54, De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. **Lendas de Amor e Morte**, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras, De 3.ª a dom., às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Re-**

vista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro do Século, Rua do Século, 41, De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Metro-Cabaret**, de Fernando Gomes.

Teatro Variedades, Parque Mayer, De 3.ª a dom., às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A, De 3.ª a dom., às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avelaz.

• ÉVORA

Teatro Garcia de Resende, Diariamente às 21.30. **Solness, o Construtor**, de Henrik Ibsen, enc. de Luís Varela.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Baleario Dr. Paula Borba, De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha, Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de

Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimentairas, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Pappa-Léguas.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário), Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues, Enc. Bento Martins.



Visite o Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	As Asas do Desejo	—	★★★★	★★★	★★★	—
B	Crimes do Coração	★★	—	★★	—	—
C	O Siciliano	★★★	—	★	—	★
D	Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de A a D
A — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Bruce Beresford — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Lisboa.
C — Real. Michael Cimino — Alfa/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 21.30); Borna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
D — Real. Bernardo Bertolucci — Hollywood/1 (14.15, 18.00, 21.15, 24.00); Las Vegas/2 (15.00, 18.15, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.

Portugal-URSS em música e amizade

Um grande espectáculo, que decorrerá no cinema Alvalade no próximo domingo a partir das 15.00, culmina o 2.º Encontro de Amizade das Juventudes Portuguesa e Soviética, uma iniciativa da JCP assinalada por várias outras manifestações nos últimos dias.

No concerto actuam os grupos soviéticos Século XX, de rock, e Arco-Iris, de folclore, e os portugueses Jorge Lomba e grupo Peace Makers.

Stott (violoncelo e piano, respectivamente). Obras de Schumann, Brahms, Debussy, Chopin.

Prossegue no S. Luiz o ciclo «Música dos Descobrimentos»: dia 24, às 11.00, com o Coro Cantus Firmus e o grupo Capela Lusitana; dia 26, às 18.30, com o grupo coral Música Reservata.

Dia 23 às 12.00 no Forum Picoas: concerto por Lúcia Lemos (soprano) e Pedro Wallenstein (contrabaixo) e pelo Miso Ensemble.

Ópera e bailado

Tosca, a ópera em 3 actos de Puccini, volta ao Teatro Nacional de S. Carlos, numa encenação de Paolo Trevisi com cenografia de Charters de Almeida. Cantores solistas e Coro de S. Carlos com o maestro Gianni Beltrami. Orquestra Sinfónica do Teatro sob a direcção do maestro John Neschling.

Os espectáculos realizam-se nos dias 21 e 27 às 20.30 e no dia 24 às 16.00, estando anunciada uma récita popular (desconto de 50%) para dia 30 às 16.00.

Quando a bailado: na Gulbenkian-Grande Auditório, apresentação no dia 27 às 21.30 do Ballet Gulbenkian num programa consti-



tuido por Treze gestos de um corpo (O. Roriz/A. Emiliano), Ária (Wallenkamp/J. S. Bach) e duas estreias: Grosse Fugue (Hans van Manen/Bethoven) e uma nova coreografia de Vasco Wellenkamp.

Este programa repetir-se-á nos dias 28, 29 e 30.

Festa de «o diário»

A assinalar o 12.º aniversário, o tradicional espectáculo. No Coliseu dos Rebrelos, sábado a partir das 21.00.

Estão já anunciadas as participações de Grupo Coral do Barreiro, Brigada Victor Jara, Rádio Macau, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Maria Guinot, Amélia Muge e Fernando Serafim, além do actor Henrique Viana, que conduzirá o espectáculo.

Bilhetes de 700\$00 a 400\$00, à venda nas bilheteiras do Coliseu e ainda na redacção de «o diário» (Venda Nova) e nas instalações da Editorial Caminho na Al. Sto. António dos Capuchos e na R. de S. Bernardo.

Exposições

LISBOA

Ana Leonor e Luis França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.

António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG, Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Armando Alves e Joaquim Antunes — O Templo de Gato, rua Sousa Viterbo, 38-2.º Esq. Diariamente das 16.00 às 20.00.

Azules de Expressão ou Teatralidade na Pintura Portuguesa — Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Calouste Gulbenkian (até final de Janeiro).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira), R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Cabo-Verdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Cecília de Melo e Castro — «Info-arte». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Colecção da Livraria Buchholz — Lda. Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Multifacet. Centro Comercial Gemini, Loja 65. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.30, sáb. e dom. das 12.00 às 19.00 (até finais de Janeiro).

Colectiva — Galeria Holly, Largo da Trindade, 17 (até final de Janeiro).

Colectiva — Escada centro-Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A.

Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.

Espiga Pinto — Gravura e serigrafia. Galeria da Gravura Cooperativa de Gravadores Portugueses, Trav. do Sequeiro. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 17.00.

Estudos de Pintura — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes. Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 25/1).

Expressionismo/Ingenuismo Fundação Gulbenkian. Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 24/1).

Fernando Brito — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das

15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00.

Fernando Curado de Matos e Sérgio Eloy — Fotografia «Texturas». Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, Sáb. das 15.00 às 19.00.

Francisco Feio — Pintura. SNBA, rua Barata Salgueiro.

Graça Pereira Coutinho — Galeria 75, Campo Grande. Diariamente das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00 (até 26/1).

Inácio Matsinhe — Pintura. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38.

Jaime Silva, José Mouga e Pedro Chorão — Pintura. Escada Centro de Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A (até 23/1).

João Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.º. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

João Ribeiro e Emília Mendes e Vítor Sequeira — Clube Cinquenta, rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 10/2).

Laura Cesana — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).

Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.

Madalena Rosalis — Jóias. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 24/1).

Mário Caetano — «Caixinhas de Metal».



Escola Superior de Belas Artes (até 1/2).

Maria João Franco — Pintura, desenho, gravura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 26/1).

Miguel Alberquilla — Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 10/2).

Miguel Branco — Pintura. Galeria Monumental, Campo dos Mártires da Pátria, 101 (até 4/2).



Fernando Curado de Matos e Sérgio Eloy — «Texturas», no Atelier 15

Museu da Água de Manuel da Mala — Recinto dos Barbadinhos, Rua de Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Pedro Portugal e Rui Cunha — Pintura e fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís bivar, 91. Diariamente das 10.00 às 20.00.

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.º. Diariamente das 14.30 às 18.30.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Tomás Mateus — Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. Das 14.00 às 20.00 (até 26/1).

Vítor dos Reis — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 26/1).

PORTO

Desenhos Realistas — Museu Nacional de Arte Moderna. Casa de Serralves. De 3.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00.

Gerardo Burmester — Pintura. Galeria da Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1.

Gravuras — Da Colecção Calouste Gulbenkian. Museu Soares dos Reis (até 24/1).

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.

Modernistas Portugueses (anos 30/40) — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00.

Xana e José de Guimarães — «Arqueológicas». Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

OUTRAS LOCALIDADES

Barata Moura — Pintura «Encontros com o Tejo». Salão Nobre dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 21.00 às 23.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 7/2) ALCOCHETE.

Miguel Barbosa — Pintura, S. Marcos, Galeria S. Marcos, Galeria de Arte, Rua de S. Marcos, 3. Diariamente das 10.00 às 22.00 (até 20/2) AZEITÃO.

Cristóvão Dias e Rui Pimentel — Fotografia e pintura. Galeria da Universidade, Museu Nogueira da Silva (até 28/1) BRAGA.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Colectiva — Galeria dos Milagres, gaveto da Av. Fernão de Magalhães, 7.º (até 22/1) COIMBRA.

Desenhos Realistas — Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, Rua Castro Matoso, COIMBRA.

João Paulo Feliciano — «Pintura e objectos de parede». CAPC. COIMBRA.

Cristina Ataíde e Pedro Croft — Objecto em pedra. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. De 6.ª a dom. das 15.00 às 20.00 COLARES.

Colectiva — Pintura. Sala de Exposições da Junta de Turismo (até 4/3) ERICEIRA.

Mário Nunes — Escultura «O Vidreiro». Galeria Roca, rua prof. dr. Virgílio de Moraes, 7. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 das 15.00 às 19.30 e das 21.30 às 23.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.30 (até 24/1) MARINHA GRANDE.

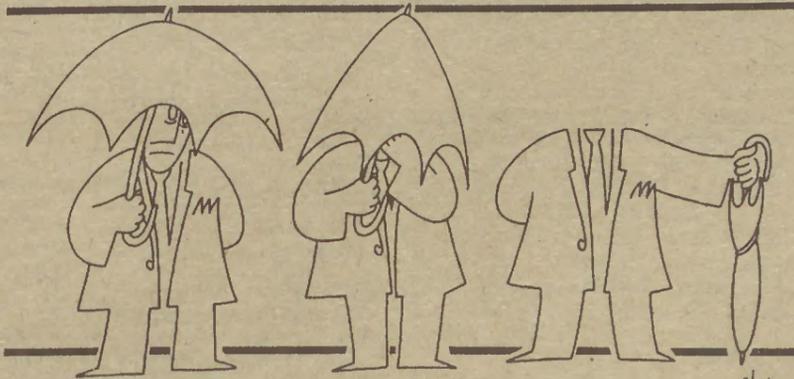
Fernando Curado de Matos — Fotografia. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. Diariamente excepto à 2.ª (até 14/2) LOURES.



2.º encontro de AMIZADE das juventudes PORTUGUESA e SOVIÉTICA

Portugal 16.26 Janeiro 88

JCP Juventude Comunista Portuguesa - Комсомол Ленинista da URSS



Tempo Fim de Semana

Sábado: Céu geralmente muito nublado no Norte e Centro, pouco nublado no Sul. Períodos de chuva no Norte.

Domingo: Céu pouco nublado, vento fraco ou moderado de noroeste, nevoeiros matinais.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Cinema

No Forum Picoas exhibe-se nos dias 22, 23 e 24 o filme de Eisenstein Ivan, o Terrível — a primeira parte diariamente às 19.00, a segunda às 22.00. Nos dias 29 e 30 exhibir-se-á na mesma sala O Coraçado Potemkin.

Na Cinemateca chega ao fim o ciclo consagrado a Tennessee Williams: sábado, às 15.30, A Flor à Beira do Pântano, de Pollack, e às 21.30 A Noite de Iguana, de John Huston; segunda, 25, às 18.30 Boom!, de Losey; terça, 26, às 21.30, Last of the Mobile Hot-shots, de Sidney Lumet. Finalmente, 4.ª feira, 27, às 21.30, Senso («Sentimento») de Visconti.

Na mesma sala decorre entretanto até dia 30 um ciclo dedicado ao cinema alemão «pós Fassbinder».

a TV

Os doze minutos

O **Jornal de Sábado** é um pastelão que, como o próprio nome indica, aparece aos sábados em vez do **Telejornal**. Digamos que é um **Telejornal** emagazinado, indigesto, onde pontificam Cerqueira e Moniz. Em resumo: um **Telejornal** em pior e com o dobro do tempo.

Na sua edição do dia 16 abriu com a exploração do caso do documento político vindo estranhamente a público. Gastou nisso doze minutos (!), facto único, que me lembre, na história dos últimos anos no **Telejornal**. Descontaremos a reportagem execrável do **24 Horas** da véspera (e depois dizem que não há uma campanha contra o Partido Comunista...) e a notícia desenvolvida no **Telejornal** do mesmo dia, com direito a fotografias de grandes dimensões.

Em termos meramente políticos, tamanha atenção não se justificava. Nitidamente, o facto caía que nem ginjas para desencadear um escândalo — no âmbito de uma campanha contra o PCP.

A «prática» e as práticas

Mas estarei a ver fantasmas? Haverá mesmo a tal campanha?

Passo por cima das iniciativas do PCP, totalmente ignoradas. O péssimo tratamento dado às suas iniciativas parlamentares. O escândalo das «coberturas» das reuniões do Comité Central, motivo apenas de fofoca e de intriga. O secretário-geral do PCP pode estar fora do País e regressar com possibilidade de bom aproveitamento noticioso: não há ninguém do **Telejornal** no aeroporto. Trabalho das autarquias CDU é tendenciosamente desaproveitado, em detrimento doutras. Por exemplo, tem-se falado mais da Câmara de Setúbal nestes últimos meses do que nos muitos anos anteriores!

Repare-se apenas em alguns pormenores dos últimos dias.

Uma peça do «declínio» dos partidos comunistas europeus e onde o PCP apanha pela medida grande.

Uma entrevista com um analista político que especula sobre a «crise» e o «embate de gerações» (!) no interior do Partido...

Outra entrevista com uma múmia esclerosada do anticomunismo.

Mas, para não tornar esta lista enfadonha, repare-se nas apreciações do Vale, entrevistado pelo Cerqueira: o veneno sai por todas as costuras...

Mais, repare-se na pergunta do Cerqueira: «acha que (este documento) vai alterar a prática estalinista do Partido?»

Ou seja, não se discute, ali, se a prática do Partido é ou não estalinista, Cerqueira não usa o mínimo disfarce dubitativo. A «prática estalinista» aparece ali como um dado adquirido, universalmente aceite...

Suponhamos que eu entrevistava o Cerqueira e lhe perguntava: «Acha que o rali Paris-Dakar vem alterar a prática de corrupção de alguns jornalistas automobilísticos portugueses?»

Ou que eu entrevistava o Moniz ou o Amaral Pais e lhes perguntava: «Achem que a entrada de um novo director de informação viria a alterar a prática informativa, orientada pela CIA, do **Telejornal**, **Jornal das Nove**, **Jornal de Sábado**, etc.?»

Tratar-se-ia de questões «criminosamente» postas, tal como a que foi posta por Cerqueira. A diferença é que Cerqueira a pôs mesmo!

Não deixa de parecer estranho, por outro lado, em termos de deontologia profissional, que o dito Cerqueira inquirisse o Vale sobre as suas fontes de informação. Então um jornalista não sabe que os jornalistas podem e devem guardar silêncio sobre a matéria?

Então o que é?

Outro vector da campanha antipartido aparece com nitidez no argumento de que o PCP não se deixa influenciar pela «perestroika»...

Claro como a água: não se faz ali a menor ideia do que significa a Perestroika — ou prefere-se jogar na confusão. Nem se diz abertamente onde é que o Partido age em desconformidade de princípios comuns. O que lhes interessa é invocar a «perestroika» para insinuar que o PCP não se modernizou. Para ser como devia ser, o Partido teria de ser como o PCUS — na óptica de Cerqueira & Cia., já se vê.

Ora sucede que, ainda não há muito, a acusação que na RTP se fazia ao PCP era de obedecer às ordens de Moscovo...

Em que ficamos, cavalheiros? O PCP é mau porque «segue» ou é mau porque não «segue»?

Cada partido comunista tem as suas características próprias, determinadas pelas condições específicas do seu meio nacional. Cerqueira, Moniz e a rapaziada deles querem pouco saber disso. O que lhes importa é confundir, manipular, condicionar a audiência.

Não será isso campanha antidemocrática? Então que é?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Editoriais

Por regra, o leitor de jornais procura-os. Colunas «nobres» porta de entrada ou remate ou coração do jornal, assumidamente de opinião; breves ou quilométricos; solenes, irónicos ou satíricos — os editoriais dos jornais são sempre feitos para levar a sério. É, por regra, mesmo não partilhando das opiniões que veiculam — levamos...

Depois, há aqueles editoriais muito «independentes» que desprezavam convenções, desabafam, escrevem (?) nas entrelinhas, não querem provavelmente ser — e não são! — levados a sério. Tanto, que acabam por ser mesmo divertidos...

INDEP: «Mas que moral tem o Governo?»

• «No fim da semana passada, a fábrica de armamento situada em Braço de Prata, que é propriedade do Estado, foi palco de um episódio que fez lembrar os anos quentes da Revolução: os trabalhadores ocuparam a empresa e exigiram que a administração lhes garantisse, por escrito, o pagamento do mês de Dezembro e do subsídio de Natal em atraso.

O Governo respondeu de imediato: mandou uma força da Polícia de Intervenção desocupar a empresa e recusou-se a pagar sob pressão: «**Há dinheiro disponível para pagar os vencimentos dos trabalhadores da INDEP, mas ainda tal não foi feito porque o Governo não cede a pressões**» — disse o secretário de Estado da Defesa.

A posição do Executivo foi correcta: se cedesse aos trabalhadores, não só daria de si uma imagem de debilidade como estaria a fomentar a repetição de situações do mesmo tipo (...).

Este é um lado da questão — mas não é o fundo da questão.

O problema principal é que o **Executivo não satisfaz os seus compromissos** — criando na INDEP uma situação intolerável.

Como se compreende, na verdade, que existam salários em atraso numa empresa do Estado — sendo certo que o Estado não pode alegar falta de dinheiro para pagar as suas dívidas?

A questão é tanto mais grave quanto é certo que a situação criada pode assumir o valor de um exemplo.

Como se sabe, uma das chagas da sociedade portuguesa nos últimos anos tem sido a existência de salários em atraso.

Há patrões que não pagam porque não podem pagar — e há os que, podendo, não o fazem porque não querem.

Num clima em que o atraso no pagamento dos ordenados quase banalizou, há patrões que pensam que, caso satisfizessem pontualmente os seus compromissos, passariam por ingénios ou por parvos.

É evidente que, perante esta situação, o Estado não pode deixar de intervir.

Tem-no feito, de resto, — mais por palavras do que por actos.

Mas que moral tem o Governo para combater o problema dos salários em atraso se é ele o primeiro a não pagar os ordenados a tempo?

E como poderão os empresários acreditar que estão sujeitos a sanções se não pagarem todos os meses

aos seus trabalhadores, se o próprio Executivo não o faz?

O caso da INDEP é típico de uma situação em que o Estado, por não se respeitar a si próprio, perde o respeito do país.»

Editorial do «Expresso», 16 Jan.

Leis laborais: «um teste à coabitação»

• «À medida que se desenrola o debate público sobre o anteprojecto de lei dos despedimentos apresentado pelo Governo, mais se intensificam os protestos, ao mesmo tempo que a contestação ganha contornos de confrontação política mais aberta. Previsíveis desde o primeiro instante — e aqui mesmo o observámos então —, são agora mais directos e diversificados os apelos ao Presidente da República para que use o seu poder de veto, caso o diploma chegue a Belém tal como foi elaborado pelo Governo.

Tais apelos estão implícitos nas atitudes de oposição frontal e irredutível da CGTP e do PCP e foram formulados em primeiro lugar pela UGT, tendo recebido agora a assinatura do Partido Socialista, que prepara, inclusive, um comício com o objectivo específico de protestar contra a iniciativa do Governo. E se à esquerda a oposição é generalizada, também à direita surgem críticas da Confederação da Indústria, com sentido diametralmente oposto, enquanto do interior do próprio PSD emergem opiniões negativas quer do sector da juventude quer dos Trabalhadores Sociais Democratas. Neste quadro, é fácil prever sem risco que o debate sobre as leis laborais será pretexto de maior conflitualidade ainda que o das privatizações, temas que, de resto, surgem frequentemente associados nas movimentações sociais em curso ou em perspectiva. (...)

Ao longo deste período, as clivagens acentuaram-se e mais difícil se afigura um acordo com a chancela de qualquer das centrais sindicais. (...)

É curioso observar, aliás, que numa primeira fase, isto é, logo que vieram a público os aspectos essenciais do diploma, foi a tendência socialista da UGT e o seu secretário-geral em particular que, em prejuízo de uma postura crítica global, pareceram mais abertos ao diálogo e à negociação de certos capítulos controversos. Os TSD mantiveram sempre uma atitude de contestação declarada, mesmo depois do encontro da direcção da central com o primeiro-ministro, que aparentemente indicou um

recuo do Executivo em certas matérias. Estas posições de algum modo desalinhasadas do ponto de vista político compreendem-se melhor se tivermos presente que está em preparação um Congresso da UGT e que se atribui importância decisiva quanto à correlação de forças no interior da central sindical.

Como quer que seja, nesta fase do debate sobre as leis laborais a oposição sindical é generalizada. É certo que o Governo e a maioria que o apoia poderão fazer vingar a sua vontade no Parlamento, em primeira instância. Mas também é verdade que o ambiente que está a ser gerado em torno da proposta de lei não é de molde a excluir-se antecipadamente a hipótese de outro órgão de soberania — o Presidente da República — vir a mostrar-se sensível aos apelos que lhe são dirigidos, se o Executivo não condescender em capítulos que os sectores mais moderados da oposição partidária e sindical tomam por inaceitáveis. É por isso que o diploma em causa pode converter-se no primeiro grande teste à coabitação, desde que Cavaco Silva conquistou a maioria absoluta.»

Editorial do «Diário de Notícias», 15 Jan

«Primeiro Poder» acima de toda a suspeita...

• «Desde que Bob Woodward e Carl Bernstein derrubaram o Presidente Nixon, voltou-se uma página da História da Humanidade. É que a Democracia, com esse facto, chegou ao seu estado supremo. Os jornais podem derrubar presidentes, parlamentares e juizes. Deixou, então, de ser o Quarto Poder para se transformar no Primeiro Poder.

Reconhecer estas realidades, é uma questão de cultura...

Daí que haja neste momento uma compreensível agitação em Portugal. Cavaco Silva cumpre o que promete: e vai vender no dia 26 os jornais do Estado. É uma decisão que se recebe com júbilo e que dá ao Governo uma nova dinâmica. É uma decisão que já tardava e que se reclamava. Cavaco Silva terá compreendido que não podia fugir a essa realidade. Ela terá, também, que abrir a Televisão à iniciativa privada, o mais tardar até Março... De outra forma, a imprensa apelidá-lo-á de impostor político, e Cavaco Silva é um homem irrepreensível de carácter.

Como político, começamos a ter sobre ele algumas reservas... Mas, em termos de Comunicação Social, Cavaco Silva dará um grande passo em frente com a venda dos jornais do Estado à iniciativa privada.

Mas aqui se levanta a questão do Poder da Imprensa. Quem vai comprar os jornais? Sabemos do grande interesse de (...) amigos do dr. Mário Soares e que quererão apoiá-lo em próximas eleições (...) militantes do PSD como o dr. José Alfaia e o dr. Macedo e Cunha poderosos industriais do Norte. Se a Imprensa não tivesse poder, não fosse já hoje o Primeiro Poder das Democracias, não suscitaria um tal interesse.

Os grupos económicos alinham-se na defesa de meios de Comunicação Social procurando insinuar-se no seu seio. É uma forma de contrabalançar o poder político. Os jornais prestam-se a esse jogo com prazer. Eles suportam o poder económico mas não querem ser dominados pelo poder político.

Quem pensa construir o seu futuro político sobre a extinção de jornais, equivocase-se. (...) Não é tendo a Televisão que o Governo pode traçar as suas estratégias.»

Editorial do «Tempo», 14 Jan

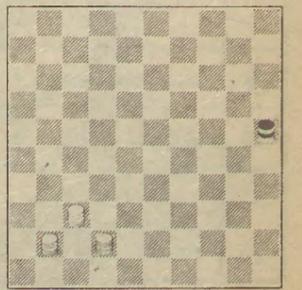
Damas

CXXXVII — 21 de Janeiro de 1988

PROPOSIÇÃO N.º 137

Por: Huguenin, 1802

Br.: [3]: (37)-(41)-(42); Pr.: [1]:(25)



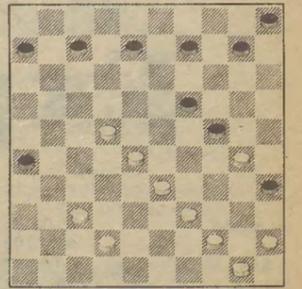
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 137

Por: Henri Chiland

— Paris, 1968

Pr.: [10]: 5-6-7-8-9-10-19-24-26-35



Br.: [10]: 22-28-30-33-37-39-42-44-45-50

Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CXXXVII

N.º 137 (H): 1. 37-19 [ameaça sacrificar 2 Damas e encerrar a DP na Grande Diagonal] (25-3) [se (25-9) 41-36 (9-25) [se (9-3) 42-26+]; 42-48 (25-20) 36-47+]; 2. 42-26 (3-20) [se (3-25) 26-3 e 19-30...+ se: (3-9) 41-36...+]; 3. 41-47 (20-9) [se (20-25) 26-48 e 47-20...+]; 4. 47-36 (9-20); 5. 36-9 e 6. 19-8+

Golpe N.º 137 (H.C.): 44-40 e 42-38 e 28-23 e 37-31 e 38-32 e 33X15 e 45-40 e 50X28 e 28-22 e 22-17+

■ A. de M.M.

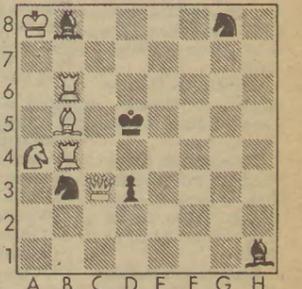
Xadrez

CXXXVII

— 21 de Janeiro de 1988

Proposição N.º 137

Por: Karl Adolf Koefald Larsen
1.ª Menção Honrosa «Good Companion», 1919



Pr: [6]: Pd3-Cs.b3, g8-Bs.b8, h1-Rd5

Br: [6]: Ca4-Bb5-Ts.b4, b6-Dc3-Ra8

Mate em dois lances

Jogo n.º 137

Campeonato da URSS, 1987

Br: Salov

Pr: Gurevitch

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cc3, Bb4; 4. e3, c5; 5. Cc2, c:d4; 6. e:d4, d5; 7. a3, Bc7; 8. c5, 0-0; 9. g3, b6; 10. b4, b:c5; 11. d:c5, a5; 12. Tb1, Cc6; 13. Bg2, Tb8; 14. Bf4, a:b4; 15. B:b8, b:c3; 16. Da4, C:b8; 17. T:b8, Cd7; 18. Ta8, C:c5; 19. Db5, Dd6; 20. Bf3, Ba6; 21. T:f8+, B:f8; 22. Da5, Cd3+; 23. Rf1, Cc6; 24. D:c3, d4; 25. Db3, Bc4 e as brancas abandonam.

Solução do N.º 137

Chave: 1. D6! (ameaça: 2. D6++)
1. ... Cd4; 2. Bc4++
1. ... Cc5; 2. Cc3++
1. ... Bc5; 2. D:h1++
1. ... Bd6; 2. Bc6++

■ A. de M.M.